



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

RELATÓRIO GESTÃO 2010

BIÊNIO 2009-2011



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2010



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

TRIBUNAL PLENO



Des. Pedro Ranzi
Presidente



Des.ª Eva Evangelista
Membro



Des.ª Miracele Lopes
Membro



Des. Francisco Praça
Membro



Des. Arquilau Melo
Membro



Des. Feliciano Vasconcelos
Membro



Des. Samoel Evangelista
Corregedor-Geral da Justiça



Des.ª Izaura Maia
Membro



Des. Adair Longuini
Vice-Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PRESIDENTE

Des. Pedro Ranzi



VICE-PRESIDENTE

Des. Adair Longuini



CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Des. Samuel Evangelista

ILUSTRAÇÕES

Figura I - Perspectivas do Planejamento Estratégico	39
Gráfico I - Demonstrativo dos superávits orçamentários nos últimos 4 anos - previsto x executado	40
Gráfico II – Demonstrativo de evolução da receita própria nos últimos 4 anos	40
Gráfico III – Demonstrativo da despesa orçamentária	42
Gráfico IV - Demonstrativo das demais despesas correntes	43
Gráfico V - Evolução das demais despesas correntes	44
Gráfico VI - Demonstrativo das despesas de capital	44
Gráfico VII - Demonstrativo das atividades da ESMAC no 1º semestre	51
Gráfico VIII - Demonstrativo dos cursos da ESMAC via Web no 1º semestre	51
Gráfico IX - Demonstrativo das atividades presenciais na ESMAC no 2º semestre	52
Gráfico X - Demonstrativo dos cursos da ESMAC via Web no 2º semestre	52
Gráfico XI - Comparativo do consumo anual de combustível	71
Gráfico XII - Evolução das despesas com manutenção de veículos	78
Mapa I - Distribuição e classificação das comarcas	18
Mapa II - Comarcas que receberam investimento em obras/reformas	57
Mapa III - Interligação das comarcas no SAJ-5	60
Total de notícias veiculadas sobre o Judiciário Acreano - Fevereiro a Dezembro de 2009	87
Total de notícias veiculadas sobre o Judiciário Acreano - Janeiro a Dezembro de 2010	87
Análise do conteúdo veiculado sobre o Judiciário Acreano -Fevereiro a Dezembro de 2009	88
Análise do conteúdo veiculado sobre o Judiciário Acreano - Janeiro a Dezembro de 2010	88
Origem das publicações - Fevereiro a Dezembro de 2009	88
Origem das publicações - Janeiro a Dezembro de 2010	89
Gráfico XIII - Comparativo das atividades realizadas no Pleno Administrativo	106
Gráfico XIV - Comparativo das atividades realizadas pelo Pleno Judicial	107
Gráfico XV - Comparativo das atividades realizadas pelo Conselho de Administração	107
Gráfico XVI - Comparativo 2009/2010 (julgados e residual) da Câmara Cível	108
Gráfico XVII – Demonstrativo das atividades da Câmara Criminal	110

TABELAS

Tabela I – Participação do orçamento do TJAC na receita corrente líquida do Estado	40
Tabela II – Demonstrativo de projetos apresentados e em análise	41
Tabela III – Demonstrativo analítico da execução dos convênios	42
Tabela IV – Demonstrativo dos investimentos em capacitação dos servidores da Capital	52
Tabela V – Demonstrativo dos investimentos em capacitação dos servidores das comarcas do interior	53
Tabela VI – Estrutura remuneratória de Cargos Efetivos – Vigência janeiro de 2010	55
Tabela VII – Quantitativo de cargos efetivos – Mês de referência novembro de 2010	55
Tabela VIII – Origem funcional dos ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança	56
Tabela IX – Demonstrativo de construções finalizadas ou em execução no ano de 2010 – capital e interior	57

Tabela X - Demonstrativo de reforma, ampliações e outros serviços de engenharia na capital	58
Tabela XI - Demonstrativo das construções no interior	58
Tabela XII - Demonstrativo das reformas, ampliações e outros serviços de engenharia no interior	58
Tabela XIII - Consolidação dos investimentos em construções e reformas	59
Tabela XIV - Equipamentos adquiridos em 2010	60
Tabela XV - Distribuição dos veículos nas comarcas	62
Tabela XVI - Demonstrativo de serviços executados	66
Tabela XVII - Demonstrativo de combustíveis consumidos	66
Tabela XVIII - Demonstrativo dos procedimentos licitatórios realizados em 2010	67
Tabela XIX - Demonstrativos de Entrada do Almoxarifado – Material de Consumo	70
Tabela XX - Demonstrativos de Entrada do Almoxarifado – Material Permanente	70
Tabela XXI - Demonstrativos de Entrada (material permanente) do Setor de Patrimônio e Manutenção	70
Tabela XXII - Demonstrativo dos contratos de prestação de serviço e fornecimento de material	71
Tabela XXIII - Demonstrativo da média de consumo dos veículos	78
Tabela XXIV - Demonstrativo dos empréstimos da biblioteca	81
Tabela XXV - Demonstrativo das consultas na biblioteca	81
Tabela XXVI - Demonstrativo das obras compradas	81
Tabela XXVII - Demonstrativo das obras recebidas de diversos	81
Tabela XXVIII - Demonstrativo dos programas/projetos sociais executados em 2010	86
Tabela XXIX - Demonstrativo das atividades realizadas no Centro Médico no ambulatório odontológico	90
Tabela XXX - Demonstrativo das atividades realizadas no Centro Médico na Enfermagem/Curativos	91
Tabela XXXI - Demonstrativo das atividades realizadas no Centro Médico no atendimento Médico	91
Tabela XXXII - Demonstrativo das atividades realizadas no Centro Médico no atendimento Fisioterápico	92
Tabela XXXIII - Demonstrativo das atividades realizadas no Centro Médico no atendimento Psicológico	92
Tabela XXXIV - Demonstrativo das campanhas de vacinação realizadas em 2010	92
Tabela XXXV - atendimentos realizados pelo Projeto Cidadão nos municípios	93
Tabela XXXVI - Documentos emitidos no Projeto Cidadão	94
Tabela XXXVII - atendimentos dos agentes comunitários e equipe técnica	94
Tabela XXXVIII - Resumo da movimentação cartorária do Programa Justiça Comunitária	96
Tabela XXXIX - Demonstrativos dos feitos processuais relativos à Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos	103
Tabela XL - Diagnóstico da correição em Brasília	105
Tabela XLI - Diagnóstico da correição em Assis Brasil	106
Tabela XLII - Demonstrativo das atividades dos relatores	108
Tabela XLIII - Demonstrativo das atividades dos revisores	109
Tabela XLIV - Demonstrativo das atividades dos incidentes	109
Tabela XLV - Estatística da Justiça	111
REFORMA DA DECISÃO	116
Tabela XLVI - Recurso - Gestão de Pessoas	119
Tabela XLVII - Recurso - Infra-estrutura e Tecnologia	120
Tabela XLVIII - Recurso - Orçamento	120
Tabela XLIX - Processos Internos - Eficiência Operacional	121
Tabela L - Sociedade - Atuação institucional	121
Tabela LI - Sociedade - Responsabilidade Social e Ambiental	123

ÍNDICE

1.	COMUNICAÇÃO SOCIAL E EVENTOS	19
1.1.	Visibilidade Nacional	19
1.1.1.	Campanhas Publicitárias	20
1.2.	Projeto Mais Arte	23
1.3.	Comunicação Interna - Portal de Intranet do Poder Judiciário	25
1.4.	Principais Eventos	26
2.	ANÁLISE DA GESTÃO	39
2.1.	Perspectiva de recursos (orçamento, finanças, recursos humanos e infraestrutura)	39
2.1.1.	Recursos orçamentários e financeiros	39
2.1.1.1.	Captação de recursos externos	41
2.1.1.2.	Despesas com pessoal e encargos	43
2.1.1.3.	Demais despesas correntes	43
2.1.1.4.	Despesas de capital (obras e instalações, equipamentos e material permanente etc.)	44
2.1.1.5.	Gestão de recursos humanos	45
2.1.1.6.	Desenvolvimento do capital humano	45
2.1.1.6.1.	Escola Superior da Magistratura do Acre – ESMAC	45
2.1.1.6.1.1.	Estrutura organizacional	45
2.1.1.6.1.2.	Planejamento Estratégico da ESMAC	46
2.1.1.6.1.3.	Metas e Ações Estratégicas	46
2.1.1.6.1.4.	Ações Estratégicas	47
2.1.1.6.1.5.	Atividades Realizadas	47
2.1.1.6.1.6.	Gráficos informativos	51
2.1.1.7.	Capacitação de servidores	52
2.1.1.7.1.	Capacitação de servidores das comarcas do interior - 2010	53
2.1.1.8.	Estrutura de cargos e salários dos servidores efetivos do TJAC e o índice da LRF	54
2.2.	Infraestrutura - operacional e tecnológica	57
2.2.1.	Obras e reformas estruturantes	57
2.2.2.	Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	59
2.2.3.	Frota de veículos	62
2.2.4.	Manutenção da Estrutura Operacional	66
3.	PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS (eficiência operacional, inovação e celeridade)	67
3.1.	Eficiência operacional – Procedimentos de compras	67
3.2.	Redução nas despesas com manutenção da frota	78
3.3.	Simplificação de procedimentos - Fluxos de trabalho	79
3.4.	Acervo Bibliográfico	81
3.5.	Desenvolvimento da comunicação interna e externa	82
3.5.1.	Publicações	82

4. PERSPECTIVA DE SOCIEDADE (atuação institucional e responsabilidade social e ambiental)	85
4.1. Atuação institucional	85
4.1.1. Clipagem	86
4.2. Responsabilidade social e ambiental	90
4.2.1. Assistência à saúde do servidor	90
4.2.2. Projetos Sociais	93
4.2.2.1. Projeto Cidadão	93
4.2.2.2. Justiça Comunitária Itinerante	94
4.2.2.3. Projeto Rios do Saber: Justiça Comunitária promove ações de incentivo à educação e preservação do meio ambiente na comunidade Remanso	96
4.2.2.4. Programa de Prevenção às Drogas e Reinserção Social	96
4.2.2.5. Projeto Começar de Novo	98
4.2.3. O caráter social da Central de Penas Alternativas – CEPAL	102
4.2.3.1. Profissionalização dos reeducandos	102
5. GESTÃO JURISDICIONAL	103
5.1. Vice-Presidência	103
5.1.1. Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos	103
5.1.2. Núcleo de Processamento e Gestão de Precatórios	104
5.1.2.1. Pagamentos realizados pelo Núcleo de Precatórios	104
5.2. Corregedoria-Geral da Justiça	105
5.2.1. Correição Geral Ordinária - 2010	105
5.3. Pleno Administrativo	106
5.4. Pleno Judicial	107
5.5. Conselho de Administração	107
5.6. Câmara Cível	108
5.6.1. Metas Prioritárias 2010 - CNJ	108
5.7. Câmara Criminal	110
6. ESTATÍSTICA DA JUSTIÇA ACREANA	111
7. INDICADORES DE DESEMPENHO	119





APRESENTAÇÃO

Sabedores das responsabilidades que nos foram atribuídas pelo Pleno do Tribunal de Justiça, para regermos os destinos deste Poder durante o biênio 2009/2011, assumimos com determinação o desafio, dando continuidade aos excelentes trabalhos desenvolvidos pelos gestores que nos antecederam, buscando imprimir uma gestão eficiente, atendendo, sobretudo, as determinações do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Atentos às mudanças comportamentais e às cobranças de uma sociedade que deseja uma justiça mais eficiente, traçamos inicialmente um plano de gestão, que mais à frente foi aprimorado com novas metodologias, enriqueceu-se com diagnósticos precisos, fortaleceu-se com a sinergia dos magistrados, servidores, colaboradores e dos jurisdicionados e, apoiado pelo CNJ, transformou-se no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre, sendo referência até o ano de 2014.

Por meio dessa ferramenta de gestão, que é o Planejamento Estratégico, conseguimos estabelecer a missão do Poder Judiciário do Estado do Acre: “Garantir os direitos do jurisdicionado no Estado do Acre, com justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a sociedade”, que balizou o entendimento dos objetivos para o futuro, próximos 5 (cinco) anos, e também as ações que seriam implementadas, acompanhadas e mensuradas, visando atingir as metas traçadas.

Com o pensamento voltado para o futuro, a aplicação dos recursos deu-se no sentido de melhorar as instalações físicas, proporcionando maior integração das equipes, bem como de ampliar a capacitação dos recursos humanos, indispensáveis ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

O reflexo dessas ações traduz-se na premiação outorgada a este Tribunal em razão do cumprimento das metas prioritárias do judiciário nacional para o ano de 2009, sendo o 10º colocado entre os 91 Tribunais brasileiros e o 1º lugar entre os Tribunais de Justiça da Região Norte; mérito do trabalho conjunto dos desembargadores, juízes e servidores comprometidos com a excelência na prestação jurisdicional.

Finalizamos este biênio sobre um alicerce sólido, construído com trabalho árduo e muita satisfação, que funcionará como base para uma continuidade das ações estabelecidas nas trilhas do autoconhecimento, da inteligência estratégica e da busca da celeridade com segurança jurídica, tão almejada pela sociedade acreana.



PRESIDENTE

Desembargador Pedro Ranzi



VICE-PRESIDENTE

Desembargador Adair Longuini



CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador Samuel Evangelista



ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

As políticas públicas de um modo geral são estabelecidas, sobretudo, através de Leis Orçamentárias referentes a períodos de governo, onde se destacam, para o período deste relatório de gestão, a Lei nº 2.253 de 21 de dezembro de 2009, que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2010.

Para o exercício 2010, em particular, além do instrumento legal, a administração colocou em prática um novo modelo de gestão pública voltada para resultados, com a implementação do planejamento estratégico 2010/2015. Desta forma as ações do referido exercício pautaram-se para o alcance da missão e visão.

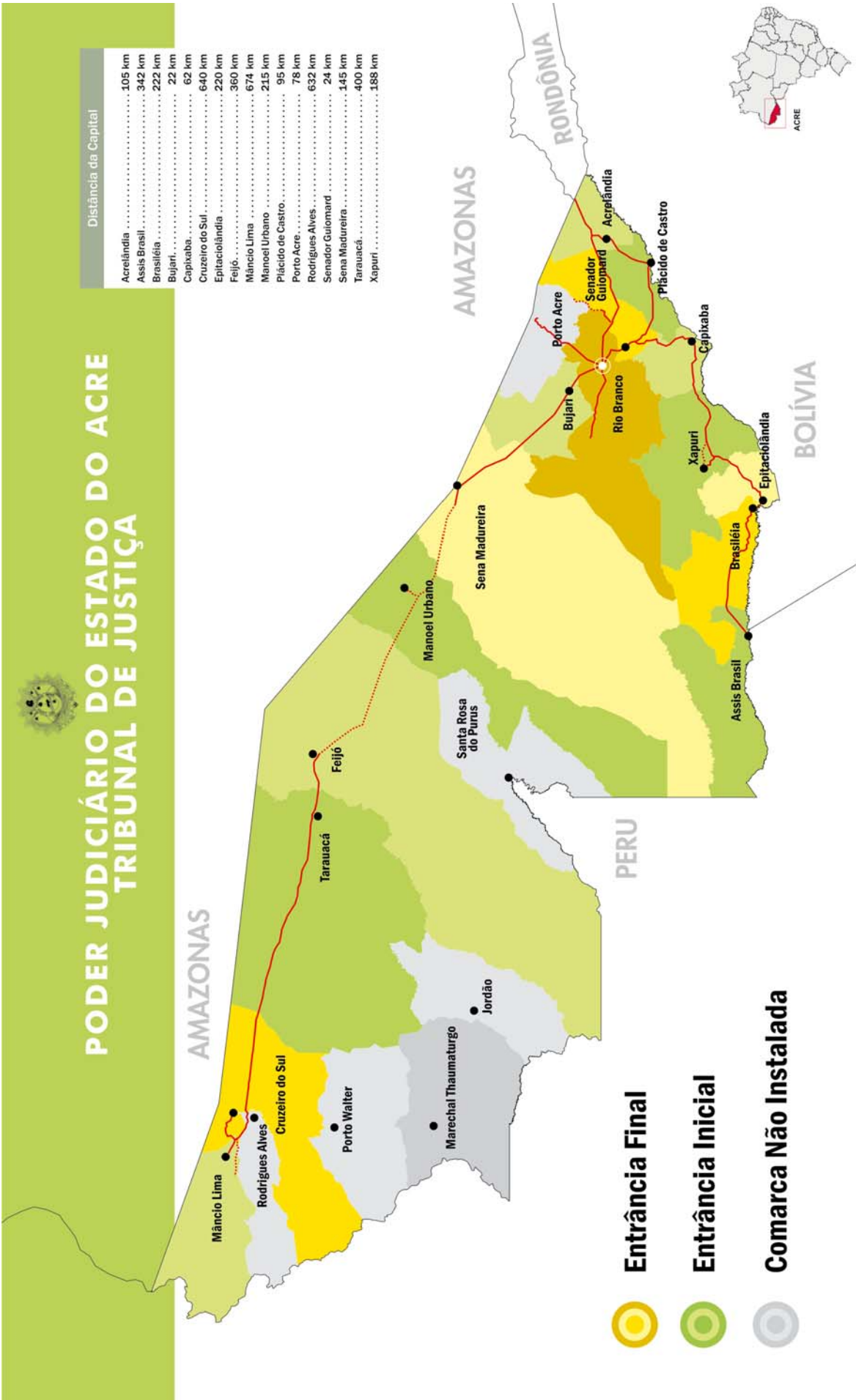
Missão

Garantir os Direitos do Jurisdicionado no Estado do Acre, com justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a Sociedade.

Visão

Ser reconhecido, até 2015, pelo Jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciários e sociais, por meio de Magistrados e Servidores motivados, capacitados e valorizados.

Mapa I - Distribuição e classificação das comarcas



1. COMUNICAÇÃO SOCIAL E EVENTOS

Com o desenvolvimento da sociedade e consolidação da democracia, o Poder Judiciário passou a ocupar lugar de destaque na vida da população, uma vez que os direitos e deveres constituídos são essenciais nas relações do cotidiano.

Nesse sentido, e reconhecendo o papel que lhe cabe para garantir o direito à cidadania, no biênio 2009-2011 a gestão do TJAC garantiu apoio necessário à execução de projetos com o objetivo de fortalecer a imagem e a credibilidade da instituição.

O trabalho realizado pela Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial está orientado pela visão de que um Poder Judiciário que investe na comunicação e conseqüente acesso aos serviços judiciais é exemplo de justiça cidadã.

1.1. Visibilidade Nacional

Com a ampliação do número de notícias no portal do TJAC na Internet - www.tjac.jus.br - e a intensificação do contato entre o Tribunal de Justiça e a TV e Rádio Justiça em Brasília (DF), o Judiciário Acreano passou a conquistar também importantes espaços na mídia nacional e a projetar suas ações para todo o país.

A Agência TJAC, composta pelas seções de Notícias, Clipping, Artigos e Discursos, Galeria de Imagens, Galerias de Vídeos, Publicações, Glossário Jurídico, Rádio Justiça e TV Justiça, produz conteúdo jornalístico preciso e objetivo para os veículos de comunicação, visando garantir a universalização do acesso à informação jurídica no Estado. Além disso, possui um banco de imagens atualizado com fotografias sobre o cotidiano do Judiciário Acreano.

Todo o material produzido é distribuído gratuitamente e pode ser integralmente aproveitado, desde que citada a fonte. O espaço de notícias do site do TJAC é alimentado diariamente com uma média de cinco notícias que envolvem desde decisões de Primeiro e de Segundo Grau até ações e projetos do Judiciário.

Também é possível consultar na página da Internet as edições do jornal institucional Judiciário em Foco, além da publicação de fotografias e banners de campanhas específicas. Dessa forma, o site do Judiciário Acreano passou a servir de referência de pesquisa para as pautas da imprensa local e nacional, recebendo cada matéria veiculada uma média de 200 acessos diários em 2009.

No ano de 2010, entre os meses de janeiro e dezembro, o site do Tribunal de Justiça obteve a marca de 1.739.310 (um milhão, setecentos e trinta e nove mil, e trezentos e dez) acessos, sendo uma média de 145.000 (cento e quarenta e cinco mil) acessos mensais e 5.000 (cinco mil) acessos diários ao portal, em busca de notícias, consulta processual, serviços e informações diversas.

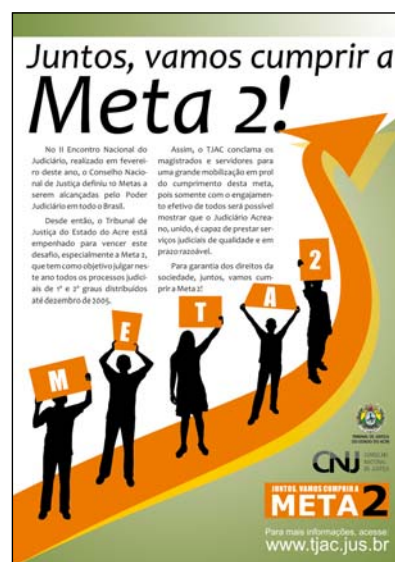
1.1.1. Campanhas Publicitárias

No ano de 2009 a ASCOM produziu algumas campanhas especiais de comunicação, entre elas “Justiça Solidária”, “Programa de Prevenção às Drogas”, “Certidões Online”, “Juntos, vamos cumprir a Meta 2”, “Meta 2 Alcançada” e “Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Acre”.

As principais peças publicitárias utilizadas nas campanhas foram cartazes, folders, banners impressos e eletrônicos, e ainda a cobertura jornalística com entrevistas e matérias em todos os veículos de comunicação.

Por se tratar de serviços de grande importância para toda a população, foi possível contar com o apoio dos meios de comunicação, inclusive com a veiculação gratuita de spots e vts nos canais de televisão e emissoras de rádio, atingindo com êxito o público-alvo pretendido.

Já no ano de 2010, a ASCOM desenvolveu uma campanha de divulgação do prêmio concedido pelo CNJ ao TJAC, que figurou entre os 10 tribunais que apresentaram melhor desempenho no cumprimento das Metas de Nivelamento do Judiciário em 2009. A homenagem foi conferida aos tribunais que cumpriram mais de 90% das 10 metas estabelecidas pelos presidentes dos 91 tribunais brasileiros no ano passado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

MELHORES DESEMPENHOS
METAS NACIONAIS DE NIVELAMENTO
2009
10º Lugar

Em 2009, no ranking de melhor desempenho do Conselho Nacional de Justiça, ocupamos a 10ª posição entre os Tribunais Brasileiros e o 1º lugar entre os TJs da Região Norte.

Em 2010, queremos avançar ainda mais. Contamos com o apoio dos magistrados e servidores do Judiciário, bem como das instituições parceiras e da sociedade em geral, para o cumprimento das novas Metas e Ações Estratégicas deste ano.

Metas 2010

1. Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.
2. Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhista, eleitoral, militar e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007.
3. Reduzir a pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, a 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009).
4. Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 (dias) após a sessão de julgamento.
5. Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) a pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau.
6. Reduzir a, pelo menos, 2% o consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009).
7. Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência.
8. Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino a distância.
9. Ampliar para 2 Mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na Capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior.
10. Realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário, inclusive cartas precatórias e de ordem.

Ações Estratégicas 2010

- Justiça Criminal como prioridade.
- Implantação de Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- Criação de um plano de ação com cronograma para o cumprimento das metas de 2009 que não foram totalmente alcançadas.
- Divulgação da relação das pessoas (física ou jurídica) que mais ações têm na Justiça.
- Criação de um centro de capacitação de servidores, sob a coordenação do CNJ.

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
MÊS DE 2009 2011

IMPRESSÃO: FIMES, GABRIEL DO LAC

PRODUÇÃO: AGENCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TAC

No ranking de melhor desempenho conferido pelo CNJ, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre ocupa a 10ª posição entre todos os tribunais brasileiros e o 1º lugar entre os Tribunais de Justiça da Região Norte. No caso específico da Meta 2, o TJAC ocupa a 5ª posição. Isso significa dizer que, em relação ao número de processos julgados no ano passado, o Tribunal Acreano atingiu 74% de cumprimento do desafio, índice bem acima da média nacional, que ficou em 59%.

O relatório final das Metas de Nivelamento do CNJ também indica que o TJAC ocupa o 2º lugar em número de processos pendentes de julgamento no ranking de cumprimento da Meta 2 de 2009. Apenas 1.107 feitos que não foram julgados - do total de 4.245 identificados para a meta - separaram o TJAC de alcançar o desafio de julgar todos os processos judiciais distribuídos até 31 de dezembro de 2005.

Sobre o tema, a partir de março de 2010 a ASCOM produziu peças publicitárias como cartazes, folders, banners impressos e eletrônicos, e ainda a co-

bertura jornalística com entrevistas e matérias especiais em todos os veículos de comunicação.

Também em 2010 foi produzido pela ASCOM o material de divulgação da campanha "Adoção é Legal", uma iniciativa conjunta do Tribunal de Justiça do Acre e do Ministério Público Estadual, por meio do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Rio Branco e da Coordenadoria da Defesa da Infância e Juventude. A campanha, lançada em março de 2010, tem por objetivo divulgar a nova Lei de Adoção, incentivar as adoções necessárias (taradia, inter-racial, soropositiva etc.), incentivar o Cadastro Nacional de Adoção, esclarecer a população a respeito dos procedimentos legais da adoção, desestimular a "Adoção à Brasileira" e a "Adoção Direta", bem como incentivar a habilitação de casais interessados em adotar.

I ENCONTRO ESTADUAL SOBRE ADOÇÃO
Dia 24 e 25 de maio de 2010
Auditorio da Fundação Hospitalar do Acre

Palestrantes:

- Dr. Luiz Schettini Filho
Psicólogo, Teólogo e Filósofo - Recife - PE
- Dr. Romário Divino Faria
Juiz da Vara da Infância e da Juventude - Rio Branco - AC
- Drª Suzana Sofia Moeller
Psicóloga - Recife-PE
- Drª. Kátia Rejane Araújo Rodri
Promotora de Justiça - Rio Branci

Mais informações:
(68) 3211 5536
(68) 3211 5337
(68) 3211 5339

Apoio

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

asmac

Ministério Público do Estado do Acre

FEMPAC

Convite

O Tribunal de Justiça do Acre, por meio do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Rio Branco e da Coordenadoria da Defesa da Infância e Juventude, convida a todos os interessados a participar do I Encontro Estadual sobre Adoção, que será realizado nos dias 24 e 25 de maio de 2010, no Auditorio da Fundação Hospitalar do Acre.

O encontro tem como objetivo principal divulgar a nova Lei de Adoção, incentivar as adoções necessárias, esclarecer a população a respeito dos procedimentos legais da adoção, desestimular a "Adoção à Brasileira" e a "Adoção Direta", bem como incentivar a habilitação de casais interessados em adotar.

O encontro será realizado nos dias 24 e 25 de maio de 2010, no Auditorio da Fundação Hospitalar do Acre, a partir das 8h30min.

Para mais informações, consulte o site: www.tj-acre.org.br

Campanha publicitária sobre a Meta 2

Com o objetivo de mobilizar todos os agentes e instituições que participam da prestação jurisdicional, a ASCOM elaborou uma campanha publicitária pela Meta 2 em todo o Estado, com o slogan “Juntos, vamos cumprir a Meta 2”.

A divulgação dissemina a ideia de que somente com o engajamento efetivo de todos será possível mostrar que o Judiciário Acreano, unido, é capaz de prestar serviços de qualidade e em prazo razoável. Cartazes, adesivos e camisetas foram distribuídos em todo o Estado com a logomarca.

Campanha especial no Portal do Poder Judiciário do Estado



Sobre o tema da Meta 2 foi criado um link especial no portal do Poder Judiciário do Acre, no qual estão reunidas todas as informações necessárias para facilitar o trabalho de magistrados, servidores e instituições parceiras na prestação jurisdicional.

A imprensa local e nacional também têm nesse espaço uma reunião atualizada de informações sobre o andamento dos trabalhos no Judiciário do Estado do Acre. Com isso, o TJAC espera facilitar o conhecimento sobre o tema e conscientizar o cidadão de que o alcance da Meta 2 é um direito da sociedade.

A campanha “Juntos, vamos cumprir a Meta 2” ratifica a que foi criada pelo CNJ “Meta 2: bater recordes é garantir direitos”. Trata-se, portanto, de um desafio lançado pelo Judiciário com a perspectiva de que se trata de um imperativo para garantia de um direito à sociedade.

Semana Nacional da Conciliação - Meta 2

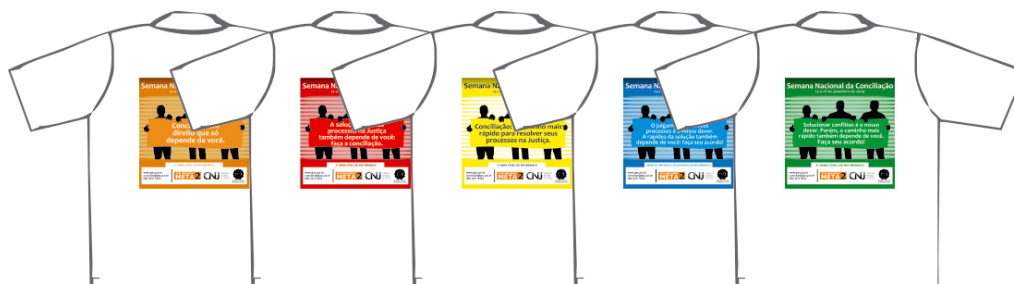


O Tribunal de Justiça do Acre, integrando o movimento desencadeado pelo Conselho Nacional de Justiça, irá participar, entre os dias 14 e 18 de setembro, da Semana Nacional de Conciliação dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2005, em cumprimento à Meta 2.

Como forma de melhor orientação das pessoas convidadas a participar da Semana, cada uma dessas unidades está sendo identificada por uma cor. A intimação recebida pelo cidadão em sua residência leva esta identificação, assim como o local em que ele será recebido no Fórum para sua audiência está demarcado dessa maneira. Confira, a seguir, a etiqueta de identificação de cada uma das unidades.



As equipes de magistrados e servidores envolvidos nas atividades da Semana também são identificados por camisas nas cores da sua unidade.



Parceria institucional: Sistema Público de Comunicação do Estado divulga Campanha pela Meta 2 em todo o Estado

O Tribunal de Justiça do Acre e o Sistema Público de Comunicações do Estado, por meio da TV e Rádio Aldeia (FM) e Rádio Difusora Acreana (AM), celebraram parceria para divulgação da campanha alusiva à Meta 2, especialmente sobre a Semana Nacional da Conciliação-Meta 2, realizada pelo Judiciário em todo o Estado entre os dias 14 e 18 de setembro. As mídias produzidas pelo Conselho Nacional de Justiça foram veiculadas gratuitamente pelo Sistema Público de Comunicação, que é o único a cobrir todos os municípios acreanos.

1.2. Projeto Mais Arte

Idealizado e coordenado pela Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial, o Projeto Mais Arte é executado há três anos, visando integrar as artes plásticas ao ambiente de trabalho de magistrados e servidores do Poder Judiciário, divulgar a produção de artistas locais e facilitar o acesso da população aos bens culturais.

- 10ª Edição

07.01.2010 a 29.01.2010 – Palácio da Justiça

01.02.2010 a 26.02.2010 – Tribunal de Justiça

Artista plástica Jacqueline Valle Mesquita

Exposição de pinturas “Entreluzes”



- 11ª Edição

03.03.2010 a 31.03.2010 – Palácio da Justiça

01.04.2010 a 30.04.2010 – Tribunal de Justiça

Artista Plástico Ismael Martins

Exposição de pinturas “Misturas e Cores”



- 12ª Edição

28.04.2010 a 21.05.2010 – Palácio da Justiça

26.05.2010 a 25.06.2010 – Tribunal de Justiça

Artista Plástico Ismael Martins

Exposição fotográfica “Os Sem Terras da Amazônia” e “Povo Yawa”.



- 13ª Edição

27.05.2010 a 25.06.2010 – Palácio da Justiça

01. 07.2010 a 28.07.2010 – Tribunal de Justiça

Artista Plástica Elais Meira

Exposição de pinturas “Caminho das Flores”.



- 14ª Edição

31.08.2010 a 25.09.2010 – Palácio da Justiça

28.09.2010 a 30.10.2010 – Tribunal de Justiça

Fotógrafo Edison Caetano

Exposição fotográfica “Cores do Acre”.



- 15ª Edição

26.11.2010 a 02.01.2011 – Palácio da Justiça

Artistas plásticos Edmar Graça e Ueliton Santana e fotógrafos

Eva Nagl e Franz Tagore

Exposição “Técnicas e Misturas”.



- 16ª Edição

26.11.2010 a 02.01.2011 – Tribunal de Justiça

Artista plástica Amarina Prado

Exposição “Mitos da Amazônia”.



1.3. Comunicação Interna - Portal de Intranet do Poder Judiciário

O Poder Judiciário do Acre lançou no dia 8 de junho de 2009 a sua página de Intranet. Prática e dinâmica, a nova rede de comunicação interna do Judiciário proporciona maior integração entre magistrados e servidores, que passaram a ter à sua disposição informações e serviços específicos.

O objetivo do projeto, desenvolvido em parceria pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e pela Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), foi tornar a rotina dos servidores mais fácil e integrada, capaz de proporcionar um meio eficaz de comunicação interna no âmbito do Poder Judiciário Estadual. Por isso ela foi elaborada dentro dos modernos princípios da comunicação institucional como uma ferramenta para consolidar a identidade institucional e qualidade dos relacionamentos internos.

Em outubro de 2009, mais uma ferramenta foi disponibilizada para os usuários da página de Intranet do Judiciário - a lista de aniversariantes do mês. Essa era uma constante demanda dos usuários da página. A partir de então, todos têm acesso a essa informação e podem endereçar mensagens de felicitações aos seus colegas aniversariantes.

A página de Intranet veio complementar o projeto de modernização comunicacional do TJAC, iniciado com o lançamento do atual portal em julho de 2008. Esta é a primeira fase de formulação da página e, aos poucos, mais conteúdos e links serão disponibilizados para os magistrados e servidores. Por ocasião do lançamento da nova ferramenta, a grande novidade foi o Portal do Servidor, a partir do qual os servidores do Judiciário passaram a ter acesso à sua ficha funcional, contracheque, folha de rendimentos, entre outras informações.

1.4. Principais Eventos

JANEIRO 2010

Dia 08

Ministério Público e TJAC lançam estudo sobre as Bacias Hidrográficas do Acre

O Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a Fundação Escola Superior do Ministério Público (FEMPAC) e a Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC) lançaram no dia 08 de janeiro o documento “Caracterização Sócioambiental das Bacias Hidrográficas do Estado do Acre”. Estudo servirá de parâmetro para decisões judiciais e será instrumento de consulta para a sociedade acreana, democratizando acesso à informação socioambiental. Realizada no auditório da Fundação Escola Superior do MPE-AC, em Rio Branco, a solenidade de lançamento foi organizada e conduzida pela Assessoria de Comunicação Social do TJAC.

Dia 29

TJAC entrega obra de reforma do Fórum de Tarauacá

O Presidente e o Corregedor Geral da Justiça do TJAC, Desembargadores Pedro Ranzi e Samoel Evangelista, respectivamente, fizeram a entrega oficial da obra de reforma do Fórum da Comarca de Tarauacá no dia 29 de janeiro. A atividade na Comarca também teve como finalidade conferir a integração da unidade ao SAJ-5. A reforma do Fórum Desembargador Mário Strano, iniciada em junho, e concluída em dezembro de 2009, demandou um investimento de R\$ 586.884,55.



As instalações físicas do prédio foram ampliadas e melhoradas, proporcionando um ambiente de trabalho mais adequado aos profissionais e servidores que trabalham no local, bem como ao público atendido pela unidade judiciária. Também foram adquiridos novos mobiliários (mesas, cadeiras, estantes e armários), condicionadores de ar e equipamentos de informática.

FEVEREIRO 2010

Dia 22

TJAC entrega obra de reforma do Fórum de Mâncio Lima

No dia 18 de fevereiro, a Direção do TJAC entregou a obra de reforma do Fórum da Comarca de Mâncio Lima. Na reforma foram investidos aproximadamente R\$ 100.000,00 nas instalações físicas do prédio, as quais foram ampliadas e melhoradas.



MARÇO 2010

Dia 08

Dia Internacional da Mulher

Em alusão ao Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, data em que é feriado estadual no Acre, o Tribunal de Justiça realiza durante esta sexta-feira, 04, a distribuição de uma lembrança a suas magistradas e servidoras. Na Capital, Rio Branco, elas receberam uma rosa vermelha e nas demais cidades do Estado, chocolates. O ato singelo expressa o carinho, respeito e reconhecimento da Direção do Tribunal para com as mulheres e sua luta, em busca de direitos, valo-

rização pessoal e profissional. Atualmente, o Judiciário Acreano possui em seu quadro 19 magistradas e 912 servidoras e terceirizadas, que chegam a ocupar 23% dos cargos de chefia.



Dia 19

TJAC entrega obra de reforma e ampliação do Fórum de Capixaba

O Tribunal de Justiça do Acre entregou no dia 19 de março mais uma obra de reforma e ampliação de suas unidades judiciárias. O Fórum Juiz de Direito Álvaro de Brito Vianna, da Comarca de Capixaba - localizada a 77 km de Rio Branco -, foi revitalizado por meio de um investimento de aproximadamente R\$ 140.000,00.



Dia 23

TJAC entrega reformas dos Fóruns de Acrelândia e Plácido de Castro

Durante visita às Comarcas de Acrelândia e Plácido de Castro, ocorrida no dia 23 de março, a Direção do TJAC entregou as obras de reforma e ampliação dos Fóruns Dr. João Oliveira de Paiva (Acrelândia) e Desembargador José Lourenço Furtado Portugal (Plácido de Castro).



Em Acrelândia, o Fórum foi beneficiado com a construção de muro com grades, realização de serviços de pintura geral (paredes e forro), reparos estruturais e instalação de tanque. Os serviços demandaram recursos da ordem de R\$ 105.563,48.

Já o Fórum da Comarca de Plácido de Castro foi beneficiado com a construção de muro, bicicletário, pintura geral (paredes e forro), assentamento de piso, instalação de barras de apoio para deficientes nos banheiros e pequenos reparos, que demandaram recursos da ordem de R\$ 74.703,54.

Dia 26

TJAC e MPE/AC lançam campanha “Adoção é Legal”

O Tribunal de Justiça do Acre e o Ministério Público Estadual, por meio do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Rio Branco e da Coordenadoria da Defesa da Infância e Juventude, lançaram no dia 26 de março a campanha “Adoção Legal”. A solenidade de lançamento aconteceu no auditório do MPE/AC, em Rio Branco.



A campanha tem como objetivos divulgar a nova Lei de Adoção, incentivar as adoções necessárias (tardia, inter-racial, soropositiva etc.), incentivar o Cadastro Nacional de Adoção, esclarecer a população a respeito dos procedimentos legais da adoção, desestimular a “adoção à brasileira” e a “adoção direta”, bem como incentivar a habilitação de casais interessados em adotar.

Dia 05

TJAC lança pedra fundamental do novo Fórum de Assis Brasil

Quatro meses após a instalação da Comarca de Assis Brasil, o Tribunal de Justiça do Acre anunciou o investimento de R\$ 1,5 milhão, com uso de recursos próprios, na construção do novo Fórum da Comarca de Assis Brasil. A pedra fundamental da obra foi erguida no dia 05 de março.



O prédio será construído em terreno doado pela prefeitura de Assis Brasil - uma área de aproximadamente 2 mil metros quadrados -, por meio da Lei Municipal nº 23/09, aprovada em 30 de setembro do ano passado. A previsão de execução da obra é de 7 meses (210 dias).

Após concluído, o Fórum abrigará uma Vara Criminal, uma Vara Cível, uma Vara da Infância e Juventude, um Juizado Especial Criminal e um Cível, um Tribunal do Júri com capacidade para 77 lugares, sala da Diretoria do Foro, Cartório do Distribuidor, sala de informática, sala de arma, copa, banheiros, garagem, bicicletário e estacionamento com capacidade para 22 veículos.

Dia 12

TJAC instala a 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Rio Branco

O Tribunal de Justiça do Acre instalou no dia 12 de março a 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Rio Branco. A nova unidade judiciária é pioneira na Região Norte, e umas primeiras no Brasil, com competência para processar e julgar os crimes de natureza sexual praticados contra crianças e adolescentes, em conformidade

com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com a criação dessa nova Vara, o Tribunal Acreano deslinda uma nova alternativa para que os crimes contra a dignidade de menores sejam apurados de maneira especial. A Direção do Tribunal também espera, com a instalação da unidade, garantir um atendimento efetivo e célere às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, que atualmente são atendidos nas Varas Criminais genéricas, que já possuem grande número de procedimentos - inquéritos e ações penais - sobre o tema.



MAIO 2010

Dia 05

Posse da Juíza Lílian Deise como titular do 1º Juizado Especial Cível

No dia 05 de maio, o TJAC empossou a Juíza de Direito Lílian Deise Braga Paiva como titular do 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Rio Branco. Desde outubro de 2009, Lílian Deise respondia pela Vara Criminal da Comarca de Senador Guiomard e foi promovida pelo critério de antiguidade para o 1º Juizado Especial Cível da Capital. Ela ingressou na magistratura em novembro de 2001, após ser aprovada em concurso público realizado pelo TJAC.



Dia 12

TJAC realiza doação de 800 kg de alimentos a instituições filantrópicas

O Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Desembargador Pedro Ranzi, visitou no dia 12 de maio as instituições filantrópicas de assistência social Casa Resgate, Casa Lar Ester e Jovem Peniel, localizadas em Rio Branco. Pedro Ranzi conheceu as instalações, conversou com os coordenadores e os abrigados - geralmente meninos e meninas encaminhados pela Justiça e Conselho Tutelar da Infância e da Adolescência como medida de segurança. Durante as visitas, o Desembargador-Presidente realizou a entrega de 800 kg de alimentos às instituições, material arrecadado durante as inscrições ao processo seletivo simplificado para estagiários do TJAC.

Dia 17

Palácio da Justiça integra a programação da 8ª Semana de Museus

O Ministério da Cultura promoveu, no período de 17 a 21 de maio de 2010, em todo o país, a 8ª Semana de Museus. O tema deste ano é "Museus para a harmonia social". Várias organizações de todo o Brasil celebrarão a programação conjunta, cujo objetivo é promover a integração das instituições museológicas, intensificando suas relações com a sociedade.

Em Rio Branco, diversos espaços culturais fizeram parte da programação de atividades e, dentre eles, está o Palácio da Justiça - Centro Cultural do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (Rua Benjamim Constant, 1128, no Centro da Capital).

Dia 24

TJAC e MPE promovem I Encontro Estadual Sobre Adoção

O Tribunal de Justiça do Acre e o Ministério Público Estadual, por meio da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Rio Branco e da Coordenadoria da Defesa da Infância e Juventude, promoveram nos dias 24 e 25 de maio, no auditório da Fundação Hospitalar do Acre (Fundhacre), o I Encontro Estadual Sobre Adoção.

Com o apoio da Associação dos Magistrados do Acre (AMAC) e da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Acre (FEMPAC), o evento teve por objetivo principal viabilizar um espaço de sensibilização, discussão e mobilização

sobre adoção, visando assegurar à criança e ao adolescente o direito a uma convivência familiar e comunitária saudável, livre de situações de risco, junto a uma família substituta.

Objetivou, também, discutir os aspectos jurídicos e sociais da adoção, refletir sobre as novas configurações da família, conhecer a realidade da adoção no estado e construir proposta para aperfeiçoamento dos caminhos da adoção no Acre. Durante o encontro foram realizadas conferências, mesas redondas e debates livres. Na tarde do último dia do evento foram elaboradas as propostas para a construção de uma nova cultura da adoção no estado.

Dia 26

Presidente do TJAC recebe medalha Plácido de Castro

O Presidente do TJAC, Desembargador Pedro Ranzi, participou no dia 25 de maio da comemoração dos 94 anos da Polícia Militar no Acre. Na solenidade que contou com a presença do vice-governador César Messias, da Secretária de Segurança Pública Márcia Regina e outras autoridades, foram concedidas promoções a oficiais e entregas de medalhas. Pedro Ranzi foi o único civil homenageado com a medalha Plácido de Castro, uma das mais importantes comendas do Estado.

JULHO 2010

Dia 09

TJAC realizará Sessão Extraordinária e Solene em Comemoração ao Centenário de Brasília

Como parte da programação festiva em alusão aos 100 anos de Brasília, o Tribunal de Justiça do Acre promoveu no dia 09 de julho uma Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno e Sessão Solene em Comemoração ao Centenário.



A solenidade, que aconteceu no Fórum Dr. Evaldo Abreu de Oliveira, no centro da cidade, contou com dois momentos: um judicial, no qual os desembargadores que compõem a Corte de Justiça do Acre julgaram processos originados na Comarca de Brasília; e um solene, de celebração ao centenário da cidade que foi fundada pela Justiça.

Com a realização de sessões nas diversas comarcas do Estado, o TJAC também celebra este ano os seus 47 anos, completados no dia 15 de junho, buscando aproximar-se cada vez mais da população acreana. Mais próximo do cidadão, o Judiciário Acreano espera despertar o sentimento de valorização da Justiça e a consciência sobre a importância do papel que desempenha na congregação do Estado Democrático de Direito no Acre.

Dia 31

Casamento Coletivo da Expoacre 2010

Na edição do Casamento Coletivo da Expoacre 2010, o Tribunal de Justiça e o Projeto Cidadão promoveram a união civil de 800 casais. O evento, aberto ao público, aconteceu no dia 31 de julho, no estádio Arena da Floresta, em Rio Branco. Dentro da programação anual de atividades do Projeto, o Casamento Coletivo da Expoacre é uma das mais tradicionais. Realizado desde 2004, o Casamento Coletivo reúne centenas de pessoas, entre noivos, familiares e convidados, que participam ao ar livre de uma cerimônia civil com direito a decoração especial e apresentações artísticas. O Casamento Coletivo é uma das principais ações do Projeto Cidadão, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Em 15 anos de existência, o Projeto já realizou 26.673 casamentos em todo o Estado.



AGOSTO 2010

Dia 04

Cortes de Justiça do Acre e Madre de Dios celebram convênio de cooperação técnica interinstitucional

A convite da Corte Superior de Justiça de Madre de Dios, no dia 04 de agosto, o Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Desembargador Pedro Ranzi, participou das comemorações pelo Dia do Juiz no Peru. Na oportunidade o Judiciário Acreano assinou importante convênio com a Corte do Departamento Peruano de Madre de Dios, visando promover o intercâmbio de experiências entre as Justiças Brasileira e Peruana.



O Decreto-Lei nº 18.918, de 1971, oficializa a data de 4 de agosto como o Dia do Juiz e todas as Cortes Superiores de Justiça do Peru procedem à realização de sessão solene nesta data para recordar o trabalho dos juízes que têm contribuído para a administração da Justiça, o progresso da cultura jurídica do país e da emancipação social, política e econômica da República do Peru.

Por meio do Convênio estabelecido, o Tribunal de Justiça do Acre permitirá aos magistrados da Corte Superior de Justiça de Madre de Dios realizar estudos voltados à coleta de experiências, projetos e ações, além de conhecer a gestão desenvolvida no âmbito do Poder Judiciário Acreano.

O TJAC também permitirá à Corte de Madre de Dios conhecer e manusear em caráter experimental os sistemas tecnológicos utilizados no âmbito do Judiciário Acreano, visando avaliar sua implementação na Corte vizinha. Da mesma forma, será facilitada a participação de representantes da Corte de Madre de Dios em cursos de capacitação oferecidos pelo Tribunal Acreano.

Por sua vez, a Corte de Madre de Dios coordenará a

visita de magistrados e servidores do TJAC às unidades da Justiça Peruana, buscando viabilizar o conhecimento da realidade do sistema judiciário da região da Amazônia Peruana. A partir disso, estudos poderão sugerir a implementação de ações positivas na melhoria da prestação jurisdicional no Estado do Acre.

Com a celebração do Convênio, as duas instituições também assumem reciprocamente a responsabilidade de adotar medidas que visem celerizar o trâmite de processos que envolvam cidadãos peruanos e brasileiros habitantes das regiões do Estado do Acre e de Madre de Dios. O prazo de vigência do acordo é de 12 meses, com possibilidade de ser renovado.

Dia 06

Pedro Ranzi apresenta experiências da Justiça Acreana no VII Congresso Internacional de Antropologia Jurídica

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Desembargador Pedro Ranzi, participou no dia 6 de agosto do VII Congresso Internacional da Rede Latinoamericana de Antropologia Jurídica - RELAJU, realizado na Pontifícia Universidade Católica de Lima, no Peru.

No Congresso, o Desembargador-Presidente apresentou o trabalho “Direito à interculturalidade e a facilitação do acesso ao Judiciário: experiências na Amazônia Acreana”, com o objetivo de discutir a eficiência da legislação brasileira num espaço de diversidade étnica e cultural, que é a Amazônia Acreana.



A reflexão de Pedro Ranzi defendeu a implementação de reformas, programas, práticas, atitudes e experiências no seio do Judiciário, como o Projeto Cidadão e a Justiça Comunitária, desenvolvidos pelo Poder Judiciário do Acre. Essas duas ações da Justiça Acreana são nacio-

nalmente reconhecidas por facilitar o acesso das mais diversas comunidades à Justiça Ordinária, especialmente como estratégia possível para resguardar o direito dos povos indígenas à diversidade.

Dia 17

Mutirão Carcerário: TJAC e CNJ encerram atividade com revisão de mais de 3 mil processos

O Tribunal de Justiça do Acre e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) selaram no dia 17 de agosto a etapa de encerramento do Mutirão Carcerário - realizado no Estado entre 8 de junho e 8 de julho deste ano.

Conforme o relatório final apresentado, de um total de 3.096 processos revisados, foram concedidos 454 benefícios, dos quais mais da metade resultou na liberação de presos. Durante o período do mutirão, equipe (de juízes e servidores), CNJ fez vistorias nos presídios do Acre para detectar possíveis falhas e sugerir melhorias no sistema prisional.

Iniciativa do CNJ para revisar prisões, possibilitar a ressocialização e recolocar presos e egressos no mercado de trabalho, o Mutirão Carcerário também contou com a parceria do Ministério Público; Defensoria Pública Estadual; a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Acre; Secretaria de Segurança Pública; Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) e Instituto de Administração Penitenciária do Estado (IAPEN).

Na execução da atividade, das 16 comarcas instaladas do Estado do Acre, a Coordenação dos trabalhos definiu três pólos de concentração das atividades: Rio Branco, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, sendo que estes concentraram os processos de todo o Estado.



A programação do evento também incluiu a conferência “CÁRCERE: Função e Limites”, ministrada pelo Promotor de Justiça do Estado de Goiás Haroldo Cae-

tano. Em seguida, foi feita a entrega de certificados às equipes que trabalharam no Mutirão Carcerário.

Como forma de incentivar a leitura e conscientização dos apenados, o Desembargador-Presidente Pedro Ranzi realizou a doação de 208 livros ao Diretor-Presidente do IAPEN, Leonardo Carvalho, acompanhados de marcadores de textos impressos no Parque Gráfico do TJAC. As obras irão compor o acervo bibliográfico da Unidade Prisional 4, na Capital.

Ao final da solenidade foi exibido um vídeo institucional com o registro das principais atividades do Mutirão.

SETEMBRO 2010

Dia 21

Juiz Romário Divino assume a titularidade da 2ª Vara da Infância e da Juventude

Em sessão solene realizada no dia 21 de setembro o Juiz de Direito Romário Divino Faria assumiu a titularidade da 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Rio Branco



O Juiz Romário Divino vinha desempenhando suas funções jurisdicionais na 1ª Vara da Infância desde 30 de janeiro de 2009, quando foi promovido da Primeira Entrância (Interior) para a Entrância Especial (Capital). Em 23 de agosto de 2010, o Tribunal Pleno Administrativo aprovou por unanimidade a sua remoção para a 2ª Vara da Infância (processo administrativo nº 2010.001.723-3), unidade instalada em abril deste ano com competência para processar e julgar os crimes de natureza sexual praticados contra crianças e adolescentes.

Homenagem - Durante a solenidade também o Tribunal fez uma homenagem à Juíza de Direito Maria Tapajós, falecida em agosto de 2008. De acordo com a

Resolução nº 146/2010, aprovada na última sessão do Tribunal Pleno Administrativo, foi autorizada a denominação do prédio onde funcionam as 1ª e 2ª Varas da Infância da Capital de “Juíza de Direito Maria Tapajós Sant’Ana Areal”.

A medida considerou os relevantes serviços prestados pela Magistrada à justiça acreana, em especial no âmbito da Infância e Juventude, onde atuou durante doze anos. Maria Tapajós se tornou conhecida pela sua luta em mobilizar a sociedade em prol da proteção integral à criança e ao adolescente e do permanente reconhecimento dos direitos e garantias conferidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

OUTUBRO 2010

Dia 20

CNJ implanta Programa Medida Justa no Acre

Visando garantir mais assistência aos adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas socioeducativas no Acre, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) implantou o programa Medida Justa no Estado. No período de 18 a 23 de outubro, duas equipes do CNJ visitaram os municípios de Feijó, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Rio Branco, para implantar o programa.

A cerimônia de encerramento dos trabalhos no Acre aconteceu no dia 22 de outubro, no Palácio da Justiça, em Rio Branco, quando foram apresentados os resultados dos trabalhos no Acre.

O programa - Lançado durante a solenidade comemorativa dos cinco anos de instalação do CNJ, em 14 de junho deste ano, o programa teve sua primeira iniciativa desenvolvida no Estado de Goiás. A intenção do Conselho é estender a iniciativa a todos os estados brasileiros e mapear as unidades de internação do país.

De acordo com o DMF, o Medida Justa foi elaborado para que os adolescentes sob custódia do estado tenham tratamento diferenciado dos adultos, hoje cuidados pelo Mutirão Carcerário.

Com esse projeto, busca-se uma radiografia do sistema de internação dos adolescentes, procedendo-se ao levantamento das condições das unidades de internação, tanto na questão física como na pedagógica, para

que se possa acelerar o processo de implementação das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (SINASE).

Será procedida, ainda, a verificação do sistema utilizado pelas unidades do Judiciário que acompanham o cumprimento da medida de internação, buscando uma otimização da prestação jurisdicional e uniformização de procedimentos. Segundo o DMF, a intenção é que todos os atores do sistema tenham consciência de que a medida socioeducativa não se confunde com a pena aplicada ao adulto, e que unidade de internação não é prisão.

O “Medida Justa” é executado por magistrados com experiência na área de execução de medida socioeducativa e por técnicos do Judiciário como assistentes sociais, psicólogos e pedagogos. Conta, ainda, com a participação do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil e de Técnicos da Fundação (ou equivalente) gestora da execução da medida de internação.

De 19 a 22

Justiça Acreana realiza o Projeto Juiz na Escola

Objetivando a atuação conjunta na abordagem de temas como bullying (violência física ou psicológica, intencional e repetida, contra pessoas incapazes de se defender), violência escolar, combate às drogas, evasão escolar, entre outros assuntos relacionados, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e a Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC) realizaram, de 19 a 22 de outubro, em Rio Branco, o Projeto Juiz na Escola.



Trata-se de uma nova iniciativa do CNJ neste mês em que se comemora o Dia das Crianças, executada por diversos Tribunais em todo o País. No Acre, o Projeto Juiz na Escola se somará ao Projeto Justiça na Escola, já desenvolvido pelo CNJ com o apoio de entidades representativas de classe da magistratura. O Juiz Romário Divino, titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Rio Branco, atuará como coordenador da atividade, que deve se desenvolver ao longo dos próximos meses.

O lançamento do Projeto aconteceu no dia 19.10.2010, na Escola Pedro Martinello, localizada no Bairro Montanhês. Durante os próximos quatro dias, os juizes de Direito colaboradores Romário Divino, Larissa Pinho, Marcelo Badaró, Laudivon Nogueira e Luiz Camolez visitaram as escolas para conversar sobre o tema com os alunos das escolas Pedro Martinello, João Paulo I, Mário de Oliveira, Jovem Boa União e Humberto Soares, da rede pública da Capital.

Em parceria com as Coordenadorias de Infância e Juventude, associações de magistrados e órgãos ligados à educação, a principal finalidade do CNJ e dos Tribunais de Justiça com a implementação do projeto é aproximar o Judiciário e as instituições de ensino do país no combate e prevenção dos problemas que afetam crianças e adolescentes.

Dia 27

Vara de Tóxicos e CEPAL promovem encerramento das atividades da 4ª Etapa do Programa de Prevenção às Drogas e Reinserção Social em 2010

A Vara de Delitos de Tóxicos e Acidentes de Trânsito e a Central de Penas Alternativas (CEPAL) de Rio Branco, por meio do Grupo de Orientação e Conscientização de Dependência Química, promoveram no dia 27 de outubro, no Teatro Plácido de Castro, a solenidade de encerramento das atividades, em 2010, da 4ª Etapa do Programa de Prevenção às Drogas e Reinserção Social do Tribunal de Justiça do Acre.



O objetivo do evento foi difundir a reinserção social das pessoas que cumprem pena em unidades prisionais, bem como conscientizar a juventude acreana acerca dos malefícios causados pelas drogas.

Coordenada pelos juizes de Direito Elcio Sabo e Maha Manasfi, titulares das unidades judiciárias, a programação do evento contará com várias atividades, como a participação de grupos musicais, além da presença de autoridades e entidades parceiras.

A iniciativa do Poder Judiciário do Acre ratifica a campanha institucional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), denominada “Começar de Novo”. A ideia é sensibilizar a população brasileira sobre a necessidade de reinserir, no mercado de trabalho e na sociedade, presos ou egressos do sistema carcerário.

NOVEMBRO 2010

Dia 04

TJAC empossa magistrados e instala duas novas unidades judiciárias na Comarca de Rio Branco

O Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Desembargador Pedro Ranzi, conduziu no dia 04 de novembro, no Fórum Barão do Rio Branco, a solenidade de posse do Juiz de Direito Ednaldo Muniz dos Santos como Titular da Vara Cível da Comarca de Sena Madureira e da Juíza de Direito Thais Queirós Borges de Oliveira Abou Kalil como Titular da Vara Criminal da Comarca de Senador Guimard.



Durante a solenidade também foram instaladas a 2ª Vara do Tribunal do Júri e o Juizado Especial de Fazenda Pública, ambos da Comarca de Rio Branco. A 2ª Vara do

Tribunal do Júri processará e julgará os crimes dolosos contra a vida e conexos, na forma consumada ou tentada, bem como organizará e presidirá o 2º Tribunal do Júri. Também terá como competência o processo e julgamento dos crimes militares praticados por oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Acre e por seus assemelhados.

A prática e a comunicação dos atos processuais na nova unidade serão exclusivamente por meios eletrônicos, atendidos os requisitos de autenticidade, integralidade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Por sua vez, o Juizado Especial de Fazenda Pública terá por objetivo agilizar o julgamento de situações como a anulação de multas por infrações de trânsito, a impugnação de lançamentos fiscais (a exemplo de ICMS e IPTU), infrações de normas sobre postura municipal, principalmente no caso de pequenas e microempresas, e outras questões tributárias.

Será a quarta unidade judicial acreana a experimentar os benefícios da utilização do processo eletrônico. Há um indicativo de que a Juíza de Direito Regina Longuini, Titular da 2ª Vara de Fazenda Pública de Rio Branco, terá competência prorrogada para responder pela nova unidade judiciária.

Com a instalação dessa unidade, o TJAC cumpriu a Lei nº 12.153/2009 e o Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça nº 07/2010, que determinam a criação de Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos estados e municípios brasileiros, a fim de acelerar a tramitação de ações - nas quais estados e municípios são réus -, que não ultrapassem 60 salários mínimos, aproximadamente R\$ 30 mil.

Dia 05

Programa Justiça Comunitária reúne parceiros para celebrar resultados obtidos no último ano

O Programa Justiça Comunitária, desenvolvido há oito anos pelo Tribunal de Justiça do Acre, encerrou no dia 05 de novembro as atividades referentes ao Convênio Federal 700546/2008, estabelecido entre o TJAC e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Em solenidade que aconteceu no plenário do Pa-

lácio da Justiça, no Centro de Rio Branco, o Presidente do TJAC, Desembargador Pedro Ranzi, a Coordenadora do Programa, Desembargadora Eva Evangelista, e a Executora do Programa, Juíza de Direito Mirla Cutrim, reuniram agentes comunitários, parceiros e apoiadores da iniciativa, além de autoridades e a imprensa para fazer um balanço das atividades e celebrar os resultados obtidos pelo Programa nos últimos anos.



O convênio ora encerrado fortaleceu e ampliou a atuação do Programa, tornado possível a contratação de 110 Agentes Comunitários de Justiça e Cidadania, que atuam diariamente em 35 bairros carentes da cidade de Rio Branco, trabalhando na resolução de pequenos conflitos, de maneira rápida e amistosa, por meio da mediação e conciliação.

A parceria do Tribunal de Justiça com o Governo Federal, assim como o aporte financeiro necessário para impulsionar as atividades do Programa, na quantia de aproximadamente R\$ 770 mil, tornou-se possível pelo investimento direto do TJAC e por emendas parlamentares dos deputados federais Nilson Mourão, Ilderlei Cordeiro, Sérgio Petecão e Flaviano Melo, apresentadas ao Orçamento Geral da União no ano de 2007.

DEZEMBRO 2010

De 29.11 a 03.12.2010

Semana Nacional da Conciliação

A abertura da Semana Nacional da Conciliação no Acre ocorreu no dia 29 de novembro, no Fórum Barão do Rio Branco, e contou com a presença do Presidente do Tribunal de Justiça do Acre em exercício e do Corregedor Geral da Justiça, Desembargadores Adair Longuini e Samoel Evangelista, respectivamente.



Também participaram do ato os representantes de várias instituições, dentre eles a Desembargadora-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (Rondônia e Acre), Maria Cezarineide de Souza, o Diretor do Foro da Justiça Federal em Rio Branco, Waldemar de Carvalho e o Presidente da OAB/AC, Advogado Florindo Poersch.

O grande diferencial da Semana neste ano é a reunião da Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho em um mesmo local, orientação do CNJ, que defende um trabalho irmanado entre todos os setores da Justiça brasileira.

Os trabalhos foram desenvolvidos nos próprios fóruns das comarcas acreanas. Em Rio Branco, a maior comarca do Estado, o TJAC concentra a realização de audiências em dois locais: no Fórum Barão do Rio Branco, no Centro da cidade, e nos Juizados Especiais Cíveis, localizado no bairro Bosque.

Balanço da Semana

Durante a Semana Nacional da Conciliação deste ano, realizada entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro, a Justiça Acreana realizou em todo o Estado 1.567 audiências de conciliação, obtendo aproximadamente 43% de acordos. Ao todo, as conciliações envolveram um montante de R\$ 2.288.449,71.

As Varas Cíveis do Estado realizaram 831 audiências, que resultaram em 435 acordos. Já os Juizados Especiais Cíveis, promoveram 736 audiências, com homologação de 228 conciliações. De acordo com dados parciais da Corregedoria Geral da Justiça, em torno de 3.340 pessoas foram atendidas durante os cinco dias de atividade no Acre.

Representando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselheiro Leomar Amorin, que é Desembargador-

Federal da 1ª Região, esteve no Acre para acompanhar os trabalhos do TJAC ao longo da semana.

Dia 13

Programa de Prevenção às Drogas e Reinserção Social: Vara de Tóxicos e Cepal encerram atividades do Programa em 2010

A Vara de Delitos de Tóxicos e Acidentes de Trânsito e a Central de Execução e Penas Alternativas (CEPAL) de Rio Branco, por meio do Grupo de Orientação e Consientização de Dependência Química, promoveram no dia 13 de dezembro, no Teatro Plácido de Castro, a solenidade de encerramento das atividades, em 2010, do Programa de Prevenção às Drogas e Reinserção Social do Tribunal de Justiça do Acre.



O objetivo do evento, que reuniu mais de 300 pessoas, foi divulgar a reinserção social das pessoas que cumprem pena em unidades prisionais, bem como conscientizar a juventude acreana acerca dos malefícios causados pelas drogas. Nessa oportunidade, os convidados, principalmente os reeducandos e suas famílias, acompanham shows musicais e apresentações teatrais sobre o tema.

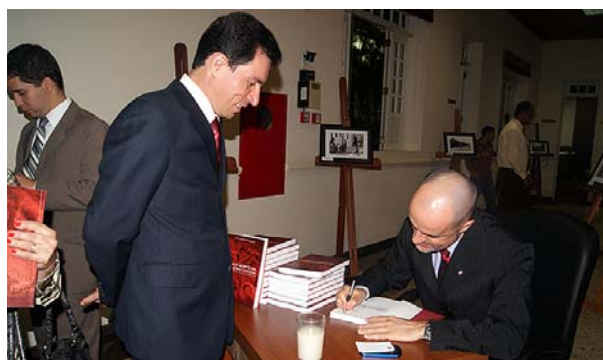
Em outubro deste ano a coordenação do Programa realizou um evento festivo para celebrar o encerramento da sua quarta etapa de atividades, reunindo cerca de 300 convidados no Teatro Plácido de Castro, entre magistrados, servidores do Judiciário, empresas parceiras, familiares de reeducandos e a comunidade.

Coordenada pelos juízes de Direito Elcio Sabo e Maha Manasfi, titulares das Varas de Tóxico e da Vara de Execuções Penais e CEPAL, respectivamente, a programação do evento contou com a participação de diversos grupos artísticos e musicais da cidade, além da presença de autoridades e representantes de entidades parceiras.

Dia 16

TJAC e ESMAC promovem lançamento da obra “Vida e Morte na Amazônia Indígena”

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre e a Escola Superior da Magistratura promoveram no dia 16 de dezembro, no Plenário do Palácio da Justiça, palestra de apresentação e lançamento da obra “Vida e Morte na Amazônia Indígena: as Invasões Madeireiras e os Povos Ashaninka”, de autoria do Procurador da República Marcus Vinicius Aguiar Macedo.



O evento, que foi aberto ao público, fez parte da Agenda Cultural do TJAC e encerrou a programação de atividades da ESMAC em 2010. O TJAC sempre incentivou a produção e difusão do conhecimento jurídico no Estado, e sempre teve a ESMAC como parceira nesta missão.

Procurador da República Marcus Vinicius, autor da obra apresentada e lançada na noite de quinta, palestrou sobre o tema “O meio ambiente, as várias Amazônia e a sua biodiversidade física e cultural”. Fez uma breve retrospectiva sobre a vida indígena ao longo da história no Brasil e no mundo, e sobre as leis existentes em prol dos índios, tanto em âmbito nacional quanto estadual.

Após a palestra, o Procurador realizou momento de autógrafos da obra de sua autoria, que foi reimpressa pelo Parque Gráfico do Tribunal de Justiça. Os direitos autorais desta edição, a ser distribuída gratuitamente, foram cedidos pelo autor ao TJAC.

A obra é fruto da dissertação de mestrado defendida pelo Procurador no ano de 2008, junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, e consiste em uma pesquisa teórica e legislativa, além de estudo de caso dos povos Ashaninka, da Reserva Indígena do Rio Amônia, no município de Marechal Thaumaturgo (AC), na fronteira entre Brasil e Peru.

Dia 16

Panetone Natalino

Em parceria com o Governo do Estado, o Tribunal de Justiça realizou no período de 15 a 24 de dezembro a distribuição do tradicional panetone natalino aos magistrados e servidores do Judiciário Acreano. A singela iniciativa buscou agraciar magistrados e servidores da capital e interior do Estado em reconhecimento pelo desempenho no exercício diário das suas atividades. Tendo em vista que os panetones foram fabricados no próprio Estado em caixas personalizadas, a iniciativa também repercutiu como estímulo à indústria local.

Dia 30

Tribunal de Justiça do Acre tem nova sede

No dia 30 de dezembro, o então Governador do Estado, Arnóbio Marques, entregou ao Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Desembargador Pedro Ranzzi, a nova sede do TJAC, construída com financiamento conjunto do Executivo e do Judiciário Estadual.

A nova unidade foi iniciada em junho de 2006, e era uma aspiração antiga do Judiciário Acreano, aguardada com muita expectativa pela comunidade forense. Projetado em conformidade com os mais modernos padrões de Engenharia e Arquitetura, o novo prédio reflete o esforço da atual gestão do TJAC para a continuidade da modernização dos métodos de trabalho e melhoria das condições físicas e materiais para oferecer melhor prestação jurisdicional aos cidadãos.



Construído em uma área de 19.210 m², o prédio possui 9.265 m², com subsolo para amplo estacionamento. No térreo funcionarão os setores administrativos e de atendimento ao público. No primeiro pavimento funcionarão os gabinetes dos desembargadores e da administração superior do Tribunal, além das Câmaras Cível e Criminal e da Diretoria Judiciária. No segundo pavimento funcionará o Pleno do Tribunal.

O moderno projeto arquitetônico da unidade, erguido no novo Centro Administrativo de Rio Branco, localizado à margem da BR-364, entre a Fundação Hospitalar e o Tribunal Regional Eleitoral do Acre, leva em conta a geografia do terreno, visando garantir a climatização natural das salas. Anexo ao prédio sede do TJAC também serão abrigados os setores de Arquivo (Judicial e Administrativo), Almoxarifado e Patrimônio do Tribunal.

Atualmente a estrutura do Tribunal de Justiça do Acre está distribuída por diversos prédios da cidade de Rio Branco, o que gera inúmeras dificuldades do ponto de vista logístico e financeiro. De acordo com a Direção do TJAC, a mudança das diversas unidades para o novo prédio terá início no próximo mês de fevereiro.

Homenagem

Durante a solenidade o Tribunal Acreano prestou uma homenagem especial ao Governador Arnóbio Marques, ao Procurador de Justiça Edmar Monteiro e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Acre, Coronel Romário Célio, pelos relevantes serviços prestados à cultura jurídica e ao Poder Judiciário Estadual. A saudação aos laureados foi feita pela Desembargadora Miracele Lopes.

Eles foram condecorados com o colar e o diploma do Mérito Judiciário, a mais alta insígnia do Poder Judiciário Estadual, instituída pela Resolução TJAC nº 22, de 20 de março de 1986. Segundo a norma, os agraciados são indicados pela Comissão Especial de Honraria e Mérito, composta pelo Presidente do Tribunal de Justiça e por dois Desembargadores mais antigos, em exercício, na oportunidade da reunião da Comissão. As escolhas acontecem por maioria dos votos.

JANEIRO 2011

Dia 10

Direção do TJAC entrega Fórum de Assis Brasil

Dando continuidade à política de construção de novas e a reforma e ampliação das antigas unidades judiciais, a direção do Tribunal de Justiça do Acre entregou no dia 10 de janeiro o novo fórum da Comarca local. O objetivo é tornar mais eficiente a prestação jurisdicional, modernizar as condições físicas e materiais e melhorar

as condições de trabalho de Magistrados e Servidores e de atendimento ao público.



Com custo estimado em mais de R\$ 1.5 milhão, a nova unidade judiciária foi construída em terreno de mais de 2 mil metros quadrados, doado pela Prefeitura do município, e abrigará três varas (Criminal, Cível e Infância e Juventude), dois Juizados Especiais (Cível e Criminal), um Tribunal do Júri, Diretoria do Foro, Cartório do Distribuidor, salas de Informática e de Armas, Copa, garagem, bicicletário, banheiros e estacionamento.

Dia 20

TJAC entrega obra de revitalização do Fórum Barão do Rio Branco

A Direção do TJAC realizou no dia 20 de janeiro a entrega da obra de revitalização do Fórum Barão do Rio

Branco, fruto de um investimento de mais de 1 milhão de reais.

O Fórum é o maior do Estado e abriga quatro Varas Cíveis, três Varas de Família, Vara de Delitos de Tóxicos e Acidentes de Trânsito, Vara de Órfãos e Sucessões, Vara de Registros Públicos, duas Varas do Tribunal do Júri, duas Varas da Fazenda Pública; Sala da OAB, a Associação dos Magistrados do Acre (ASMAG), Cartório Distribuidor, Diretoria do Foro, Parque Gráfico, Espaço Cultural, Contadoria, Central de Mandados e a Praça do Cidadão.



Boa parte dessas unidades judiciárias foi ampliada ou reformada, bem como foi criada a 2ª Vara do Tribunal do Júri, instalada no final do ano de 2010, e que funciona em modernas instalações. O Fórum também apresenta, a partir de agora, uma nova comunicação visual, cujos layouts concorrem para melhor identificação dos serviços, acomodação dos servidores e atendimento ao público.

2. ANÁLISE DA GESTÃO

A análise da gestão, ano base 2010, presente neste relatório se deu em observância a estratificação das áreas de resultado (perspectivas) do Planejamento Estratégico, a saber: Recursos, Processos Internos e Sociedade.

Figura I - Perspectivas do Planejamento Estratégico



Fonte: Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NEGEST

2.1. Perspectiva de recursos (orçamento, finanças, recursos humanos e infraestrutura)

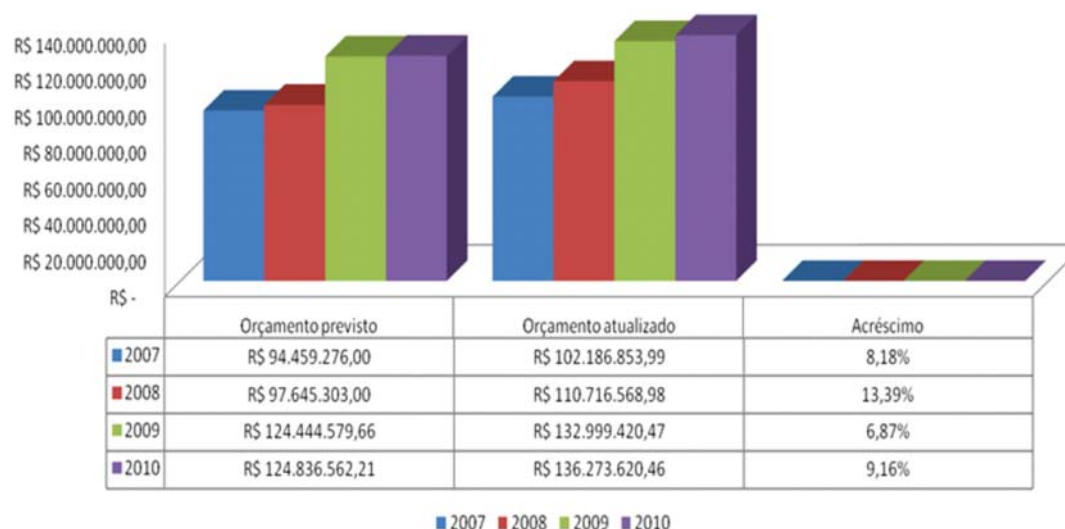
2.1.1. Recursos orçamentários e financeiros

A administração do Poder Judiciário Acreano durante o biênio 2009/2011 canalizou esforços no sentido de melhorar as instalações físicas das Unidades Judiciárias, a infraestrutura tecnológica, a capacitação de servidores e magistrados e a manutenção das atividades de responsabilidade social. Tudo isso sem abrir mão dos princípios norteadores da boa gestão fiscal.

Esses investimentos potencializaram a prestação jurisdicional e as ações sociais contidas no planejamento estratégico e priorizadas no seu Plano de Gestão.

Nessa perspectiva, garantir recursos orçamentários foi de fundamental importância para concretizar as ações planejadas, e conforme demonstrado a seguir é possível observar o aumento do volume de recursos financeiros, tanto na fase de negociação, quanto de execução do orçamento durante o ano.

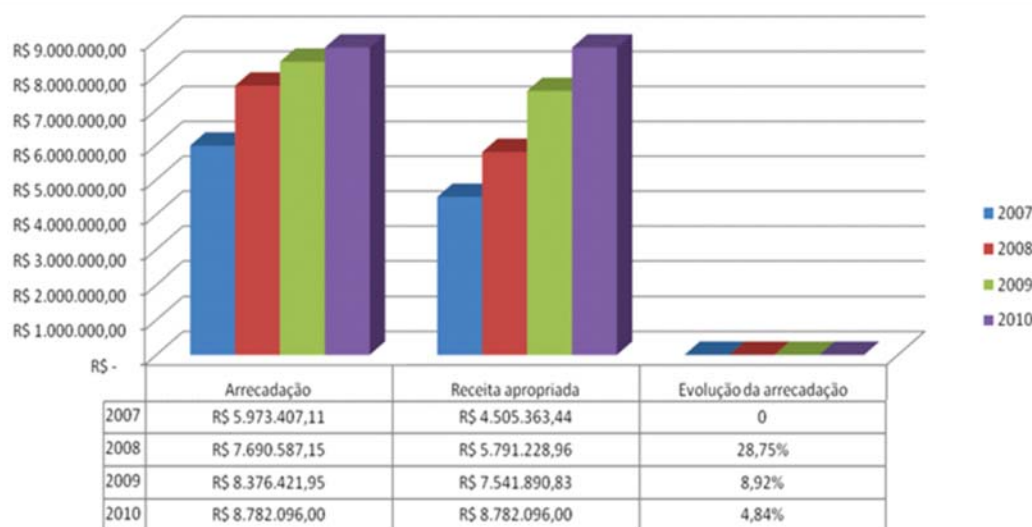
Gráfico I - Demonstrativo dos superávits orçamentários nos últimos 4 anos - previsto x executado



Fonte: Diretoria de Finanças – Balanço Orçamentário – Elaboração NEGEST

As receitas próprias contribuíram de forma significativa para fortalecimento do orçamento anual e se mantiveram, apesar das privatizações dos cartórios extrajudiciais, em equivalência ao exercício anterior, senão vejamos:

Gráfico II – Demonstrativo de evolução da receita própria nos últimos 4 anos



Repasse efetuado pelo Tesouro Estadual em conformidade com o art.17, §§ 1º e 2º da Lei nº 1.422/01
 Fonte: Diretoria de Finanças e Relatório de Gestão 2009, elaboração NEGEST

A participação do orçamento do TJAC na Receita Corrente Líquida do Estado, tem se mantido estável, garantindo a razoabilidade de recursos para atingir e ampliar as metas estabelecidas no Plano de Gestão e as metas de nivelamento do judiciário nacional, emanadas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Tabela I - Participação do orçamento do TJAC na receita corrente líquida do Estado

Exercício	Receita corrente líquida R\$	Orçamento do TJAC R\$	% sobre a RCL
2007	1.933.478.680,55	94.459.276,00	4,48%
2008	2.223.256.744,68	97.645.303,00	4,39%
2009	2.453.089.940,51	124.444.579,66	5,07%
2010	2.591.601.988,17	124.836.562,21	4,82%

Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento

2.1.1.1. Captação de recursos externos

Objetivando intensificar as ações sociais do TJAC, foram elaborados e apresentados a diversos órgãos governamentais cinco projetos de captação de recursos, totalizando mais de R\$2,3 milhões.

Tabela II – Demonstrativo de projetos apresentados e em análise

Item	Projeto	Título/Objeto	Valor (R\$)		Total (R\$)	Órgão concedente	Situação	Recursos externos transferidos ao TJAC em 2010
			Concedente	Proponente				
1	Projeto Cidadão	Mutirão para fornecimento de documentação civil básica e orientação/ assistência jurídica às comunidades de baixa renda do Acre (com ênfase nos municípios de Acrelândia, Brasiléia, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo)	600.000,00	67.000,06	667.000,06	SDH/PR	APROVADO, CONVÊNIO Nº 735998/2010 assinado em 29.06.2010 (SICONV)	300.000,00
2	Justiça Comunitária	Continuidade das ações do Programa Justiça Comunitária em Rio Branco	50.000,00	5.000,00	55.000,00	PMRB	APROVADO, CONVÊNIO Nº 07/2010, assinado em 17.10.2010 (RECURSOS LIBERADOS EM PARCELAS de R\$ 12.500,00)	25.000,00
3	Justiça Comunitária	Justiça Comunitária – Mediação de Conflitos via métodos extrajudiciais nas Regionais II, III, IV e VI de Rio Branco e nos municípios de Senador Guimard, Bujari, Porto Acre, Plácido de Castro, Capixaba e Acrelândia.	500.000,00	86.036,28	586.036,28	SDH/PR	PROPOSTA Nº 035606/2010, cadastrada no SICONV em 30.04.2010	
4	Efetivação da Lei Maria da Penha	Campanha de Conscientização e Prevenção da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.	400.000,00	8.163,27	408.163,27	SRJ/MJ	PROPOSTA Nº 108247/2010, cadastrada no SICONV em 24.12.2010	
5	Aquisição de Storage	Aquisição de equipamento de armazenamento de dados - Storage	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	CNJ	PROPOSTA Nº 085852/2010 APROVADA (SICONV), CONVÊNIO PENDENTE DE ASSINADO	-
	SUBTOTALS		2.550.000,00	166.199,61	2.716.199,61			325.000,00
	TOTAL DOS RECURSOS EXTERNOS CAPTADOS PARA CONVÊNIOS NO ANO DE 2010 E TRANSFERIDOS AO TJAC							
								325.000,00

Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento - DPO

Tabela III – Demonstrativo analítico da execução dos convênios

Descrição do convênio	Valor total do convênio R\$	Execução no ano de 2010		
		Concedente R\$	Contrapartida R\$	Outras despesas por conta do TJAC R\$
Justiça Comunitária Convênio nº 05/2009 – SEMCAS/PMRB	55.000,00	35.022,10	-	7.377,03
Justiça Comunitária Convênio nº 07/2010 – SEMCAS/PMRB	55.000,00	-	-	-
Justiça Comunitária Convênio nº 034/2008 – SRJ/MJ	303.030,00	169.563,03	-	28.253,42 271,32
Justiça Comunitária Convênio nº 700546/2008 – SDH/PR	770.000,00	450.158,02	37.598,15	66.150,02
Vara de Violência Doméstica Convênio nº 84/2008 – SRJ/MJ	306.800,00 + Aporte financeiro em 2010 R\$ 149.328,00	116.059,96	-	20.750,99
Projeto Cidadão Convênio nº 735998/2010 – SDH/MJ	667.000,06	-	-	-
Totais	2.306.158,06	770.803,11	37.598,15	122.802,78

Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento - DPO

*Obrigações Patronais;

** Diárias

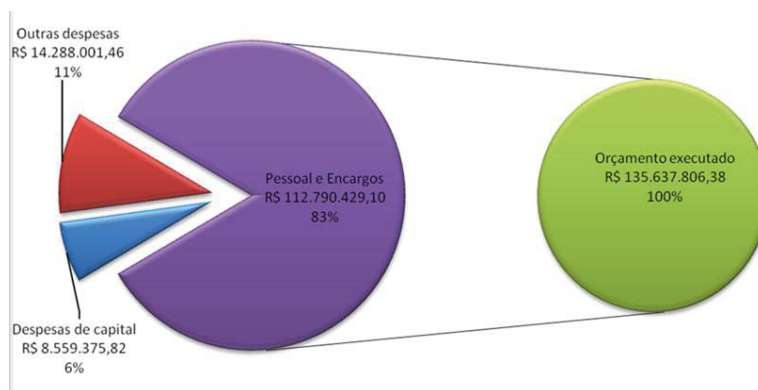
OBS: Durante a execução desses convênios ocorreram outras despesas como combustível, material de expediente, material gráfico etc, entretanto, tais informações não são possíveis de mensuração em razão da inexistência de centros de custo.

No tocante à aplicação dos recursos orçamentários do TJAC, vale ressaltar os trabalhos desenvolvidos pelas Diretorias e Assessorias, que subsidiaram a administração com informações gerenciais decisivas para a tomada de decisão.

Como consequência, foi possível obter uma execução de 99,53% dos recursos disponíveis, cujas aplicações, seguindo a metodologia de classificação da despesa pública, ocorreram com os desdobramentos especificados no gráfico abaixo:

99,53%

Gráfico III – Demonstrativo da despesa orçamentária



Fonte: Diretoria de Finanças

2.1.1.2. Despesas com pessoal e encargos

As despesas desse grupo ultrapassaram a casa dos R\$112 milhões durante o ano, representando um aumento de 8,0% na despesa com pessoal em relação a 2009. Esse aumento é bem inferior ao computado em 2009, que ultrapassou a casa dos 21 pontos percentuais.

Vale ressaltar que no biênio da gestão, esses aumentos se deram, em parte, pelo aumento na base salarial, concedido em janeiro/2009 para reposição das perdas salariais, e da nomeação de 23 (vinte e três) novos magistrados.

A política da administração referente ao pagamento de passivos trabalhistas foi intensa e, durante o biênio foram pagos a importância de R\$ 3.579.439,64 (três milhões quinhentos e setenta e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos), compostas por: adicional por tempo de serviço + nível superior retroativo + diferenças salariais decorrentes de incorporações e de substituições de cargos em comissão + auxílio saúde + gratificação de capacitação + indenização de férias + verbas rescisórias.

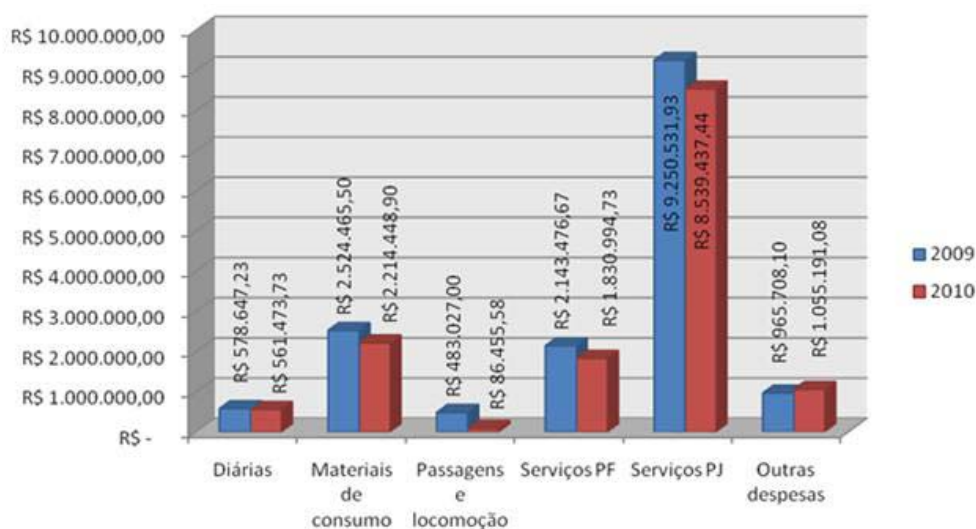
2.1.1.3. Demais despesas correntes

Durante o ano de 2010, a administração do TJAC, a exemplo do ano anterior, canalizou recursos e potencializou esforços, buscando levar à sociedade acreana uma prestação jurisdicional mais célere e ações sociais que marcam sua atuação como uma Instituição socialmente responsável.

Neste sentido, as despesas operacionais, que representam dispêndios com material de consumo, capacitação de magistrados e servidores, locação de bens móveis e imóveis, diárias, passagens etc., somaram mais de R\$14 milhões no ano em questão. Essas despesas respondem a esse desafio e acompanham o processo de crescimento institucional.

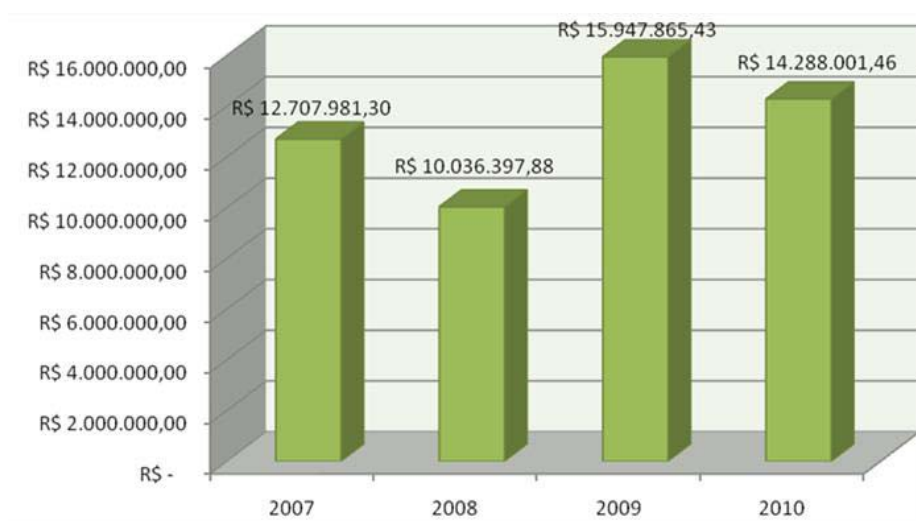
No gráfico abaixo, representa, de forma resumida por elemento de despesa, os gastos ora citados.

Gráfico IV - Demonstrativo das demais despesas correntes



Fonte: Diretoria de Finanças

Gráfico V - Evolução das demais despesas correntes



Fonte: Diretoria de Finanças

2.1.1.4. Despesas de capital (obras e instalações, equipamentos e material permanente etc.)

Os investimentos em bens de capital somaram mais de R\$ 8,5 milhões e foram responsáveis pelo aprimoramento do parque tecnológico, pela reforma de instalações, construções de novos prédios, aquisição de mobiliários e veículos.

Esses investimentos refletem o compromisso da atual administração de entregar à sociedade um judiciário moderno, acolhedor e capaz de ofertar serviços de qualidade. Imbuída desse propósito, ao apresentar o plano de gestão aos magistrados e servidores, a administração está buscando a eficiência no uso dos recursos escassos e a maximização de resultados.

O gráfico abaixo demonstra a aplicação dos recursos em investimentos, nos últimos anos.

Gráfico VI - Demonstrativo das despesas de capital



Fonte: Diretoria de Finanças

Com base nas informações acima, a administração do Tribunal de Justiça buscou aplicar os recursos de maneira eficiente para atender às grandes demandas do Poder Judiciário Acreano, e sempre observando a disponibilidade de caixa, a legislação e o cumprimento dos prazos pactuados.

2.1.1.5. Gestão de recursos humanos

O desenvolvimento do capital humano no âmbito do TJAC representou uma das principais bandeiras da atual administração, onde foram intensificados os programas de curta duração e a especialização *lato sensu*.

2.1.1.6. Desenvolvimento do capital humano

O investimento em capacitação e formação continuada de magistrados e servidores tem se constituído na marca da atual gestão, que acredita na criação de uma nova interface da prestação de serviços à sociedade, e nesse sentido o desenvolvimento do capital humano é condição *sine qua non* para superar esse desafio.

Além da capacitação, esforços foram empreendidos no sentido de prover melhorias na disponibilidade de recursos humanos, o que culminou no lançamento do concurso público para provimento imediato e também formação de cadastro reserva, além das contratações de prestadores de serviços (juízes leigos, conciliadores, entre outros).

A ambiciosa proposta de capacitação de magistrados e servidores da Justiça Acreana, visando adequar seus conhecimentos às mudanças impostas pela revolução tecnológica, gerencial e de procedimentos, próprias da era da informação, finaliza com 1.114 participações em 2009 e 937 em 2010. Vale ressaltar que os cursos realizados foram do tipo intensivo, de curta duração, ministrados por empresas nacionalmente reconhecidas, como Fundação Getúlio Vargas, Escola Paulista da Magistratura, SEBRAE, SESI, entre outros.

2.1.1.6.1. Escola Superior da Magistratura do Acre – ESMAC

2.1.1.6.1.1. Estrutura organizacional

DIRETORIA

Desembargadora **EVA EVANGELISTA**
Diretora

CONSELHO CONSULTIVO

Juíza de Direito **REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI**
Membro

Juiz de Direito **LAUDIVON DE OLIVEIRA NOGUEIRA**
Membro

Juiz de Direito **CLOVES AUGUSTO ALVES CABRAL FERREIRA**
Membro

Juíza de Direito **OLÍVIA MARIA ALVES RIBEIRO**
Membro

Juíza de Direito **MIRLA REGINA DA SILVA CUTRIM**
Membro

Juíza de Direito **MAHA KOUZI MANASFI E MANASFI**
Membro

2.1.1.6.1.2. Planejamento Estratégico da ESMAC

- **MISSÃO**

Preparar, formar e capacitar Magistrados em busca de uma jurisdição célere, humanística, justa, segura e efetiva.

- **VISÃO**

Desenvolver com excelência os altos estudos e pesquisa científica, oferecendo a todos os magistrados a possibilidade de frequentar cursos de especialização, inclusive de mestrado e doutorado, objetivando o aperfeiçoamento da jurisdição.

- **VALORES**

Ética; Moral; Cultura; Respeito; Amor e Dedicação ao Estudo e ao Trabalho.

- **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA ESMAC**

Promover o aperfeiçoamento contínuo dos magistrados e a disseminação dos valores éticos e morais;

Capacitar gestores e servidores para melhoria do desempenho gerencial e atendimento aos magistrados;

Criar mecanismos ou instrumentos de avaliação permanente para aferir o resultado e o aproveitamento dos magistrados nos eventos destinados ao vitaliciamento e à promoção por merecimento;

Investir na produção do conhecimento e na inovação por meio da pesquisa jurídica em busca de boas práticas e do aprimoramento de prestação jurisdicional;

Aperfeiçoar a comunicação institucional com a criação de site e vídeo institucional, além de criação de atendimento virtual on-line;

Investir nas Ações Estratégicas, estimular e comprometer o magistrado no cumprimento dessas ações;

Otimizar as rotinas e procedimentos nas atividades administrativas e pedagógicas, alterando o Regimento Interno, organizar livros e documentação da Escola;

Melhorar a infra-estrutura da Escola; e

Racionalizar os recursos – responsabilidade sócio-ambiental, aperfeiçoando sistema de ensino à distância para evitar o deslocamento do magistrado. E utilizar o sistema eletrônico (e-mail) de comunicação para diminuir gastos com papel, energia e telefone.

2.1.1.6.1.3. Metas e Ações Estratégicas

- **METAS**

Meta 01 – Adequar a Escola Superior da Magistratura do Acre – ESMAC às orientações da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam

Meta 02 - Promover a formação continuada dos Juízes de Direito Substitutos destinada à habilitação ao vitaliciamento, conforme dispõem as Resoluções e Instruções Normativas nºs 01 e 02/Enfam, que estabelecem uma carga horária mínima anual de 60 (sessenta) horas-aula.

Meta 03 - Promover o aperfeiçoamento contínuo dos magistrados vitaliciados, para fins de promoção por merecimento, nos termos da Resolução nº 125/2007, do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, e da Resolução e Instrução Normativa nº 02/Enfam que estabelecem uma carga horária mínima de 40 (quarenta) horas/aula anuais.

Meta 04 - Criar mecanismos ou instrumentos de avaliação permanente visando aferir o resultado e o aproveitamento dos magistrados nos eventos destinados ao vitaliciamento e à promoção por merecimento.

2.1.1.6.1.4. Ações Estratégicas

Cursos, palestras, ciclo de estudos, encontros, conferências

Avaliação permanente

Fomento à pesquisa jurídica

Aperfeiçoamento da comunicação Institucional

Capacitação do quadro funcional

Dotar a escola de documentação e regulamentação necessária para funcionamento como Instituição de Ensino Superior

Melhoria da Infra-estrutura da Escola

2.1.1.6.1.5. Atividades Realizadas

A Escola Superior da Magistratura do Acre, pautada nas diretrizes fixadas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, bem como nas metas do Biênio 2009/2011, implementou uma agenda de atividades destinada à formação e aperfeiçoamento dos magistrados mediante a realização de cursos, palestras, jornadas de estudos, conferências e outros.

O cumprimento desta agenda teve-se à formação mínima e necessária visando a melhoria da entrega da prestação jurisdicional bem como promover a formação continuada, consoante diretrizes da Resolução n.º 01 e Resolução n.º 02/ Enfam, que determinam a obrigatoriedade de frequência, com aproveitamento, em curso de aperfeiçoamento para a habilitação ao vitaliciamento e para a remoção e promoção, pelo critério de merecimento.

- Solenidade de Abertura das Atividades da ESMAC 2010
Palestra: Educação à distância, Sociedade da Informação, Jurisdição, Teleconferência e Internet
Palestrante: Desembargador Antonio Rulli Junior
04 de março de 2010
Número de participantes: 55 (cinquenta e cinco)
Curso Multidisciplinar de Violência Doméstica e Familiar - (curso de formação promovido pela Enfam)
Palestrante: Juíza de Direito Olívia Maria Alves Ribeiro
05 de março de 2010
Número de participantes: 34 (trinta e quatro)
Curso Juizado Especial Criminal – por videoconferência – parceria com a Escola de Magistratura do Rio de Janeiro – EMERJ.
Palestrantes: Docentes da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro – EMERJ.
05 a 26 de março de 2010
Número de participantes: 05 (cinco)
Curso Direito do Consumidor III – Responsabilidade Civil no CDC, por videoconferência
Convênio n.º 10/2009 com a Escola Paulista da Magistratura - EPM.
Palestrantes: Docentes da Escola Paulista da Magistratura – EPM
05 a 26 de março de 2010
Número de participantes: 05 (cinco)
Curso “Fundamentos Econômicos e Contábeis para Juízes”, por videoconferência, promovido pelo Centro de Educação à Distância para Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (Fundação CEDDET)
Palestrantes: Docentes do Centro de Educação à Distância para Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (Fundação CEDDET)
12 de abril a 07 de junho de 2010
Número de participantes: 04 (quatro)

- I Jornada de Estudos
Lançamento do Segundo Volume da Revista ESMAC – Edição comemorativa
Palestra “A Mediação como Técnica de Aprimoramento do Atuar Deontológico do Magistrado”
Palestrante: Juiz de Direito Laudivon de Oliveira Nogueira
05 de maio de 2010
Número de participantes: 45 (quarenta e cinco)
- I Jornada de Estudos - 2º dia
Palestra “Inovações Tecnológicas – processo judicial eletrônico, numeração única do processo, SAJ 5.0 e projeto Hermes”
Palestrantes: Desembargador Adair José Longuini
Juiz de Direito Laudivon de Oliveira Nogueira
Juiz de Direito Elcio Sabo Mendes Júnior
Palestra “Educação à Distância: a Disseminação do Conhecimento e da Capacitação de Magistrados na Sociedade Global – Acre – Brasil” – Contextualização.
Palestrante: Desembargadora Eva Evangelista de Araújo Souza
Painel “Direito Eleitoral” – Parceria com a Escola Judiciária Eleitoral TRE/AC.
Palestrantes: Desembargador Arquilau de Castro Melo
Juiz Federal Marcelo Eduardo R. Bassetto
Juiz Federal David Wilson de Abreu Pardo
Juiz de Direito Laudivon de Oliveira Nogueira
Palestra “Origem e Propósito da Lei 9.840/90: Uma Reflexão sobre o Problema da Corrupção Eleitoral no Brasil”
Palestrante: Juíza de Direito Regina Célia Ferrari Longuini
06 de maio de 2010
Número de participantes: 37 (trinta e sete)
- I Jornada de Estudos - 3º dia
Palestra “A Preparação e a Formação de Magistrados. A Resolução nº 02/Enfam e a Experiência da Escola Judicial do Amapá”
Palestrante: Desembargador Carmo Antônio de Souza
Metas do CNJ: Propostas e Desafios
Palestrante: Desembargador Samoel Evangelista
Painel “Boas Práticas de Gestão”
07 de maio de 2010
Número de participantes: 38 (trinta e oito)
- II Jornada de Estudos
Curso “Gestão Estratégica e Operacional em Unidades Judiciárias” – credenciado pela Enfam
Palestrante: Professora Msc. Maria Elisa Bastos Macieira
13 e 14 de agosto de 2010
Número de participantes: 83 (oitenta e três)
Lançamento do Livro:
“Origem e Propósito da Lei 9.840/90: Uma Reflexão sobre o Problema da Corrupção Eleitoral no Brasil”
Palestrante: Juíza de Direito Regina Célia Ferrari Longuini
Curso Direito do Consumidor V – Tutela Processual no CDC, por videoconferência. Convênio n.º 10/2009 com a Escola Paulista da Magistratura - EPM.
Palestrantes: Docentes da Escola Paulista da Magistratura
20 de setembro a 15 de dezembro de 2010
Número de participantes: 09 (nove)

- III Jornada de Estudos
Curso “Gestão de Serventias Judiciais” – credenciado pela Enfam
Palestrante: Juiz de Direito Luiz Umpierre de Mello Serra
07 a 09 de setembro de 2010
Número de participantes: 71 (setenta e um)
Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento, por videoconferência. Convênio n.º 10/2009 com a Escola Paulista da Magistratura - EPM.
Palestrantes: Docentes da Escola Paulista da Magistratura
25 de outubro a 30 de novembro de 2010
Número de participantes: 17 (dezessete)
Projeto Justiça na Escola, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Escola Superior da Magistratura, 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Rio Branco e Comarcas de Brasília, Feijó e Tarauacá.
Palestrantes: Juiz de Direito Danniel Gustavo B. A. da Silva
Juíza de Direito Ivete Tabalipa
Juíza de Direito Larissa Pinho de Alencar Lima
Juiz de Direito Luís Vitorio Camolez
Juiz de Direito Manoel Simões Pedrosa
Juiz de Direito Romário Divino Faria
19 a 22 de outubro de 2010
Número de participantes: 2.200 (dois mil e duzentos alunos de Escolas Públicas do Estado)
Apresentação e Lançamento do Livro “Vida e Morte na Amazônia Indígena: Invasões Madeireiras e os Povos Ashaninka”
Autor/Palestrante: Procurador Marcus Vinicius Macedo Aguiar
16 de dezembro de 2010
Número de participantes: 35 pessoas
- Projetos Credenciados
Projetos de Cursos de Aperfeiçoamento para fins de credenciamento junto à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.
Conforme dispõe a Resolução n.º 02/Enfam, de 17 de setembro de 2007, as Escolas de Magistratura deverão submeter à apreciação da Enfam, para efeito de credenciamento, o conteúdo programático, a carga horária, os professores e suas respectivas qualificações dos cursos de aperfeiçoamento destinados à formação continuada dos magistrados.
Desse modo, a atuação desta Escola de Magistratura, priorizou a estruturação de cursos de aperfeiçoamento, para execução no Biênio 2009/2011, totalizando 114 h/a (cento e quatorze horas/aula), tendo em vista que o magistrado, durante o período de vitaliciamento, deverá cumprir, com aproveitamento, carga horária mínima de sessenta horas/aula ano (Resolução n.º 02/Enfam, art. 5º) e para promoção por merecimento, também com aproveitamento, a carga horária mínima de quarenta horas/aula em curso de aperfeiçoamento, por ano em que permanecer em exercício na entrância (Resolução n.º 2/Enfam, art. 6º).
- Projetos Elaborados: 08 (oito)
Gestão de Serventias Judiciais, credenciado pela Enfam, portaria n.º 249, de 08 de junho de 2009.
Depoimento sem dano – uma alternativa para inquirir criança e adolescentes em processos judiciais, credenciado pela Enfam, portaria n.º 248, de 08 de junho de 2009.
Planejamento estratégico, credenciado pela Enfam, portaria n.º 359, de 03 de novembro de 2009.
Direito Privado e Tecnologia, credenciado pela Enfam, portaria n.º 360, de 03 de novembro de 2009.
Juizados Especiais, credenciado pela Enfam, portaria n.º 384, de 20 de novembro de 2009.
Estatística, credenciado pela portaria n.º 385, de 20 de novembro de 2009.
Gestão Estratégica e Operacional em Unidades Judiciárias, credenciado pela Enfam, portaria nº 132, de 24 de agosto de 2010.

- Convênios e parcerias

A primeira e maior preocupação da Direção da ESMAC, nos primeiros noventa dias de trabalho, simultaneamente com o curso de Formação para os Juízes de Direito Substitutos, ateve-se à busca de parcerias para o cumprimento das metas definidas para o Biênio 2009/2011.

Assim, em 05 de maio de 2009, o Tribunal de Justiça e a Escola da Magistratura do Estado do Acre firmaram convênio de Cooperação Acadêmica e Tecnológica com a Escola Paulista de Magistratura tendo como objeto a Cooperação Acadêmica e intercâmbio na área de Educação à Distância objetivando oferecer cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção por merecimento de magistrados, presenciais e pela internet.

Para implementação das atividades propostas no mencionado convênio a Escola Paulista de Magistratura, sem ônus, disponibilizou a este órgão de Ensino, o direito de acesso aos sistemas, ferramentas e conteúdos dos cursos por ela realizados bem assim capacitou os técnicos envolvidos na gerência, operação e manutenção do sistema tecnológico utilizado para o desenvolvimento do programa de Educação à Distância.

- Magistrados beneficiados pelo Convênio

Curso de Iniciação Funcional:

17 Juízes de Direito Substituto (2009)

05 Juízes de Direito Substituto (2010)

Outros Cursos:

Curso Juizados Especiais 09 (2009)

Curso Direito do Consumidor II 07 (2009)

Palestra – Lei 12.016/09 06 (2009)

Curso Direito do Consumidor III 14 (2010)

Curso Direito do Consumidor IV 09 (2010)

Curso Direito do Consumidor V 09 (2010)

Curso de Iniciação - Turma 182º 06 (2010)

Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento - Turma 181º 17 (2010)

Para ampliar a rede de parcerias externas, representada por sua Diretora, em visita no dia 03 de junho de 2009, à Escola de Magistratura do Rio de Janeiro – EMERJ, a ESMAC coligiu subsídios quanto ao seu programa de Planejamento Estratégico visando adequação à ESMAC, ocasião em que tratou sobre a oferta de cursos de aperfeiçoamento aos magistrados acreanos.

- Cursos e outras atividades ofertadas pela EMERJ, via web

Curso Direito Administrativo destinado aos Juízes de Direito Vitaliciados (2009)

Participantes: 03 Juízes de Direito

Curso “Juizado Especial Criminal” (2010)

Palestra “Direito Bancário sob o Foco do Direito do Consumidor” (2010)

Palestra “Responsabilidade de Homens Autores de Violência Doméstica, Familiar entre Gênero, a partir da Lei Maria da Penha (2010)

Palestra “Responsabilidade de Homens Autores de Violência Doméstica, Familiar entre Gênero, a partir da Lei Maria da Penha (2010)

Palestra “Direito Bancário sob o Foco do Direito do Consumidor”(2010)

Palestra “O Código de Processo Penal e o projeto de Lei do Senador Federal nº 156/09 à Luz do Sistema Acusatório (2010)

Palestra “Os Recursos no Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil”(2010)

Seminário “Os Direitos Autorais no Anteprojeto de Reforma Legal de 2010 – Novas perspectivas e Uma Visão do Judiciário”(2010)

IV Seminário do fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero

Seminário “Questões Polêmicas de Direito e Processo”(2010)

Seminário “Os Direitos Autorais no Anteprojeto de Reforma Legal de 2010 – Novas perspectivas e Uma Visão do Judiciário”(2010)

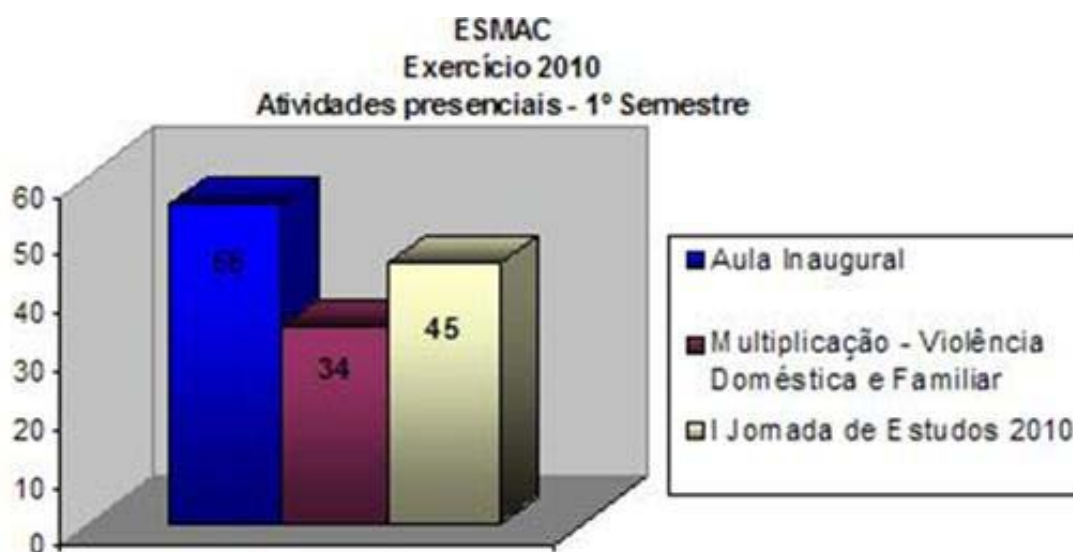
IV Seminário do fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero

Seminário “Questões Polêmicas de Direito e Processo”(2010)

Na mesma ocasião, em visita à Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas a abordagem quanto à renovação do Programa de Capacitação em Poder Judiciário, para a execução de seis módulos, no Biênio 2009/2011, destinados aos Juízes de Direito Substitutos, abrangendo temas em Gestão de Serventias, Inovação Jurisdicional, Juizados Especiais, Estatística, O Juiz e a Ética e Planejamento Estratégico das Unidades Judiciárias atendendo a Resolução nº 2 /Enfam.

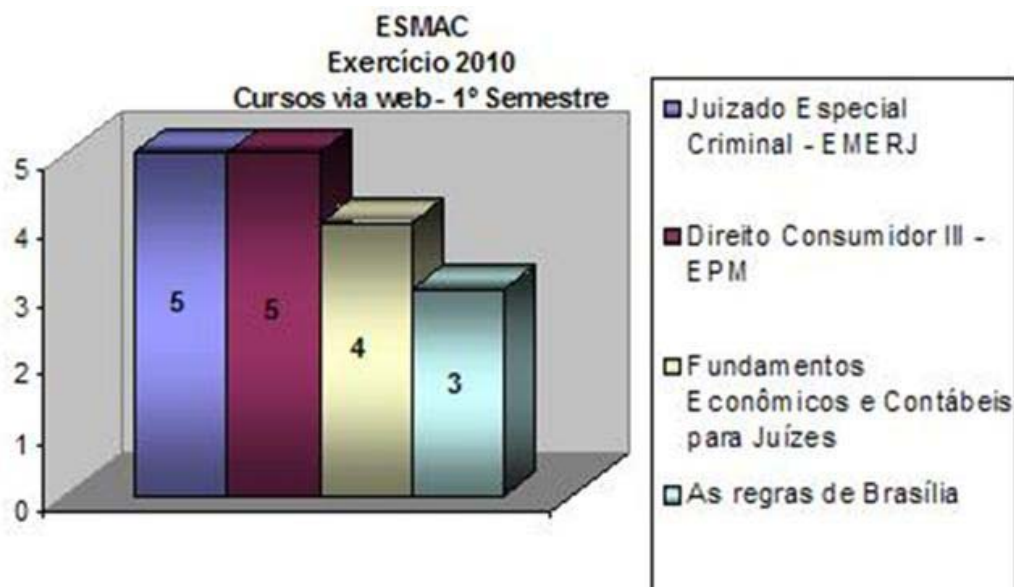
2.1.1.6.1.6. Gráficos informativos

Gráfico VII - Demonstrativo das atividades da ESMAC no 1º semestre



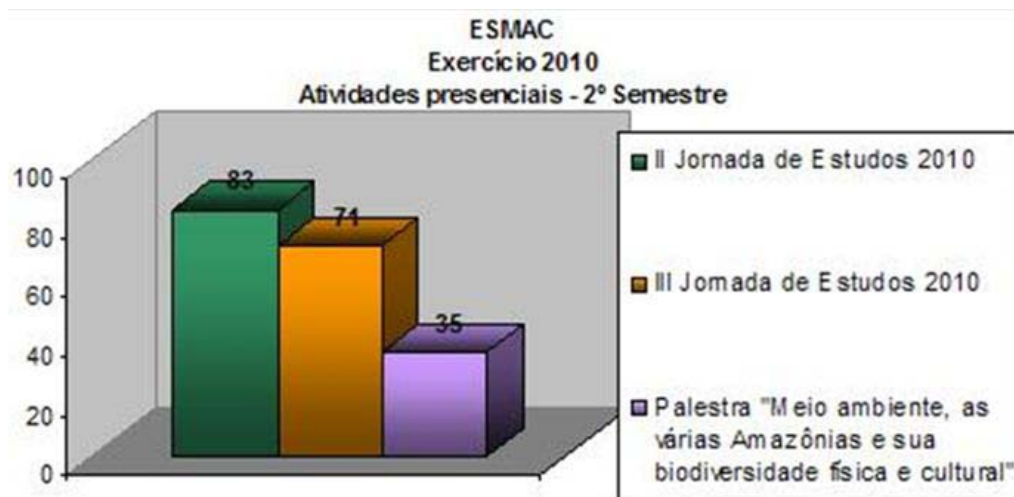
Fonte: Escola Superior da Magistratura do Acre - ESMAC

Gráfico VIII - Demonstrativo dos cursos da ESMAC via Web no 1º semestre



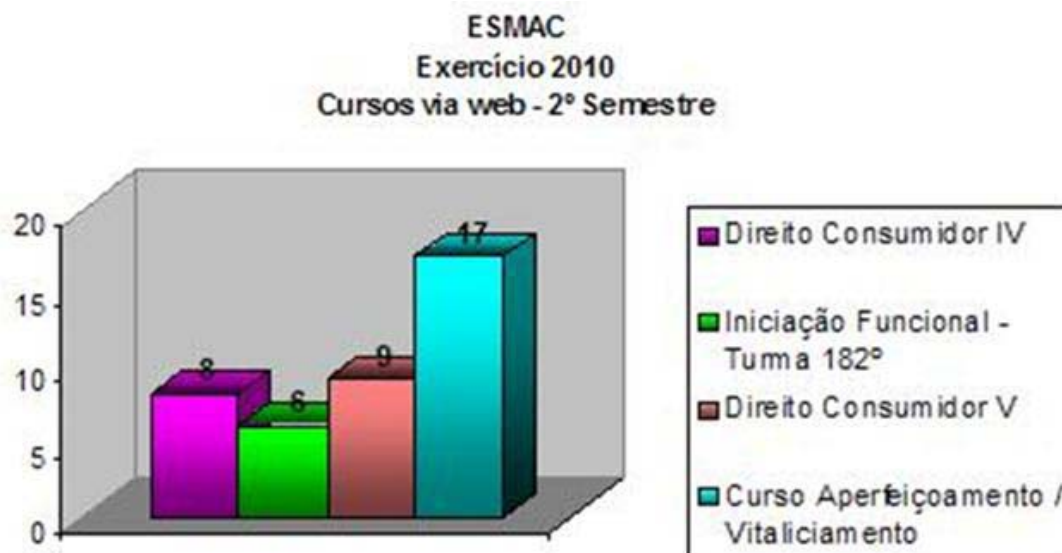
Fonte: Escola Superior da Magistratura do Acre - ESMAC

Gráfico IX - Demonstrativo das atividades presenciais na ESMAC no 2º semestre



Fonte: Escola Superior da Magistratura do Acre - ESMAC

Gráfico X - Demonstrativo dos cursos da ESMAC via Web no 2º semestre



Fonte: Escola Superior da Magistratura do Acre - ESMAC

2.1.1.7. Capacitação de servidores

Tabela IV - Demonstrativo dos investimentos em capacitação dos servidores da Capital

ITEM	CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO LOCAL	NÚMERO DE SERVIDORES	VALOR R\$
1	Desenvolvimento de equipes/ relações humanas	15h	01 a 05/02 15h às 18h Auditório do CECAP	30	1.800,00
2	Elaboração de projetos para captação de recursos	20h	26 a 30/04 14h às 18h Auditório do CECAP	30	2.200,00
3	Elaboração de projetos para captação de recursos	20h	03 a 07/05 14h às 18h Auditório do CECAP	30	CORTESIA

4	Atendimento eficaz ao cliente na recepção	15h	17 a 21/05 15h às 18h Auditório do CECAP	30	1.800,00
5	Liderança no trabalho e gestão de mudança	20h	05 a 09/07 14h às 18h Palácio da Justiça	30	1.800,00
6	Libras Módulo I	40	12 a 23/07 14h às 18h Auditório do CECAP	30	4.650,00
7	Noções básicas sobre almoxarifado e patrimônio	30	09 a 13/08 14h às 18h Auditório do CECAP	30	Sem ônus
8	Libras Módulo II	30	20/09 a 04/10 14h às 18h Auditório do CECAP	30	4.650,00
9	Prática de elaboração de projetos	40	27/09 a 08/10 08h às 12h Auditório do CECAP	12	3.500,00
10	Capacitação para utilização de e-saj virtual do juizado especial da fazenda pública	16h	18 e 19/10 08h às 13h e 14h às 18h Auditório do CECAP	10	Sem ônus
11	Português instrumental X nova reforma ortográfica	40h	08 a 23/11 14h às 18h Auditório do Palácio da Justiça	35	4.500,00
12	Português instrumental X nova reforma ortográfica	40h	06 a 17/12 14h às 18h Auditório do CECAP	35	4.500,00
13	Libras Módulo III	40h	06 a 17/12 14h às 18h Sala de aula do CECAP	25	4.650,00
14	Ocorrências de trânsito	40h	15 a 23 e de 27 a 29/12 19h às 123h Sala de aula do CECAP	23	3.960,00

Fonte: Diretoria de Recursos Humanos -DRH

2.1.1.7.1. Capacitação de servidores das comarcas do interior - 2010

Tabela V - Demonstrativo dos investimentos em capacitação dos servidores das comarcas do interior

COMARCA	CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO / LOCAL	NÚMERO DE SERVIDORES	VALOR R\$
SENADOR GUIOMARD Capixaba	Ferramentas de qualidade 5s	15h	12 a 16/07 14h às 18h Auditório da Comarca	30	1.800,00
	Português instrumental x nova reforma ortográfica	20h	13 a 17/12 14h às 18h Auditório da Comarca	40	4.500,00
PLACIDO DE CASTRO Acrelândia; Vila Campina;	Ética profissional e excelência no atendimento ao usuário	20h	05 a 09/07 14h às 18h Auditório da Comarca	30	2.000,00
	Português instrumental x nova reforma ortográfica	20h	29/11 a 03/12 14h às 18h Auditório da Comarca	40	4.500,00

XAPURI	Ética profissional e excelência no atendimento ao usuário	20h	12 a 16/07 14h às 18h Auditório da Comarca	30	2.800,00
	Português instrumental x nova reforma ortográfica	20h	06 a 10/12 13h às 18h Auditório da Comarca	40	4.500,00
BRASILÉIA Epitaciolândia; Assis Brasil;	Ética profissional e excelência no atendimento ao usuário	20h	19 a 23/07 14h às 18h Auditório da Comarca	40	3.000,00
	Português instrumental x nova reforma ortográfica	20h	22 a 26/11 14h às 18h Auditório da Comarca	40	4.500,00
SENA MADUREIRA Manuel Urbano; Santa Rosa;	Ética profissional e excelência no atendimento ao usuário	20h	26 a 30/07 14h às 18h Auditório da Comarca	30	3.000,00
	Português instrumental x nova reforma ortográfica	20h	22 a 26/11 14h às 18h Auditório da Comarca	40	4.500,00
FEIJÓ	Ética profissional e excelência no atendimento ao usuário	20h	26 a 30/07 14h às 18h Auditório da Comarca	30	3.000,00
	Português instrumental x nova reforma Ortográfica	20h	04 a 08/10 14h às 18h Auditório da Comarca	40	4.500,00
TARAUACÁ	Ética profissional e excelência no atendimento ao usuário	20h	26 a 30/07 14h às 18h Auditório da Comarca	30	3.000,00
	Português instrumental x nova reforma ortográfica	20h	18 a 22/10 14h às 18h Auditório da Comarca	30	4.500,00
CRUZEIRO DO SUL Mâncio Lima; Mal. Thaumaturgo; Porto Walter; Rodrigues Alves	Ética profissional e excelência no atendimento ao usuário	20h	26 a 30/07 14h às 18h Auditório da Comarca	30	3.000,00
	Português instrumental x nova reforma ortográfica	20h	08 a 12/11 14h às 18h Auditório da Comarca	30	5.400,00

Fonte: Diretoria de Recursos Humanos - DRH

2.1.1.8. Estrutura de cargos e salários dos servidores efetivos do TJAC e o índice da LRF

A estrutura de cargos e salários do TJAC, está em conformidade com as leis que regem a matéria e sua distribuição, e no biênio 2009/2011, teve sua tabela reajustada em janeiro de 2009 e janeiro de 2010, tendo seus grupos salariais se comportado conforme tabela abaixo:

Vale ressaltar que mesmo em face do reajuste na base salarial, o índice da despesa total com pessoal em relação à receita corrente líquida, que fechou em 2009 em 3,48%, em 2010 o índice sofreu uma pequena elevação, ficando em 3,59%, bem aquém do limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê um limite prudencial de 5,7%.

Tabela VI - Estrutura remuneratória de Cargos Efetivos – Vigência janeiro de 2010

Grupo Ocupacional de Apoio Operacional PJ-NM-100 CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL			Grupo Ocupacional de Serviços Auxiliares PJ-NM-200 CARGOS DE NÍVEL MÉDIO			Grupo Ocupacional de Atividades Técnicas PN-NS-300 CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR		
C	P		C	P		C	P	
C	V	1.822,12	C	V	2.067,40	C	V	3.929,94
	IV	1.769,04		IV	2.007,18		IV	3.815,48
	III	1.717,51		III	1.948,72		III	3.704,35
	II	1.667,50		II	1.891,96		II	3.596,46
	I	1.618,92		I	1.836,85		I	3.491,70
B	V	1.571,77	B	V	1.783,36	B	V	3.390,00
	IV	1.525,99		IV	1.731,41		IV	3.291,26
	III	1.481,54		III	1.680,98		III	3.195,41
	II	1.438,39		II	1.632,02		II	3.102,34
	I	1.396,50		I	1.584,48		I	3.011,98
A	V	1.355,82	A	V	1.538,34	A	V	2.924,24
	IV	1.316,33		IV	1.493,53		IV	2.839,08
	III	1.278,00		III	1.450,03		III	2.756,39
	II	1.240,78		II	1.407,79		II	2.676,10
	I	1.204,63		I	1.366,79		I	2.598,16

Fonte: Diretoria de Recursos Humanos - DRH

Tabela VII - Quantitativo de cargos efetivos – Mês de referência novembro de 2010

Quantidade de Cargos											
TOTAL CARGOS	Ocupados				Vagos				Total		
	Estáveis		Não-Estáveis								
	2009	2010	Variação %	2009	2010	Variação %	2009	2010	Variação %	2009	2010
	1007	995	-1,2%	0	0	0,0%	1722	1734	0,7%	2729	2729

Fonte: Diretoria de Recursos Humanos – Resumo do Anexo IV da Resolução nº 102 do C.N.J.

Tabela VIII - Origem funcional dos ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança

Origem funcional dos ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança.																					
OCUPADOS POR SERVIDORES COM VÍNCULO EFETIVO												OCUPADOS POR SERVIDORES SEM VÍNCULO EFETIVO				TOTAL GERAL				VAGOS	
CARGOS E FUNÇÕES		MESMO ENTE FEDERADO																			
		Carreiras do Judiciário de outros órgãos						Estatutários de outras carreiras													
		Quadro Próprio			CLT																
2009	2010	%	2009	2010	%	2009	2010	%	2009	2010	%	2009	2010	%	2009	2010	%	2009	2010	%	
PJ-CPG	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-DJU	0	0	0,0%	1	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-ASS	17	18	5,9%	0	0	0,0%	0	5	5*	0	0	0,0%	2	1	-50,0%	0	0	0,0%	19	24	26,3%
PJ-ACS	1	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-ARH	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-ASA	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-DAD	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-CEAM	1	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-DTI	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-ASD	5	5	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%	0	0	0,0%	0	5	-50,0%	22	20	-9,1%	38	31	-18,4%
PJ-CGP	1	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-ACJ	1	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-ASJ	1	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-ASI	1	0	-100,0%	0	0	0,0%	0	1	1*	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-SEC	2	2	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	2	2	0,0%
PJ-CAD	1	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-DRH	1	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-DFI	1	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-ACI	1	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-DGE	1	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-CLO	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-ASP	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	1	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-DPO	1	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	1	0,0%
PJ-ACA	1	2	100,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	1	2	100,0%
PJ-ACN	0	1	1*	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	1	1*
PJ-ATN	0	4	4*	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	4	4*
DAS-4	88	116	31,8%	0	7	7*	0	0	0,0%	0	0	0,0%	16	45	181,3%	224	118	-89,8%	328	286	-12,8%
DAS-3	27	40	48,1%	0	2	2*	0	0	0,0%	0	0	0,0%	3	6	100,0%	112	78	-43,6%	142	126	-12,7%
DAS-2	41	70	70,7%	0	6	6*	0	0	0,0%	1	1	0,0%	32	46	43,8%	127	78	-62,8%	200	200	0,0%
DAS-1	18	24	33,3%	0	14	14*	0	0	0,0%	0	0	0,0%	38	78	105,3%	209	154	-35,7%	265	270	1,9%
FC-06	79	65	-17,7%	0	7	7*	0	0	0,0%	0	2	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	79	72	-8,9%
FC-05	47	61	29,8%	0	5	5*	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	47	66	40,4%
FC-04	2	5	150,0%	0	8	8*	0	0	0,0%	0	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	2	13	550,0%
FC-03	2	14	600,0%	0	7	7*	0	0	0,0%	0	1	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	2	21	950,0%
FC-02	32	21	-34,4%	0	19	19*	0	0	0,0%	0	3	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	32	40	25,0%
FC-01	159	165	3,8%	0	8	8*	0	0	0,0%	2	2	0,0%	0	0	0,0%	0	0	0,0%	159	173	8,8%
TOTAL	532	624	17,3%	1	84	8300,0%	3	9	200,0%	3	10	233,3%	106	186	75,5%	694	448	-35,4%	1336	1351	1,1%

Fonte: Diretoria de Recursos Humanos - DRH

2.2. Infraestrutura - operacional e tecnológica

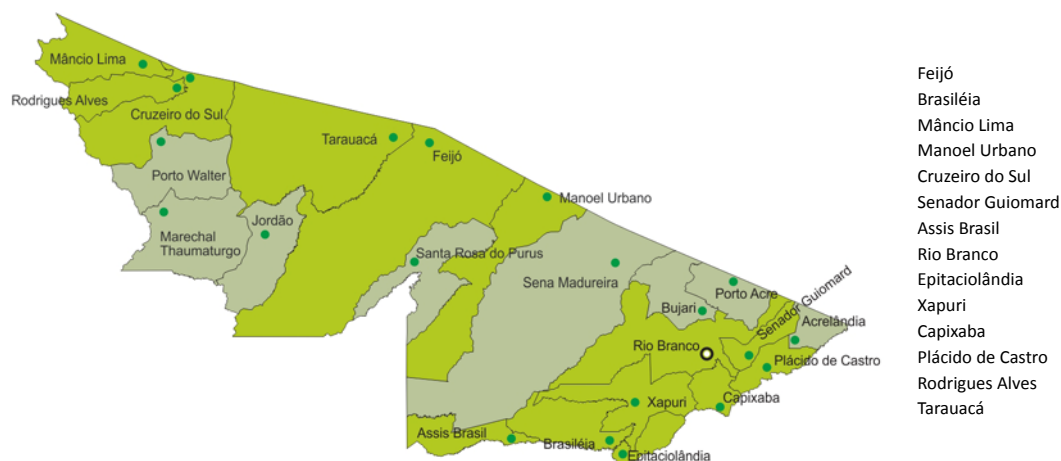
2.2.1. Obras e reformas estruturantes

Os investimentos realizados em infraestrutura representam o objetivo da atual gestão do Tribunal Acreano em ampliar o acesso dos cidadãos à Justiça, modernizar a rotina de produção, as condições físicas e materiais de suas unidades judiciárias.

A perspectiva é de que as novas instalações sejam capazes de proporcionar aos magistrados, servidores e usuários da Justiça maior conforto, acessibilidade, funcionalidade e segurança. Ao priorizar esses elementos, iniciam-se algumas benesses para a Instituição, como: motivação para o trabalho, confiança, economia e respeito.

Nessa perspectiva, foram reformados e/ou construídos diversas unidades, entre CIC's e fóruns das Comarcas de Acrelândia, Bujari, Brasiléia, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Manoel Urbano, Senador Guiomard, Xapuri, Mâncio Lima, Bujari e Cruzeiro do Sul e Rio Branco.

Mapa II - Comarcas que receberam investimento em obras/reformas



Fonte: Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção- CEAM

Em Rio Branco, a construção da nova sede do TJAC abrigará os gabinetes dos desembargadores e a administração do Tribunal, além das Câmaras Cível e Criminal e a Diretoria Judiciária.

Na tabela abaixo, relacionamos todas as obras em andamento ou finalizadas até 31/12/2010, com respectivo valor global de cada investimento. Assim, faz-se necessário destacar que do total relatado nas planilhas abaixo, cerca de 11 milhões de reais foram liquidados durante o exercício de 2009, época em que parte das obras foram iniciadas.

Tabela IX – Demonstrativo de construções finalizadas ou em execução no ano de 2010 – capital e interior

CAPITAL - CONSTRUÇÃO

UNIDADE (LOCAL)	OBJETO	VALOR TOTAL (R\$)	STATUS
Complexo	Construção dos prédios dos Arquivos, Patrimônio e Almoxarifado.	3.409.936,75	Em andamento.
Nova Sede do Tribunal de Justiça	Construção da Nova Sede do TJ. 1ª Etapa.	8.355.243,25	Em andamento. Fase Final.
TOTAL		11.765.180,00	

Fonte: Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção- CEAM

Tabela X - Demonstrativo de reforma, ampliações e outros serviços de engenharia na capital**CAPITAL - REFORMA, AMPLIAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

UNIDADE (LOCAL)	OBJETO	VALOR TOTAL (R\$)	STATUS
Anexo dos Desembargadores	Construção de muro e grades.	4.531,37	Concluído.
Complexo	Pavimentação dos estacionamentos.	216.795,50	Em andamento.
	Execução de Rede Lógica, Elétrica e Pequenos Serviços.	150.700,16	Em andamento.
CPL	Pintura.	5.290,24	Concluído.
Fórum Barão do Rio Branco	Reforma do Fórum.	1.079.715,60	Em andamento. Fase Final.
	Construção da cobertura do estacionamento dos magistrados.	77.992,56	Concluído.
	Recuperação de pátios de estacionamento.	16.328,35	Concluído.
Fórum Criminal	Execução de pequenos serviços.	12.775,38	Concluído.
Juizados Especiais Cíveis	Instalação do quadro de distribuição e ramais de alimentação.	38.716,97	Concluído.
Palácio da Justiça	Pintura do prédio.	42.134,63	Concluído.
Sede Administrativa	Recuperação de pátios de estacionamento.	18.094,20	Concluído.
Vara da Infância e da Juventude	Ampliação e substituição de todas as instalações elétricas	22.377,24	Concluído.
Vara da Violência Doméstica Contra a Mulher	Porta pantográfica.	4.667,14	Concluído.
TOTAL		1.700.236,16	

Fonte: Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção- CEAM

Tabela XI - Demonstrativo das construções no interior**INTERIOR - CONSTRUÇÃO**

COMARCA	OBJETO	VALOR TOTAL (R\$)	STATUS
Assis Brasil	Construção do novo fórum.	1.525.793,86	Em andamento.
Feijó	Construção do novo fórum.	3.385.688,25	Em andamento.
TOTAL		4.911.482,11	

Fonte: Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção- CEAM

Tabela XII - Demonstrativo das reformas, ampliações e outros serviços de engenharia no interior**INTERIOR - REFORMA, AMPLIAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

COMARCA	OBJETO	VALOR TOTAL (R\$)	STATUS
Acrelândia	Fórum Dr. João Oliveira de Paiva - Pintura, grades e muro.	105.563,49	Concluído.
Brasileia	Fórum e CIC - Serviços de reparo e pintura.	118.553,96	Concluído.
Bujari	Fórum - Construção de muro.	21.650,65	Concluído.

Capixaba	Fórum - Cobertura do estacionamento, cela e tanque para limpeza.	135.131,88	Concluído.
Cruzeiro do Sul	Reforma das unidades judiciárias.	302.741,28	Concluído.
Epitaciolândia	Reforma do CIC.	110.501,20	Concluído.
Mâncio Lima	Fórum - Pintura, muro e pequenos reparos.	106.125,50	Concluído.
Manuel Urbano	Fórum Des. Celso Secondino - Muro e pequenos serviços.	59.698,36	Concluído.
Plácido de Castro	Fórum - Pintura e pequenos serviços.	74.343,04	Concluído.
Rodrigues Alves	CIC - Pequenos serviços de reforma.	16.470,61	Concluído.
Senador Guiomard	Fórum - Pequenos serviços de reforma.	32.502,46	Concluído.
Tarauacá	Fórum Des. Mário Strano - Reforma do prédio.	376.920,76	Concluído.
Xapuri	Fórum - Pintura e pequenos serviços.	60.243,60	Concluído.
TOTAL		1.520.446,79	

Fonte: Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção- CEAM

Tabela XIII - Consolidação dos investimentos em construções e reformas

TOTAL GERAL DAS CONSTRUÇÕES E REFORMAS (CAPITAL E INTERIOR)	19.897.345,06
LIQUIDADO NO EXERCÍCIO DE 2009	11.337.969,24
LIQUIDADO NO EXERCÍCIO DE 2010	8.559.375,82

Fonte: Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção- CEAM

2.2.2. Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

A gestão de tecnologia da informação e comunicação – TIC, teve como objetivo dar continuidade ao projeto de automação das comarcas do Estado, bem como implantar e difundir o uso de novas tecnologias visando a segurança, a agilidade e a otimização dos recursos.

Assim, perseguindo esse objetivo, as ações desenvolvidas durante o ano de 2010 tiveram por base duas vertentes: informatização e interligação das comarcas e atualização com ampliação da base tecnológica.

Quanto ao processo de informatização, destaca-se:

Informatização das Comarcas de Manuel Urbano e Mâncio Lima, com o SAJ5;

Migração e Implantação do Sistema SG5 no Tribunal de Justiça (2º Grau);

Virtualização e Treinamento das Varas: Vara de Execuções Penais – VEP, CEPAL, 2ª Vara do Tribunal do Juri e Juizado da Fazenda Pública no SAJ5.

Instalação do Peticionamento Eletrônico no Portal e-SAJ;

Instalação e Treinamento do Sistema e-Governo nas comarcas do Interior;

Instalação e Treinamento do Sistema Malote-Digital nas comarcas do Interior;

Implantação do Sistema e-Doc – GED na esfera administrativa do TJAC;

Adaptado Sistema de Controle de Precatório para o ambiente do TJAC, através de doação do TJRO.

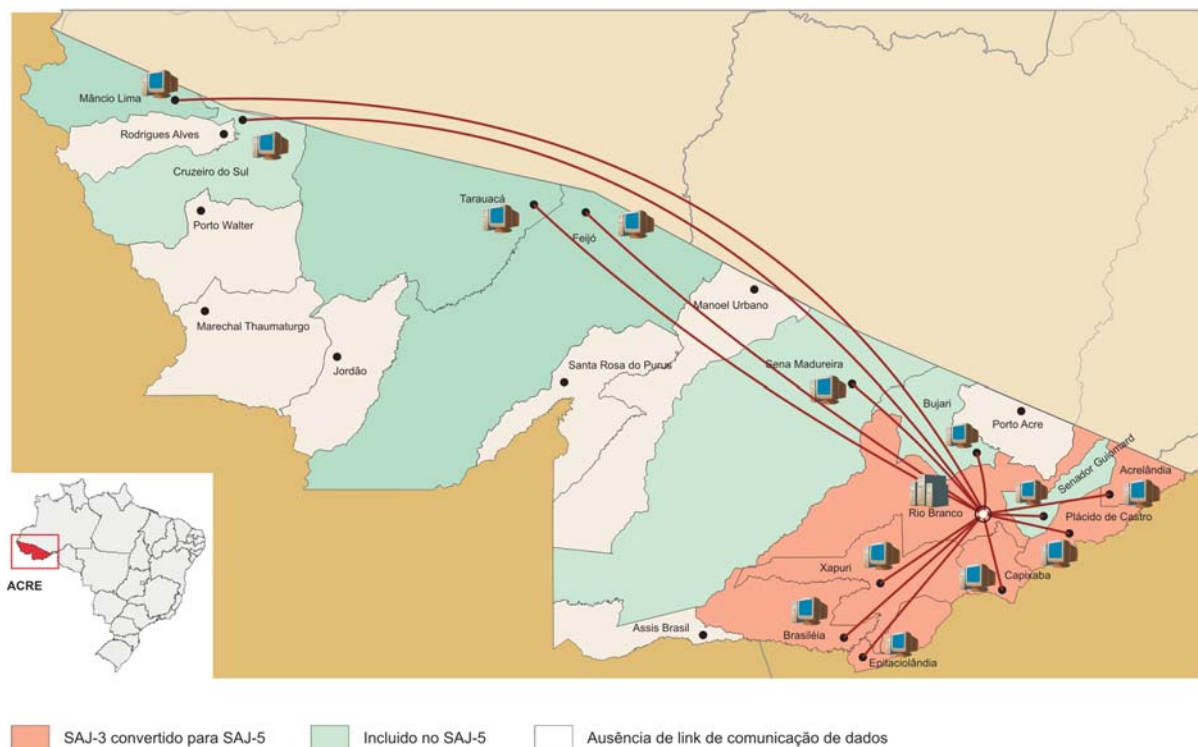
Disponibilizado no Portal do TJAC os serviços: Localização de Servidores, GEPLANES-Planejamento Estratégico, Metas Prioritárias, Ações Estratégicas, Processo Seletivo para Concurso e Planejamento Estratégico.

Novo Sistema de Recursos Humanos (Controle de Efetividade):

Implantação do Sistema de Controle de Efetividade;

Migração dos dados do Sistema de Recursos Humanos, para o novo Sistema de R.H.

Mapa III - Interligação das comarcas no SAJ-5



Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI

E, quanto a ampliação e modernização da base tecnológica, elencamos abaixo os equipamentos adquiridos e/ou doados ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre, durante o ano de 2010:

Aquisição de equipamentos:

Tabela XIV - Equipamentos adquiridos em 2010

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Storage 20 TB Fibre Channel	01
Unidade Fita (Backup Automatizado)	01
Switches 48 Portas c/ 04 Fibras	02
Switches 24 Portas	05
Notebook	48
CPU	539
Monitor de Vídeo	582
Teclado ABNT II	553
Impressora Jato de Tinta	25
Impressora Multifunção	88
Impressora Laser Monocromática	30

Impressora não Fiscal	30
Leitor de Códigos de Barra	80
Scanner	31
Projeto Multimídia (Datashow)	02
Webcam	25
Pen drive (Diversos)	30
Rack (Armário/bastidor)	13
Nobreak (Diversos)	495
Estabilizador (Diversos)	256
Monitor de Temperatura p/ Servidores	01
Telefones (Headset)	10
TOTAL	2.847

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI

Informações sobre novos LINKS e ADSLS:

Juizados Especiais Criminais, Link de Dados com velocidade 2048 Mbps, instalado em 15/10/2010;

Comarca de Mâncio Lima, Link de Dados com velocidade de 384 Kbps, instalado em 09/03/2010;

Comarca de Manoel Urbano, Link de Dados com velocidade de 384 Kbps, instalada em 16/01/2010;

Comarca de Marechal Thaumaturgo, ADSL com Velocidade de 1024 Mbps, instalada em 04/12/2010;

CIC de Vila Campinas, ADSL com velocidade de 1024 Mbps, instalada em 06/07/2010;

Juizado da Infância e Juventude, ADSL com velocidade de 1024 Mbps, instalada em 28/06/2010;

Comarca de Sena Madureira, ADSL com velocidade de 1024 Mbps, instalada em 01/06/2010;

Centro Médico, ADSL com velocidade de 1024 Mbps, instalada em 17/05/2010;

Comarca de Cruzeiro do Sul, ADSL com velocidade de 2048 Mbps, instalada em 15/05/2010.

Durante o ano de 2010 foram desenvolvidas, além das atividades já citadas, a capacitação de Servidores da DTI, necessária para manter o alinhamento entre tecnologia e conhecimento. Os cursos realizados foram:

Participação em Treinamento em Certificação Digital, oferecido pelo CNJ;

Participação em Treinamento em Segurança da Informação, oferecido pelo CNJ;

Participação em Treinamento em Sistema de Aceleradores de WAN – RIVERBAD oferecido pelo CNJ;

Participação em Treinamento de Instalação/Configuração/Manutenção nas Antenas do CENSIPAM, oferecido pelo CNJ;

Participação no I Workshop das Tabelas Processuais Unificadas oferecidos pelo CNJ.

Outras Informações relevantes com participação efetiva da D.T.I.:

Atualização das tabelas de taxas e emolumentos do ano de 2010 em todo o Estado;

Atualização das Certidões de Casamento, Nascimento e Óbito em todo o Estado, conforme provimento nº. 03 do CNJ.

Migração do Servidor ERP para um novo Servidor com Windows/2008 e Oracle 64bits.

Implantação da Numeração Única – Resolução nº. 65 do CNJ;

Realização de treinamento no SAJ/EST nas Varas da Capital e Juizados pela equipe SAJ.

2.2.3. Frota de veículos

A frota de veículos do TJAC, cujos veículos, em sua maioria já ultrapassavam 5 anos de pleno uso, foi totalmente renovada. Com essa medida, foi possível estruturar unidades judiciárias com veículos modernos, confortáveis e mais seguros melhorando as condições de trabalho dos magistrados e servidores. Além da renovação, foi possível também a sua ampliação, atendendo desta forma as necessidades das Comarcas. Assim, todas as Comarcas do Estado receberam veículos novos, num total de 24 caminhonetes e 15 motocicletas (tabela XV), que passaram a ser utilizadas em unidades judiciárias como Jordão, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, até então desprovidas de veículos.

Tabela XV - Distribuição dos veículos nas comarcas

SEQ	UNIDADE DO JUDICIÁRIO	DESCRIÇÃO MARCA / MODELO	PLACA	ANO	PROPRIEDADE
	ÓRGÃO/SETOR DE LOTAÇÃO				
1	RIO BRANCO - ANEXO	UNO	NAE-7998	2010	TJAC
2	RIO BRANCO - ASSISTÊNCIA MILITAR	PÁLIO	MZQ-1581	2005	PROC. JUDICIAL
3	RIO BRANCO - ASSISTÊNCIA MILITAR	MOTO TITAN 150	MZX-2937	2007	PROC. JUDICIAL
4	RIO BRANCO-CEMAN	TOYOTA HILUX	MZV-3026	2006	ALUGADO
5	RIO BRANCO- CEPAL	UNO	NAE-7978	2010	TJAC
6	RIO BRANCO - CORREGEDORIA	HILUX	MZR 6496	2009	TJAC
7	RIO BRANCO- DTI	HILUX	NAB 1427	2009	TJAC
8	RIO BRANCO - DIRETORIA JUDICIARIA	UNO	NAE- 8038	2010	TJAC
9	RIO BRANCO-FORUM CRIMINAL	UNO	NAE-8118	2010	TJAC
10	RIO BRANCO - JUIZADOS ESPECIAIS	COURIER	MZZ-0526	2003	TJAC
11	RIO BRANCO - JUIZADO DA INFÂNCIA	UNO	NAE-8028	2010	TJAC
12	RIO BRANCO - JUIZADO DA INFÂNCIA	KOMBI	MZT-2271	-	TJAC
13	RIO BRANCO - JUIZADO DA INFÂNCIA	KOMBI STANDARD 1.6	MZU-2326	2005	TJAC
14	RIO BRANCO - JUSTIÇA ITINERANTE	MICRO-ÔNIBUS	MZW-2106	2003	TJAC
15	RIO BRANCO - JUSTIÇA ITINERANTE	DOBLÔ	MZU-8431	2010	TJAC
16	RIO BRANCO - JUSTIÇA ITINERANTE	DOBLÔ	MZZ-5991	2010	TJAC
17	RIO BRANCO - JUIZADO DE TRÂNSITO	RENAULT KANGO	NAB-5678	2008	TJAC
18	RIO BRANCO - PATRIMÔNIO	HYUNDAI	NAB-8670	2008	TJAC

19	RIO BRANCO - PRESIDÊNCIA	HILUX	MZT-1815	2009	TJAC
20	RIO BRANCO - PRESIDÊNCIA	COROLLA	0.0.1	2010	TJAC
21	RIO BRANCO - PROJETO CIDADÃO	MOTO HONDA C100	MZO-2324	1998	TJAC
22	RIO BRANCO - PROJETO CIDADÃO	HILUX	MZR-5316	2009	TJAC
23	RIO BRANCO - PROTOCOLO	MOTO YAMAHA	MZY-5498	2006	TJAC
24	RIO BRANCO - TRANSPORTES	ASTRA	MZT-5161	2007	TJAC
25	RIO BRANCO-TRANSPORTES (CEMAN)	UNO	NAE-8058	2010	TJAC
26	RIO BRANCO - TRANSPORTES	COURIER	MZZ-0626	2003	TJAC
27	RIO BRANCO - TRANSPORTES	HILUX	MZU-4726	2009	TJAC
28	RIO BRANCO - TRANSPORTES	HILUX	NAB 1827	2009	TJAC
29	RIO BRANCO - TRANSPORTES	HILUX	NAB 0457	2009	TJAC
30	RIO BRANCO - TRANSPORTES	HILUX	NAB 3667	2009	TJAC
31	RIO BRANCO - TRANSPORTES	HILUX	NAB 8937	2009	TJAC
32	RIO BRANCO - TRANSPORTES	HILUX	NAC 6499	2009	TJAC
33	RIO BRANCO - TRANSPORTES	HILUX	NAC 7557	2009	TJAC
34	RIO BRANCO - TRANSPORTES	HILUX	MZT-6445	2009	TJAC
35	RIO BRANCO - TRANSPORTES	HILUX	MZR-6436	2009	TJAC
36	RIO BRANCO - TRANSPORTES - PROTOCOLO	MOTO NXR 150	NAC-1887	2009	TJAC
37	RIO BRANCO - TRANSPORTES - PROTOCOLO	MOTO NXR 150	NAC-1947	2009	TJAC
38	RIO BRANCO - VARA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	PRISMA (CONV. MJ 84/2008/PRONASCI)	MZW-8704	2009	CONVÊNIO
39	RIO BRANCO - VARA DE DELITOS DE TÓXICOS	VW/PARATI	MZX-9915	2008	PROC. JUDICIAL
40	RIO BRANCO - GAB. DESª EVA	RENAULT CLIO EXP01 SEDAM 1.0 16V	MZT-0547	2007	TJAC
41	RIO BRANCO - GAB. DESª MIRACELLE	RENAULT CLIO EXP01 SEDAM 1.0 16V	MZT-0417	2007	TJAC
42	RIO BRANCO - GAB. DES. PRAÇA	RENAULT CLIO EXP01 SEDAM 1.0 16V	MZT-0587	2007	TJAC
43	RIO BRANCO - GAB. DES. ARQUILAU	RENAULT CLIO EXP01 SEDAM 1.0 16V	MZT-0387	2007	TJAC

44	RIO BRANCO - GAB. DES. FELICIANO	RENAULT CLIO EXP01 SEDAM 1.0 16V	MZT-0377	2007	TJAC
45	RIO BRANCO - GAB. DES. SAMOEL	RENAULT CLIO EXP01 SEDAM 1.0 16V	MZT-0367	2007	TJAC
46	RIO BRANCO - GAB. DESª IZAURA	RENAULT CLIO EXP01 SEDAM 1.0 16V	MZT-0347	2007	TJAC
47	RIO BRANCO - GAB. DES. PEDRO	RENAULT CLIO EXP01 SEDAM 1.0 16V	MZT-0317	2007	TJAC
48	RIO BRANCO - GAB. DES. ADAIR	RENAULT CLIO EXP01 SEDAM 1.0 16V	MZT-0297	2007	TJAC
49	ACRELÂNDIA	MOTO NXR 150	NAC-1917	2009	TJAC
50	ACRELÂNDIA	HILUX	NAC 7337	2009	TJAC
51	ASSIS BRASIL	MOTO HONDA NXR 150	MZQ-6135	2006	TJAC
52	BRASILEIA	HILUX	MZR-5286	2009	TJAC
53	BRASILEIA	UNO MILLE	MZN-7232	-	PROC. JUDICIAL
54	BRASILEIA	MOTO NXR 150	NAC-1877	2009	TJAC
55	CAPIXABA	MOTO NXR 150	NAC-1967	2009	TJAC
56	CRUZEIRO DO SUL	MOTO C100	MZO-2334	1998	TJAC
57	CRUZEIRO DO SUL	MOTO YAMAHA MZT 125	MZO-4198	2006	TJAC
58	CRUZEIRO DO SUL	MOTO YAMAHA MZT 126	MZO-4228	2006	TJAC
59	CRUZEIRO DO SUL	HILUX	MZT-3716	2009	TJAC
60	CRUZEIRO DO SUL	HILUX	MZT-3766	2009	TJAC
61	EPITACIOLÂNDIA	HILUX	MZR-6526	2009	TJAC
62	EPITACIOLÂNDIA	SAVEIRO	MZQ-1815	2001	PROC. JUDICIAL
63	FEIJÓ	MOTO C100	MZU-0780	2000	TJAC
64	FEIJÓ	L200	HWF-8912	2000	PROC. JUDICIAL
65	FEIJÓ	HILUX	MZT-3756	2009	TJAC
66	FEIJÓ	MOTO NXR 150	NAC-2347	2009	TJAC
67	JORDÃO	MOTO NXR 150	NAC-1937	2009	TJAC
68	MÂNCIO LIMA	HILUX	MZU-6145	2009	TJAC

69	MÂNCIO LIMA	MOTO NXR 150	NAC-2047	2009	TJAC
70	MANOEL URBANO	MOTO NXR 150	NAC-1957	2009	TJAC
71	MARECHAL THAUMATURGO	MOTO NXR 150	NAC-2027	2009	TJAC
72	PLÁCIDO DE CASTRO	FIESTA	MZZ-6010	2002	PROC. JUDICIAL
73	PLÁCIDO DE CASTRO	HILUX	MZR-6466	2009	TJAC
74	PLÁCIDO DE CASTRO - VILA CAMPINAS	MOTO YAMAHA 125	MZR-6199	2006	TJAC
75	PORTO WALTER	MOTO NXR 150	MZW-3481	2009	TJAC
76	SENADOR GUIOMARD	HILUX	MZR-8496	2009	TJAC
77	SENADOR GUIOMARD	MOTO NXR 150	NAC-2017	2009	TJAC
78	SENA MADUREIRA	HILUX	MZU-3876	2009	TJAC
79	SENA MADUREIRA	MOTO NXR 150	NAC-1907	2009	TJAC
80	TARAUACÁ	MOTO C100	MZU-1321	1998	TJAC
81	TARAUACÁ	FIAT PÁLIO FIRE	MZY-8160	2004	PROC. JUDICIAL
82	TARAUACÁ	HILUX	MZT-3726	2009	TJAC
83	TARAUACÁ	MOTO NXR 150	NAC-1987	2009	TJAC
84	XAPURI	MOTO NXR 150	NAC-1927	2009	TJAC
85	XAPURI - APREENDIDO AUTOS DO PROC. 007.10.000536-1	L 200	NDF-0065	2007	PROC. JUDICIAL
86	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	L 200	MZZ-7865	2003	TJAC
87	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	KOMBI	MZZ-1436	2003	TJAC
88	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	KOMBI	MZZ-1416	2003	TJAC
89	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	RANGER	MZZ-0426	2003	TJAC
90	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	RANGER	MZZ-0456	2003	TJAC
91	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	RANGER	MZZ-0516	2003	TJAC
92	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	COURIER	MZZ-0556	2003	TJAC

Fonte: Setor de Transportes

2.2.4. Manutenção da Estrutura Operacional

Tabela XVI - Demonstrativo de serviços executados

Serviços (R\$)	2010
Manutenção Predial	126.755,52*
Manutenção em Máquinas e Equipamentos (elevadores, ar condicionado, telefones e máq. Fotocopiadoras)	273.637,80
Serviços de Limpeza e Conservação de prédios	1.812.403,04
TOTAL	2.212.796,30

Fonte: Diretoria Administrativa - DAD

Nota: * Estes valores referem-se apenas ao Contrato de Manutenção Predial. Os demais valores gastos com Manutenção fazem parte da Planilha da Coordenadoria de Engenharia, anexa.

Tabela XVII - Demonstrativo de combustíveis consumidos

Combustível (L)	2010
Alcool	0
Gasolina	66.925,35
Diesel	92.768,72
TOTAL	159.694,07

3. PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS (eficiência operacional, inovação e celeridade)

3.1. Eficiência operacional – Procedimentos de compras

No ano de 2010 foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2010, firmado com o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, Tribunal Regional Eleitoral do Acre, Procuradoria da República, Justiça Federal e Ministério Público Estadual. O acordo tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica com a finalidade de promover parcerias no desenvolvimento e aplicação de procedimentos administrativos visando a economicidade, celeridade e transparência nos gastos para aquisição de bens e serviços pelas referidas instituições.

Pelo acordo as instituições se comprometem a compartilhar conhecimentos, informações e soluções de tecnologia da informação, com vistas ao aperfeiçoamento de técnicas, serviços e procedimentos; realizar trabalhos conjuntos para a solução de problemas comuns; firmar parceria para aquisição de materiais, bens de consumo, permanente e contratação de serviços, dentre outros.

Durante o exercício, verificou-se também que as aquisições de bens e serviços se deram em sua maioria através da modalidade pregão presencial, cujos certames estão listados na tabela abaixo:

Tabela XVIII - Demonstrativo dos procedimentos licitatórios realizados em 2010

PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS 2010					
PREGÃO PRESENCIAL					
MODALIDADE	OBJETO	VALOR ESTIMADO (R\$)	VALOR FINAL (R\$)	REDUÇÃO ALCANÇADA%	DATA PUBLICAÇÃO
Pregão Presencial nº. 01/2010-SRP	Aquisição de Material de Consumo. Suprimento para impressora.	920.756,28	391.334,00	57,50	23.01.2010
Pregão Presencial nº. 02/2010	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recarga e manutenção de extintores de incêndio.	10.144,28	10.000,00	1,42	19.02.2010
Pregão Presencial nº. 03/2010	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total	53.540,02	44.800,00	16,32	19.02.2010
Pregão Presencial nº. 04/2010 - SRP	Aquisição de capotas para camionetes Hilux, cabine dupla	25.233,33	Pregão deserto, sugerida a aquisição direta	-	24.03.2010
Pregão Presencial nº. 05/2010	Aquisição de material permanente (mobiliário)	18.518,00	18.456,00	0,33	10.03.2010
Pregão Presencial nº. 06/2010 -SRP	Aquisição de Material Permanente (mobiliários)	14.281.556,09	4.565.000,00	-	29.04.2010
Pregão Presencial nº. 07/2010	Contratação de empresa visando à aquisição de água mineral em galões de 20 (vinte) litros	5.292,00	4.593,00	13,21	22.03.2010
Pregão Presencial nº. 08/2010-SRP	Aquisição de manutenção com fornecimento de peças para ar condicionado, bebedouros, frigobar e geladeiras deste Poder.	1.314.317,71	740.185,00	43,68	23.03.2010

Pregão Presencial nº. 09/2010 - SRP	Formação do Sistema de Registro de Preços para aquisição de materiais odontológicos.	16.624,04	5.725,05	65,56	06.04.2010
Pregão Presencial nº. 010/2010	Prestação de serviços de perícia técnica especializada em segurança do trabalho	12.000,00	Pregão deserto, sugerida a aquisição direta	-	12.04.2010
Pregão Presencial nº. 011/2010	Aquisição de 01 (uma) Filmadora Digital, para utilização na Central de Execução de Penas Alternativas – CEPAL	2.209,66	Pregão deserto, sugerida a aquisição direta	-	06.04.2010
Pregão Presencial nº. 012/2010-SRP	Contratação de empresa especializada para fornecimento de material de consumo e prestação de serviços.	605.102,50	403.320,00	33,35	05.05.2010
Pregão Presencial nº. 013/2010-SRP	Seleção de proposta visando à formação de Registro de Preços para Aquisição de material permanente	336.037,80	176.220,00	47,56	06.05.2010
Pregão Presencial nº. 014/2010-SRP	Seleção de proposta visando à formação de Registro de Preços para Aquisição de material permanente (MONITORES LCD), visando atender as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Acre .	35.200,00	23.000,00	34,66	06.05.2010
Pregão Presencial nº. 015/2010-SRP	Será objeto da presente licitação a seleção de proposta visando à formação de Registro de Preços para fornecimento e instalação de divisórias	200.845,00	200.845,00	0,00	13.05.2010
Pregão Presencial nº. 016/2010	Contratação de empresa visando o fornecimento de refeições prontas (marmitex)	150.000,00	108.900,00	27,40	13.05.2010
Pregão Presencial nº. 017/2010-SRP	Aquisição de material de consumo (Hospitalar, Utilização em Gráfica, Expediente, Copa e Cozinha, Limpeza e Produção de Higienização, Gêneros Alimentícios, Elétrico e Eletrônico	4.832.882,93	2.700.317,00	44,13	24.05.2010
Pregão Presencial nº. 018/2010-SRP	Formação de registro de preços visando à Confecção de togas, Pala tipo "saia" e Coletes.	44.759,98	21.500,00	51,97	11.06.2010
Pregão Presencial nº. 019/2010-SRP	Formação de Registro de Preços para aquisição de fardamentos para os garçons que atuam na Sede e no Anexo	12.906,66	9.498,00	26,41	09/07/2010
Pregão Presencial nº. 020/2010	Contratação de serviço de transporte fluvial (barco tipo voadeira + piloto)	13.440,00	7.488,00	44,29	-
Pregão Presencial nº. 021/2010	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem, enceramento e polimento dos veículos.	177.828,50	7.610,00	95,72	26.08.2010
Pregão Presencial nº. 022/2010 -SRP	Registro de Preços para Aquisição de 08 (oito) carros para armazém; 02 (dois) carros sobre escada com 06 (seis) rodas maciças; 30 (trinta) caixas tipo hortifruti de encaixe; 01 (uma) estante metálica para 15 (quinze) bins; 01 (uma) empilhadeira semi-elétrica com capacidade de 1.000kg; 01 (um) transpaleta hidráulico "balança"; 01 (uma) niveladora para docas, tipo avançada; 01 (uma) fragmentadora, tipo de corte: tiras: 5,8mm.	9.446.839,16	8.399.000,01	11,09	20.08.2010
Pregão Presencial nº. 023/2010 -SRP	Registro de Preços para Aquisição de materiais de informática,	1.109.964,95	399.392,44	277	01.09.2010
Pregão Presencial nº. 24/2010	Formação do Sistema de Registro de Preços para fornecimento de refeições prontas (marmitex)	25.200,00	24.840,00	1,43	01.09.2010
Pregão Presencial nº. 25/2010 -SRP	Seleção de proposta mais vantajosa, objetivando a formação de Registro de Preços para fornecimento de persianas instaladas.	149.375,00	81.495,00	45,44	17.11.2010
Pregão Presencial nº. 26/2010	Contratação de empresa visando fornecimento de combustíveis	13.440,00	13.440,00	0,00	03.09.2010
Pregão Presencial nº. 27/2010 -SRP	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na execução de serviços de reforma e recuperação de cadeiras, longarinas, poltronas, sofás e em persianas	106.130,09	90.000,00	15,20	03.09/2010
Pregão Presencial nº. 28/2010 -SRP	Sistema de Registro de Preços para aquisição de CD-R, cor prata, para atender às necessidades deste Poder	17.120,00	14.080,00	17,76	10.09.2010

Pregão Presencial nº. 29/2010 -SRP	Registro de Preço para aquisição de Camisetas,	491.000,00	391.000,00	20,37	09.09.2010
Pregão Presencial nº. 30/2010 -SRP	Registro de Preços para Aquisição de buquês, arranjos de flores e coroas fúnebres	26.132,50	21.000,00	19,64	08.10.2010
Pregão Presencial nº. 31/2010 -SRP	Registro de Preços para aquisição de materiais de consumo (Suprimento de Informática, Expediente e Gênero Alimentício),	1.631.023,52	886.039,00	45,68	13/10/2010
Pregão Presencial nº. 32/2010 -SRP	Registro de Preços para aquisição de fornecimento de polpas de frutas, sabores tropicais	11.780,84	10.550,00	10,45	19/10/2010
Pregão Presencial nº. 33/2010 -SRP	Registro de Preços para aquisição de água mineral, fornecimento sob demanda,	2.791,08			19.10.2010
Pregão Presencial nº. 34/2010	Contratação de empresa visando fornecimento de combustíveis para Comarca de Plácido de Castro,	33.024,00	33.024,00	0,00	14.10.2010
Pregão Presencial nº. 35/2010	Contratação de empresa visando fornecimento de combustíveis Assis Brasil, Acrelândia, Bujari, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Feijó, Manoel Urbano, Santa Rosa, Sena Madureira, Senador Guiomard, Tarauacá e Xapuri,	231.514,00	118.470,00	48,83	19.10.2010
Pregão Presencial nº. 36/2010 SRP	Registro de Preços para aquisição de 20 (vinte) Mesas de Som, 80 (oitenta) Microfones de Mesa, 20 (vinte) Impressoras Multifuncionais, 50 (cinquenta) Impressoras Jato de Tinta e 100 (cem) Impressoras Laser Monocromáticas	387.768,83	156.990,00	59,51	09.11.2010
Pregão Presencial nº. 37/2010 SRP	Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Informática/Diversos,	16.518.322,01	-	-	07.12.2010
Pregão Presencial nº. 38/2010 SRP	Registro de Preços para Aquisição de material de consumo para os veículos que compõem a frota deste Tribunal,	170.286,72	91.360,00	46,35	07.12.2010
Pregão Presencial nº. 39/2010 SRP	Aquisição de material de consumo/médico e odontológico.	-	-	-	05.11.2010
Pregão Presencial nº. 40/2010 SRP	Contratação de empresa especializada em serviços de gerenciamento de documentos, contemplando a Digitalização, Indexação de Páginas/Documentos e integração com o atual sistema de automação da Justiça do Estado do Acre – SAJ, com certificação digital do conteúdo digitalizado.	6.952.900,00	-	Certame revogado de acordo com Despacho exarado de fls. 215/216.	24.11.2010
Pregão Presencial nº. 41/2010 SRP	Contratação de serviço de transporte fluvial (barco tipo voadeira + piloto) para cumprimento de mandados judiciais.	27.000,00	25.200,00	6,67	08.11.2010
Pregão Presencial nº. 42/2010	Contratação de empresa especializada em fornecimento de coquetel.	60.000,00	49.000,00	18,33	14.12.2010
Pregão Presencial nº. 43/2010 SRP	Registro de Preços para aquisição de Material Permanente.	2.031.964,06	1.124.840,00	44,64	09.11.2010
Pregão Presencial nº. 44/2010 SRP	Aquisição de Cadeiras e Condicionadores de ar instalados, tipo ACJ e SPLIT	2.984.070,15	1.993.000,00	33,21	03.12.2010
Pregão Presencial nº. 45/2010 SRP	Fornecimento de Link de rádio	61.043,45	46.400,00	23,99	04.01.2011
Pregão Presencial nº. 46/2010	Contratação de empresa especializada para prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza, asseio e conservação, com fornecimento de todo material de consumo e demais equipamentos.	871.140,00	734.257,20	15,71	14.12.2010
Pregão Presencial nº. 47/2010	Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, nas máquinas fotocopadoras.	2.021.689,87	1.045.185,00	51,69	23.12.2010

Pregão Presencial nº. 48/2010 SRP	Constitui objeto deste Termo de Referência, a aquisição de material de consumo, conforme discriminado no Projeto Básico, termo integrante do Processo 0500540-41.2010, para dar continuidade às ações da Justiça Comunitária, mediante Convênio entre o TJAC e a SEMCAS.	5.300,00	4.547,00	14,21	04.01.2011
Pregão Presencial SRP nº. 49/2010	Registro de Preços para aquisição de combustível na Comarca de Rio Branco – AC.	327.225,00	321.500,00	1,74	04.01.2011
Pregão Presencial nº. 50/2010 SRP	Serviços de desinsetização, desmorcegação, desratização, descupinização, limpeza de fossas, cisterna e rede de esgoto.	230.231,70	142.00,00	38,32	04.01.2011

Fonte: Comissão Permanente de Licitação

Desta forma as aquisições provenientes dos procedimentos licitatórios acima identificados, promoveram as seguintes movimentações nos setores de patrimônio e almoxarifado:

Tabela XIX - Demonstrativos de Entrada do Almoxarifado – Material de Consumo

Material de Consumo	2008	2009	2010
Estoque em 31.12 (ano anterior)	939.370,77	733.033,38	867.773,33
Entradas no período	2.240.180,20	2.948.703,52	2.352.731,53
Saídas no período	2.446.517,59	2.814.921,93	2.699.505,81
Saldo ao final do período	733.033,38	866.814,96	520.999,05

Fonte: Setor de Almoxarifado, posição do ERP, em 11/01/2011.

Tabela XX - Demonstrativos de Entrada do Almoxarifado – Material Permanente

Material Permanente	2008	2009	2010
Estoque em 31.12 (ano anterior)	375.596,15	126.358,13	267.111,76
Entradas no período	2.947.389,95	5.136.277,31	3.082.080,17
Saídas no período	3.196.627,97	4.995.523,68	2.746.876,92
Saldo ao final do período	126.358,13	267.111,76	602.315,01

Fonte: Setor de Almoxarifado, posição do ERP, em 11/01/2011

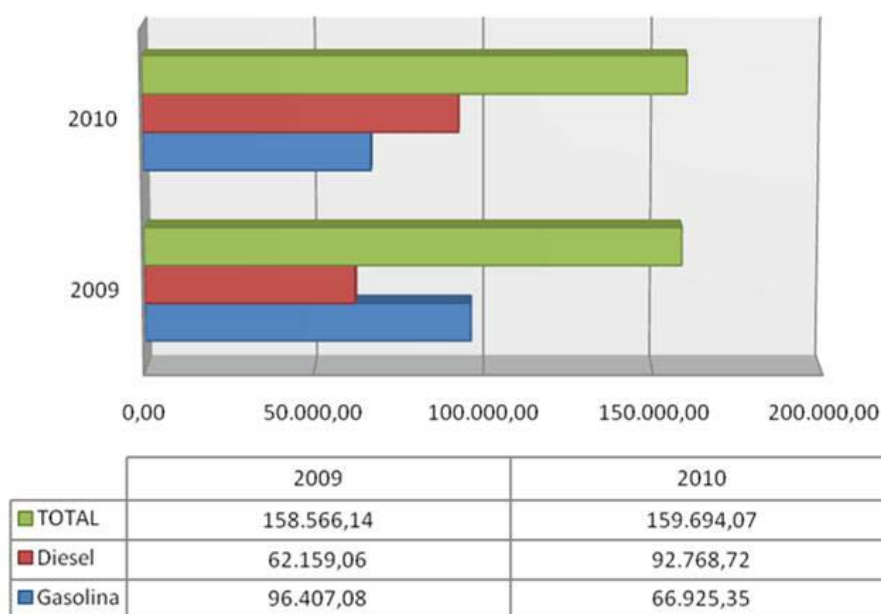
Tabela XXI - Demonstrativos de Entrada (material permanente) do Setor de Patrimônio e Manutenção

Atividade	2008	2009	2010
Materiais adquiridos através de convênio	58.318,94	44.050,00	7.397,00
Materiais adquiridos com recursos próprios	2.943.626,78	5.036.301,83	3.075.600,57
Bens recebidos em doação	279.106,52	2.782.274,38	1.038.195,30
Bens leiloados	310.162,74	-	426.167,72 (*)

Fonte: Setor de Patrimônio, posição do ERP, em 11/01/2011

Nota: (*) Os Leilões foram realizados nos dias 11/06/2010 e 10/12/2010 e os valores auferidos foram de R\$ 244.667,72 e R\$ 181.500,00, respectivamente.

Gráfico XI - Comparativo do consumo anual de combustível



Fonte: Setor de Transportes

Tabela XXII - Demonstrativo dos contratos de prestação de serviço e fornecimento de material

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATADO/ LOCADOR	VIGÊNCIA	VALOR R\$
01/2010	Fornecimento de 5.000 (cinco mil kits) lanches matutinos (café da manhã); 6.000 (seis mil kits) lanches vespertinos (chá da tarde); 10.000 (dez mil kits) coffee break e 3.000 (três mil kits) kits lanches (lote II), de acordo o edital do Pregão Presencial nº 40/2009	A. Rodrigues Filho – ME	07 JAN 2010/ 07 JAN 2011 1º Aditivo 08 JAN 2011/ 08 JAN 2012	356.300,00
02/2010	Prestação de serviços, no cargo de Estagiária – Psicologia, a fim de auxiliar na execução do Convênio nº 084/2008.	Daiana da Silva Sampaio	06 JAN 2010/ 25 SET 2010 1º Aditivo 26 SET 2010/ 25 NOV 2011	600,00 (mensal)
03/2010	Fornecimento mensal de galões de água mineral, em vasilhames de vinte litros, importando em 180 galões anual, para a comarca de Porto Acre	Raimundo Nonato Vasconcelos de Medeiros	13 JAN 2010/ 13 JAN 2011	540,00
04/2010	Contratação de empresa especializada em construção civil para executar serviços no Fórum Criminal, localizado nesta cidade, em conformidade com os anexos: I – Projetos Básico, Planilha Orçamentária, de acordo com o Convite nº 14/2009	C. J. Construções & Serviços Ltda.	13 JAN 2010/ 13 FEV 2010	12.775,38
05/2010	Fornecimento de 48.000 (quarenta e oito mil) litros de gasolina comum, 18.000 (dezoito mil) litros de álcool e 72.000 (setenta e dois mil) litros de óleo diesel para os veículos do Tribunal de Justiça	Farhat & Farhat Ltda. (Auto Posto Tropical)	13 JAN 2010/ 13 JAN 2011	342.180,00
06/2010	Fornecimento de 9.600 (nove mil e seiscentos) litros de gasolina comum, 12.000 (doze mil) litros de óleo diesel e 960 (novecentos e sessenta) litros de óleo dois tempos para os veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, no município de Cruzeiro do Sul	Aerobran Distribuidora Imp. e Exp. Ltda.	13 JAN 2010/ 13 JAN 2011	79.200,00
07/2010	Fornecimento de 4.800 (quatro mil e oitocentos) litros de diesel e 840 (oitocentos e quarenta) litros de óleo dois tempos para os veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, no município de Tarauacá	Posto RI Ltda.	13 JAN 2010/ 13 JAN 2011	23.173,20

08/2010	Fornecimento de 4.800 (quatro mil e oitocentos) litros de gasolina comum e 4.800 (quatro mil e oitocentos) litros de diesel para os veículos do Tribunal de Justiça em Senador Guiomard	Auto Posto Santa Rita Ltda.	13 JAN 2010/ 13 JAN 2011	25.152,00
09/2010	Fornecimento de 7.200 (sete mil e duzentos) litros de gasolina comum, 4.800 (quatro mil e oitocentos) litros de diesel para os veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, no município de Plácido de Castro	Auto Posto Fronteira Ltda.	13 JAN 2010/ 13 JAN 2011	32.472,00
10/2010	Fornecimento de 6.000 (seis mil) litros de gasolina comum, 4.800 (quatro mil e oitocentos) litros de óleo diesel para os veículos do Tribunal de Justiça	E. N. Santos – ME (Auto Posto Acrelândia)	13 JAN 2010/ 13 JAN 2011	27.300,00
11/2010	Fornecimento de 6000 (seis mil) litros de gasolina comum, 7.200 (sete mil) litros de óleo diesel e 840 (oitocentos e quarenta) litros de óleo dois tempos para os veículos do Tribunal de Justiça	Auto Posto BX Ltda.	13 JAN 2010/ 13 JAN 2011	35.280,00
12/2010	Fornecimento de gás de cozinha (GLP) de 13 kg e botijões de 13 kg vazios, destinados ao Tribunal de Justiça	S K Comércio de Bebidas e Serviços de Locação Ltda.	02 FEV 2010/ 02 FEV 2011	14.600,00
13/2010	Cessão de uso parcial do imóvel, 2 (duas) salas no subsolo do prédio da Coordenadoria de Logística, medindo 31,87m² (trinta e um virgula oitenta e sete) metros quadrados, localizado na Rua Benjamin Constant nº 1297 – Centro, para utilização pelo SINSPJAC.	SINSPJAC	19 JAN 2010/ 19 JAN 2011	-
15/2010	Contratação de empresa especializada em construção civil para ampliação do prédio da Vara da Infância e da Juventude, localizado em Rio Branco - Convite nº 01/2010	C. J. Construções e Serviços Ltda.	01 MAR 2010/ 15 ABR 2010	18.000,00
16/2010	manutenção corretiva em um computador servidor marca IBM, modelo Xseries x255, (8685-BIX), patrimônio número 019041	IBM Brasil	19 MAR 2010/ 19 MAR 2011	5.748,00
17/2010	Fornecimento de 1.000.000 (um milhão) de Selos de Fiscalização, conforme especificações discriminadas no Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2010	Interprint Ltda.	Em 6.1.2011 o Contrato foi aditado em 25% sobre a quantidade	194.000,00
18/2010	Fornecimento de módulos e tecnologias complementares à solução SAJ para suporte ao processo digital, e a prestação de serviços de Evolução Tecnológica, Suporte Técnico e Manutenção do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau (SAJ/PG) e Segundo Grau (SAJ/SG), implantados e em operação nas Comarcas da Capital e interior, e no Tribunal de Justiça do Estado. Também prevê a prestação remota de serviços de administração do ambiente operacional e infra-estrutura relacionada aos equipamentos servidores de dados e servidores de aplicação, serviços de migração de dados, acompanhamento e suporte na atualização de versões, backups e recuperação de dados e outros serviços sob demanda.	Softplan	05 MAR 2010/ 09 MAR 2011	255.000,00
19/2010	Construção do prédio do Fórum da Comarca de Assis Brasil, em conformidade com os anexos do Edital de Concorrência nº 01/2010	V. M. Construção Ltda.	18 MAR 2010/ 04 DEZ 2010	1.525.793,86
20/2010	Cessão de imóvel à Prefeitura para funcionamento da Junta de Serviço Militar	Prefeitura Municipal de Brasília (cessionária)	03 FEV 2010/ 03 FEV 2011	-

21/2010	Serviços de telefonia fixa com atendimento por centrais digitais (PABX virtual) comutada local para atender aos entroncamentos digitais e as linhas diretas do Poder Judiciário do Estado do Acre; serviço telefônico fixo comutado de longa distância intra-regional, ou seja, dentro da Região II, assim entendidas as ligações oriundas de Rio Branco para os estados Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Tocantins, Acre, Rondônia e Distrito Federal; serviço telefônico fixo comutado de longa distância inter-regional, ou seja, para as regiões I e III, assim entendidas as ligações oriundas do Distrito Federal para os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima (Região I) e São Paulo (Região III).	Brasil Telecom	11 JAN 2010/ 11 JAN 2011 1º Aditivo 12 JAN 2011/ 12 JAN 2012	551.495,64
22/2010	Prestação de serviços, no cargo de Estagiário – Outras Áreas, a fim de auxiliar na execução do Convênio nº 084/2008	Adriana Andreia Oliveira dos Santos	19 MAR 2010/ 25 SET 2010 1º Aditivo 26 SET 2010/ 25 NOV 2011	600,00 (mensal)
23/2010	Serviço de recarga e manutenção de extintores de incêndio pertencentes ao Tribunal de Justiça	R. Batista de Souza-ME	23 MAR 2010 23 MAR 2011	10.000,00
24/2010	Cessão de uso de imóvel destinado ao funcionamento da Secretaria Municipal de Ação Social	Prefeitura Municipal de Porto Acre Cessionária	10 MAIO 2010/ 10 MAIO 2011	-
25/2010	Cessão de uso de um (01) projetor multimídia infocus (data-show)	Procuradoria Geral do Estado	21 MAI 2010/ 21 MAIO 2012	-
26/2010	Assinatura do Programa Juris Plenum Ouro em DVD, com atualização diária, 70 (setenta) pontos em rede e acesso on line	Editora Plenum Ltda.	29 MAR 2010/ 29 MAR 2011	8.550,00
27/2010	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total, com cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), bem como cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais), acidentes pessoais por passageiros, com assistência 24 (vinte e quatro) horas, para frota de veículos do PJ	Allianz Seguros S/A	29 MAR 2010/ 29 MAR 2011	44.800,00
28/2010	Prestação de serviços, no cargo de Agente Comunitário, em Capixaba, a fim de auxiliar na execução do Convênio nº 34/2008	Francisca Alcilene Gomes de Moura	25 MAR 2010/ 30 ABR 2010 1º Aditivo 1º MAI 2010/ 30 AGO 2010	190,00 (mensal)
29/2010	Prestação de serviços, no cargo de Agente Comunitário, em Capixaba, a fim de auxiliar na execução do Convênio nº 34/2008	Geison Rodrigues de Oliveira	25 MAR 2010/ 30 ABR 2010 1º Aditivo 1º MAI 2010/ 30 AGO 2010	190,00 (mensal)
32/2010	Cessão de uso de imóvel urbano, na Av. Diamantino A. Macedo (Sede de Promotoria de Justiça)	Ministério Público do Estado do Acre	10 MAIO 2011	-
33/2010	Reforma do Fórum Barão do Rio Branco, localizado na Rua Benjamin Constant – Centro, nesta Capital, conforme especificações descritas no Edital de Tomada de Preços nº 01/2010	Inca Construções e Comércio Ltda.	07 ABR 2010/ 18 DEZ 2010	732.297,29
34/2010	Aquisição de centrais telefônicas, com instalação, para atender as Comarcas de Sena Madureira, Brasileia, Tarauacá, Manuel Urbano, Eitaciolândia, Plácido de Castro e Cruzeiro do Sul, conforme especificações discriminadas no Edital de Pregão Eletrônico nº 09/2009	C. Com. Informática Import Export e Com. Ltda.	14 ABR 2010/ 14 MAI 2010	72.050,00

35/2010	Cessão de uso de um scanner ao Conselho Seccional da OAB/AC	OAB Cessionária	12 ABR 2010/ 12 ABR 2011	-
36/2010	Manutenção corretiva em sete computadores servidores marca Itautec, modelo LX200, n°s de séries C167L01200001, J337901900002, J415801600002, J415901200001, J415901200002, J415901200003 e J415901200004	Itautec S. A. – Grupo Itautec	19 ABR 2010/ 19 ABR 2011	2.449,20
37/2010	Cessão de uso de equipamentos de informática	Superintendência Regional da Polícia Federal – Coordenação Operação Sentinela	19 ABR 2010/ 19 ABR 2011	-
38/2010	Contratação de empresa especializada em construção civil para reforma do Fórum de Epitaciolândia, conforme especificações descritas no Convite nº 02/2010	ECC Construção Civil	26 ABR 2010/ 25 JUN 2010 1º Aditivo Operar acréscimo financeiro de R\$ 14.443,53 (quatorze mil quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e três centavos), correspondente a 15,03631% (quinze vírgula zero três meia três um por cento) sobre o valor do Contrato nº 38/2010.	96.057,67
39/2010	Fornecimento mensal de galões de água mineral, em vasilhames de vinte litros, importando em 1.440 (mil quatrocentos e quarenta) galões anual	Rubysney Maciel Martins & Cia. Ltda.	22 ABR 2010/ 22 ABR 2011	4.593,60
40/2010	Desinfestação de prédios do Poder Judiciário	Acrelimp	10 MAI 2010/ 29 OUT 2010	117.950,00
41/2010	Prestação de serviços de perícia técnica especializada em segurança do trabalho, a ser realizada no Parque Gráfico, nos setores do Arquivo de Feitos Judiciais, Feitos Administrativos, Setores de Almoxarifado e Patrimônio, Coordenadoria de Logística, todos da Diretoria Administrativa e Acervo Bibliográfico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, para averiguação do exercício de atividades insalubres por servidores que laboram nesses locais, conforme as especificações apresentadas no Anexo I, Termo de Referência do Pregão Presencial nº 10/2010	Artur Leonardo Arcoverde Novaes	14 MAI 2010/ 14 JUL 2010	11.400,00
43/2010	Prestação de serviços, no cargo de Psicólogo, a fim de auxiliar na execução do Convênio nº 084/2008	Tatyana Cristina Cardoso Xavier	1º JUN 2010/ 25 SET 2010 1º Aditivo 26 SET 2010 25 NOV 2011	1.500,00 (mensal)
44/2010	Contratação de empresa especializada em construção civil para executar serviços de muro, cerca e estacionamento na Comarca de Bujari - Convite nº 03/2010	Universo Construções e Serviços Ltda.	02 JUN 2010/ 17 JUL 2010	21.060,65
45/2010	Fornecimento de 6.000 (seis mil) litros de gasolina comum, 7.200 (sete mil) litros de óleo diesel e 840 (oitocentos e quarenta) litros de óleo dois tempos para os veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre	Auto Posto Camila Ltda.	10 JUN 2010/ 10 JUN 2011	40.320,00
46/2010	Contratação de empresa especializada em construção civil para executar serviços no estacionamento com mureta e grade, no prédio do Anexo dos Desembargadores, em conformidade com o Convite nº 04/2010	Universo Construções e Serviços Ltda.	14 JUN 2010/ 14 JUL 2010	4.531,37

48/2010	Serviços técnicos de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de condicionadores de ar tipo janela e splits, bebedouros, frigobares e geladeiras pertencentes ao Poder Judiciário, incluindo instalação, desinstalação e remanejamento dos equipamentos, com fornecimento de peças necessárias à execução dos serviços – Mâncio Lima e Rodrigues Alves	J. da Silva Miranda - ME	15 JUL 2010/ 15 JUL 2011	14.430,00
49/2010	Serviços técnicos de manutenção preventiva e/ou corretiva em sistemas de condicionadores de ar tipo janela e splits, bebedouros, frigobares e geladeiras pertencentes ao Poder Judiciário, incluindo instalação, desinstalação e remanejamento dos equipamentos, com fornecimento de peças necessárias à execução dos serviços – Feijó e Tarauacá	F. O. Carvalho da Silva	15 JUL 2010/ 15 JUL 2011	63.620,00
50/2010	Cessão de uso do imóvel localizado no município de Sena Madureira, na Rua Major João Cândio, 186 – Centro, para utilização pela Prefeitura do município de Sena Madureira.	Prefeitura Municipal de Sena Madureira	05 AGO 2010/ 05 AGO 2011	-
51/2010	Confecção de uma escultura em concreto armado da Deusa da Justiça, destinada a atender as necessidades do novo Fórum da Comarca de Feijó, conforme especificações descritas no Convite nº 05/2010	J. Costa dos Santos - ME	09 AGO 2010/ 24 AGO 2010	9.554,00
52/2010	Fornecimento de 252 refeições prontas (dispensa de licitação – art. 24, IV)	N. Marques Gadelha-ME	18 FEV 2011	2.520,00
53/2010	Contratação de empresa para fornecimento de material (barro) para aterro na construção do Fórum da Comarca de Feijó	J. C. A. Construções e Representações Ltda.	20 AGO 2010/ 15 SET 2010	134.080,00
54/2010	Fornecimento de 800 refeições prontas (dispensa de licitação – art. 24, IV)	G. P. de Queiroz	18 AGO 2010/ 18 FEV 2011	6.400,00
55/2010	Fornecimento de 408 refeições prontas (dispensa de licitação – art. 24, IV)	Ernestina de Almeida Nascimento	18 AGO 2010/ 18 FEV 2011	3.264,00
56/2010	Cessão de uso dos equipamentos de informática	Defensoria Pública do Estado do Acre	30 AGO 2010/ 30 AGO 2011	-
57/2010	Contratação de serviço de transporte fluvial (barco tipo voadeira com piloto), para cumprimento de mandados judiciais, com fornecimento de combustível pelo órgão contratante, para deslocamentos diversos na Comarca de Mâncio Lima - Pregão Presencial nº 20/2010	Gilson Marques Rodrigues	27 AGO 2010/ 27 AGO 2011	7.488,00
58/2010	Fornecimento de 1.800 refeições prontas (dispensa de licitação – art. 24, IV)	Hotel e Restaurante Açai Ltda. - ME	11 OUT 2010/ 26 FEV 2011	14.400,00
59/2010	Fornecimento mensal de galões de água mineral, em vasilhames de vinte litros, importando em quatrocentos e vinte galões anual (inexigibilidade de licitação – art. 25, caput)	Gadelha Imp. e Exp. Ltda.	03 SET 2010/ 03 SET 2011	1.554,00
60/2010	Contratação de locação de veículo, com condutor (pessoa física), para deslocamento em áreas urbanas e rurais na Capital e interior do Estado	José Lira de Fontinele	29 SET 2010/ 29 SET 2011	43.200,00
61/2010	Fornecimento de 3.600 (três mil e seiscentos) litros de diesel; 1.000 (mil) litros de gasolina comum e 30 (trinta) litros de óleo dois tempos, destinados aos veículos do Poder Judiciário	Alem A. Silva-ME (Auto Posto Japiin)	04 OUT 2010/ 04 OUT 2011	13.440,00
62/2010	Fornecimento de 1.800 (mil e oitocentas) refeições prontas	José Sérgio de Araújo Correia – ME (Restaurante Napolitana)	15 OUT 2010/ 15 OUT 2011	24.840,00
63/2010	Fornecimento de 15.000 (quinze mil) refeições prontas, para a Comarca de Rio Branco	C. Calil de Oliveira	24 SET 2010/ 10 JUN 2011	7,26 (valor unit.)

64/2010	Locação de um prédio em alvenaria, localizado na Rua Dilermando Barroso Braga, 371, Bairro Cidade Nova, em Feijó, destinando-se à acomodação provisória das Unidades do Fórum.	O. Faria-ME	16 SET 2010/ 16 MAR 2011	15.000,00
65/2010	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem, enceramento e polimento dos veículos que compõem a frota do Tribunal, na Comarca de Tarauacá	Francisco Uemerson Oliveira das Neves	13 OUT 2010/ 13 OUT 2011	5.250,00
66/2010	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem, enceramento e polimento dos veículos que compõem a frota do Tribunal, na Comarca de Feijó	Leandro L. Aguiar	13 OUT 2010/ 13 OUT 2011	4.014,00
67/2010	Lavagem de veículos do Poder Judiciário	M. G. A. Melo	03 DEZ 2010/ 03 DEZ 2011	4.560,00
68/2010	Contratação de pessoa física para prestação de serviços de lavagem, enceramento e polimento dos veículos que compõem a frota do Tribunal, na Comarca de Mâncio Lima	Luciano Almeida Barros	27 OUT 2010/ 25 OUT 2011	2.018,00
69/2010	Contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem, enceramento e polimento dos veículos que compõem a frota do Tribunal, na Comarca de P. Castro	C. B. de Barros Filho	27 OUT 2010/ 27 OUT 2011	3.596,00
70/2010	Contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem, enceramento e polimento dos veículos que compõem a frota do Tribunal, na Comarca de R. Branco	M. S. Serviços Ltda.	22 OUT 2010/ 22 OUT 2011	124.260,00
71/2010	Fornecimento de 1.800 (mil e oitocentos) litros de gasolina comum, 1.800 (mil e oitocentos) litros de diesel e 480 (quatrocentos e oitenta) litros de óleo dois tempos	Auto Posto Três Fronteiras Ltda.	29 OUT 2010/ 29 OUT 2011	16.500,00
72/2010	Fornecimento de energia elétrica - Estrutura Tarifária Horossazonal, modalidade Tarifa VERDE, Subgrupo A4 para uso exclusivo em sua unidade consumidora nº 869864, instalada na Rua Benjamin Constant, nº 1165, CEP 69100-160 – Fórum Barão de Rio Branco, que será utilizada como insumo para o desenvolvimento da atividade de Classe 05 – Poder Público, Subclasse 9514	Eletróbrás Distribuição Acre	08 NOV 2010/ 08 NOV 2011	Estão sendo feitos alguns ajustes pela concessionária
73/2010	Instalação de quadro de distribuição e ramais de alimentação, nos Juizados Especiais Cíveis da comarca de Rio Branco - Convite nº 08/2010.	Inca Construções e Comércio Ltda.	20 NOV 2010/ 01 DEZ 2010	38.716,97
74/2010	Pavimentação dos estacionamentos do complexo, localizado no Centro Administrativo, km 02 - Tomada de Preços nº 03/2010	Inca Construções e Comércio Ltda.	02 DEZ 2010/ 11 JAN 2011	216.795,50
75/2010	Fornecimento anual de 850 (oitocentas e cinquenta) refeições prontas para a comarca de Sena Madureira.	Francisco Antônio Figueiredo Maia Restaurante e Lanchonete Maia	16 NOV 2010/ 16 NOV 2011	7.352,50
76/2010	Contratação do Leiloeiro Público Oficial do Estado do Acre para a execução de Leilão Público de bens móveis, a realizar-se no Plenário do Tribunal do Júri, no Fórum Barão do Rio Branco, situado na Rua Benjamin Constant, 1165 – Centro	Roberto Alves de Sá	10 DEZ 2010	A taxa de remuneração do contratado é de 5% do valor da venda, paga pelo arrematante, no ato do leilão

77/2010	Fornecimento de 4.800 (quatro mil e oitocentos) litros de gasolina comum e 8.000 (oito mil) litros de diesel para os veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em Plácido de Castro	Auto Posto Fronteira Ltda.	06 DEZ 2010/ 06 DEZ 2011	33.024,00
78/2010	Fornecimento mensal de galões de água mineral, em vasilhames de vinte litros, importando em 150 galões anual – Dispensa de licitação – Art. 24, II	Raimundo Nonato Vasconcelos de Medeiros	07 DEZ 2010/ 07 DEZ 2011	562,50
80/2010	Fornecimento mensal de galões de água mineral, em vasilhames de vinte litros, importando em 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) galões anual para a comarca de Acrelândia	Sílvio Bonfim Schiave	15 DEZ 2010/ 15 DEZ 2011	1.368,00
81/2010	Fornecimento de galões de água mineral, em vasilhames de vinte litros, importando em 336 (trezentos e trinta e seis) galões anual para a comarca de Plácido de Castro	Aldenor de Souza Nunes - ME	15 DEZ 2010/ 15 DEZ 2011	1.256,64
82/2010	Cessão de uso de um imóvel localizado na Rua João Barbosa nº 53, no município de Xapuri.	Prefeitura Municipal de Xapuri – Secretaria Municipal de Saúde	15 DEZ 2010/ 15 JUN 2011	-
83/2010	Fornecimento de 1.500 (mil e quinhentos) litros de gasolina comum para os veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, no município de Capixaba – Pregão 35/2010	Z. A. Ingle-ME Auto Posto Vitória	16 DEZ 2010/ 16 DEZ 2011	4.350,00
84/2010	Fornecimento de 4.000 (quatro mil) litros de gasolina comum, 9.600 (nove mil e seiscentos) litros de óleo diesel e 960 (novecentos e sessenta) litros de óleo dois tempos os veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, no município de Cruzeiro do Sul – Pregão 35/2010	Aerobran	14 JAN 2011/ 14 JAN 2012	55.248,00
85/2010	Fornecimento de 2.000 (dois mil) litros de gasolina comum, 4.800 (quatro mil e oitocentos) litros de óleo diesel e 840 (oitocentos e quarenta) litros de óleo dois tempos os veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, no município de Feijó - Pregão 35/2010	Posto RI Ltda.	16 DEZ 2010/ 16 DEZ 2011	28.784,00
86/2010	Fornecimento de 800 (oitocentos) litros de gasolina comum, 6.000 (seis mil) litros de óleo diesel e 840 (oitocentos e quarenta) litros de óleo dois tempos os veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, no município de Tarauacá	Posto RI Ltda.	16 DEZ 2010/ 16 DEZ 2011	30.088,00
87/2010	Contratação de empresa especializada em construção civil para instalação de rede lógica, elétrica e pequenos serviços de engenharia no Complexo Administrativo - Tomada de Preços nº 02/2010	INCA	15 DEZ 2010/ 24 JAN 2011	150.700,16
88/2010	Contratação de serviço de transporte fluvial (barco tipo voadeira com piloto), para cumprimento de mandados judiciais, com fornecimento de combustível pelo órgão contratante, para deslocamentos diversos na Comarca de Tarauacá - Pregão Presencial nº 41/2010	Jorgean Neres Pereira	23 DEZ 2010/ 23 DEZ 2011	25.200,00
89/2010	Fornecimento de 4.800 (quatro mil e oitocentos) litros de gasolina comum, 4.800 (quatro mil e oitocentos) litros de óleo diesel e 840 (oitocentos e quarenta) litros de óleo dois tempos para os veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, no município de Sena Madureira – Art. 24, V	Petrosena Ltda.	05 JAN 2011/ 05 JAN 2012	32.328,00

Fonte: Diretoria Administrativa - DAD

3.2. Redução nas despesas com manutenção da frota

A renovação da frota do Poder Judiciário Acreano foi realizada, inicialmente, com recursos próprios e, posteriormente complementada com recursos advindos da alienação de bens inservíveis e/ou economicamente inviáveis à administração. Essas aquisições além da economia de recursos e diminuição da emissão de poluentes, proporcionam maior segurança e bem-estar aos usuários.

Nas tabelas abaixo, é possível identificar a redução na média de consumo dos veículos, bem como das manutenções preventivas e corretivas da frota.

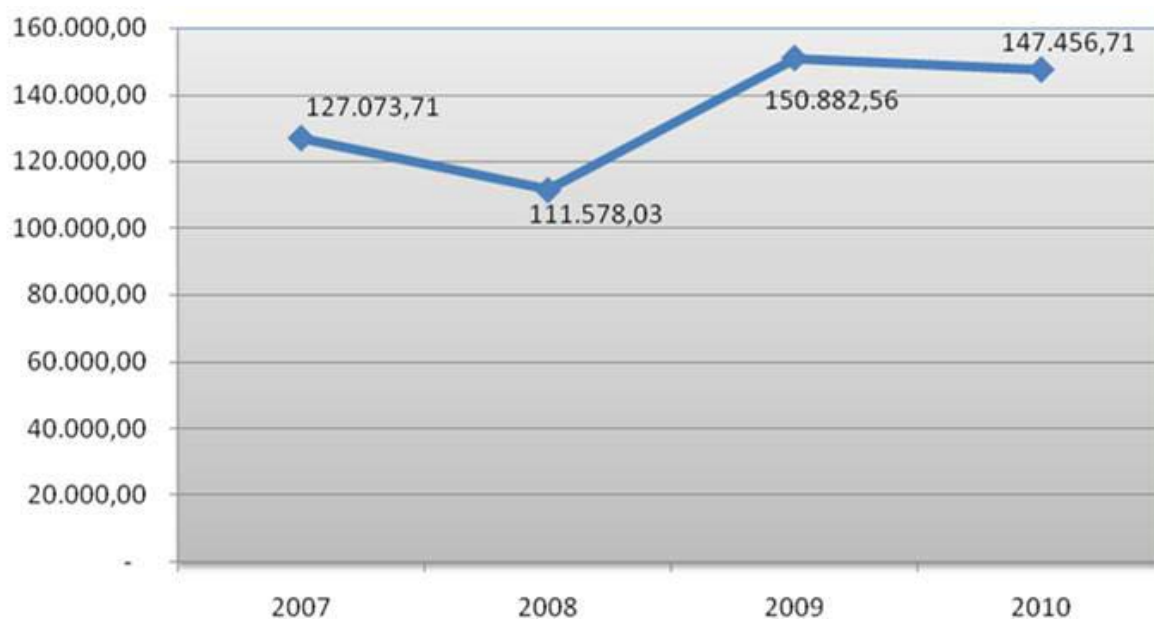
Nesse demonstrativo, é possível observar a redução de consumo de combustível comparando-se modelos similares, uma vez que na renovação não foram adquiridos os mesmos modelos/marcas.

Tabela XXIII - Demonstrativo da média de consumo dos veículos

Veículo/modelo	2009	2010
Fiat Uno	-	11,55km/l
Fiesta	7,2km/l	-
Kombi	5,8km/l	7,5km/l
L-200	7,3km/l	-
Hilux	-	8,5km/l
Santana	5,4km/l	-
Corola	-	10,0km/l

Fonte: Setor de Transportes

Gráfico XII - Evolução das despesas com manutenção de veículos



Fonte: Setor de transportes

3.3. Simplificação de procedimentos - Fluxos de trabalho

Numa atitude ousada, a administração do TJAC realizou no último trimestre de 2010, as oficinas de Simplificação dos Fluxos de Trabalho das Unidades Judiciárias (Varas Cíveis e Criminais). As oficinas aconteceram, para cada especialidade, em dois momentos: oficina com os escrivães (27 escrivães criminais e 20 cíveis) para mapeamento e promoção das melhorias, e no segundo momento, oficina com os magistrados e escrivães para validação dos novos fluxos. Nessa última fase, foram envolvidos 19 Juízes das Varas Cíveis e 16 Criminais de todo o Estado.

Durante as atividades, os atuais métodos de trabalho foram analisados, à proporção que foram discutidas sugestões para o aperfeiçoamento e unificação dos fluxos. Dessa forma, foi possível construir novas diretrizes a serem implementadas nas unidades judiciárias de todo o Estado.

Após esse procedimento de padronização, os fluxos serão objeto de manuais cartorários a serem disponibilizados pela Corregedoria Geral da Justiça.





A oficina foi coordenada pelo Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NEGEST), e aconteceu nas instalações do SEST/SENAT, em Rio Branco, em 4 blocos: no primeiro, realizado entre os dias 8 e 10 deste mês, estiveram reunidos 27 escrivães criminais; no segundo, entre os dias 16 e 18, os 20 escrivães cíveis. No terceiro, os juízes das Varas Criminais, na quinta-feira (25). Já na sexta-feira (26), foi a vez dos magistrados que atuam nas Varas Cíveis.



O encerramento dos trabalhos foi acompanhado pelo Presidente e Vice-Presidente do TJAC, desembargadores Pedro Ranzi e Adair Longuini, respectivamente.

3.4. Acervo Bibliográfico

O desenvolvimento do acervo bibliográfico se dá por meio de doação, permuta, compra ou por outros meios admitidos em lei. O acervo é essencialmente voltado para a área jurídica, reunindo no seu material todos os ramos da Ciência do Direito e áreas afins. É composto de aproximadamente 5.057 livros, 28.940 títulos de periódicos, além de documentos em meio eletrônico, tais como CD-ROM e DVDs.

A Seção de Legislação e Documentação Jurídica (SED) permite ao usuário fazer pesquisas e efetuar empréstimos.

As movimentações do acervo bibliográfico do TJAC, contemplando os empréstimos, consultas, doações e aquisições no exercício de 2010, estão relatadas a seguir:

Tabela XXIV - Demonstrativo dos empréstimos da biblioteca

EMPRÉSTIMOS	QUANTIDADE
Livros	64
Periódicos	54
TOTAL	118

Fonte: Seção de Legislação e Documentação Jurídica (SED)

Tabela XXV - Demonstrativo das consultas na biblioteca

CONSULTAS	QUANTIDADE
Livros	960
Periódicos	500
TOTAL	1460

Fonte: Seção de Legislação e Documentação Jurídica (SED)

Tabela XXVI - Demonstrativo das obras compradas

OBRAS COMPRADAS	QUANTIDADE
Livros	58
TOTAL	58

Fonte: Seção de Legislação e Documentação Jurídica (SED)

Tabela XXVII - Demonstrativo das obras recebidas de diversos

OBRAS RECEBIDAS DE DIVERSOS ÓRGÃOS	QUANTIDADE
Revistas	191
Livros	89
Relatórios	03
Boletins	20
Informativos	08
Regimento Interno	01
Folhetos	10
CD-ROM	02
TOTAL	324

Fonte: Seção de Legislação e Documentação Jurídica (SED)

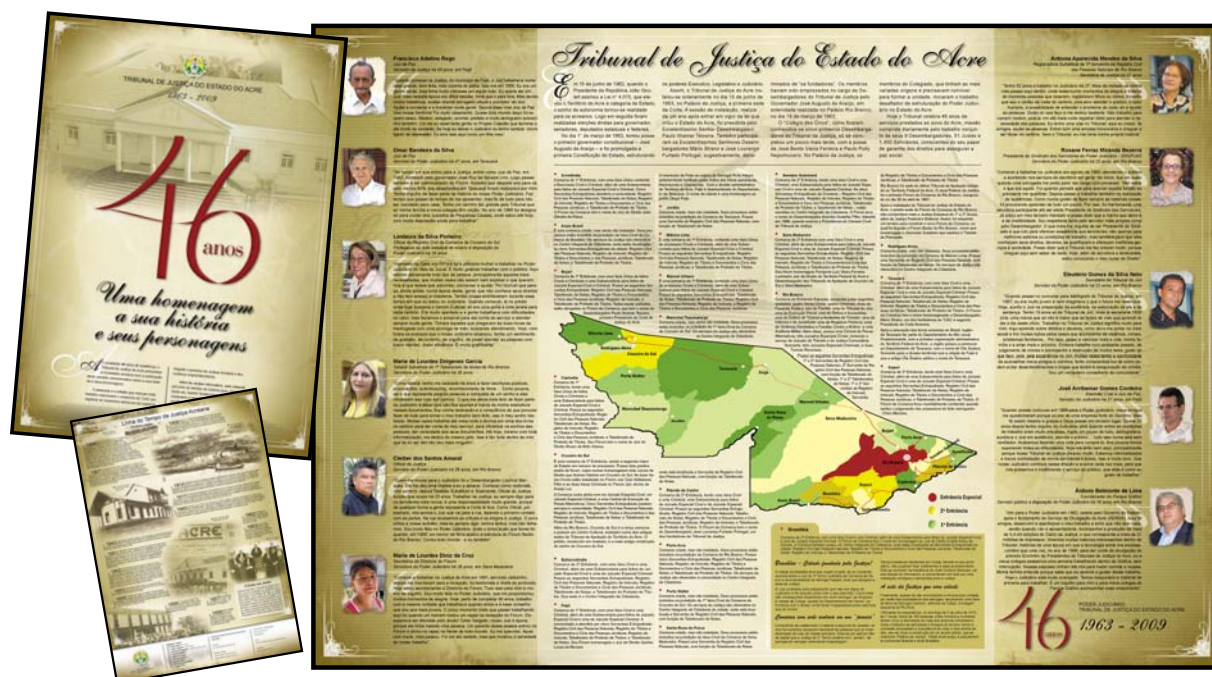
3.5. Desenvolvimento da comunicação interna e externa

Durante o biênio 2009-2011, a Assessoria de Comunicação Social deu continuidade ao informativo Judiciário em Foco, lançado em junho de 2007. Desde então já foram publicadas 43 edições. Com o propósito de se tornar um genuíno canal de comunicação e interação entre o Tribunal, seus servidores e o universo jurídico, o Judiciário em Foco era editado mensalmente, nas versões impressa e eletrônica. Atualmente a ASCOM está estudando a edição de um novo veículo de comunicação impresso.

3.5.1. Publicações

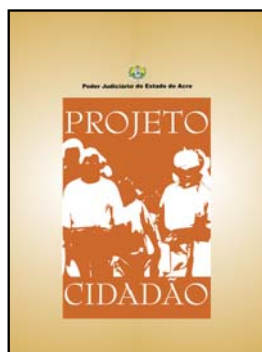


Tribunal de Justiça do Estado do Acre - 46 Anos Uma homenagem a sua história e seus personagens



Ao completar 46 anos de existência o TJAC presenteou a sociedade acreana com a publicação deste encarte comemorativo sobre a sua história e seus personagens, distribuído com os principais jornais de circulação no Estado do Acre, em 14 de junho.

Folders dos principais projetos e programas sociais do TJAC



Para divulgar os tradicionais projetos e programas sociais do Tribunal de Justiça e anunciar novas iniciativas, a Assessoria de Comunicação Social produziu nos anos de 2009 e 2010 um folder de divulgação para as ações do Projeto Cidadão, Programa Justiça Comunitária, Central de Execução de Penas Alternativas (CEPAL), Juizado de Trânsito, Fortalecimento das Ações da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Programa de Prevenção às Drogas, Justiça Restaurativa, Divulgando o ECA e Filhos do Coração.

Cartilha e Folders sobre Violência Doméstica e Familiar

O Tribunal de Justiça do Acre desenvolveu no ano de 2009 o projeto "Fortalecimento das atividades da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher", que conta com financiamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça.



Como parte das ações previstas nesse projeto, a Juíza Olívia Ribeiro, titular da Vara de Violência Doméstica de Rio Branco e responsável por sua execução, realiza um trabalho de divulgação e prevenção, com cursos, palestras e oficinas nas faculdades, escolas, centros comunitários, igrejas etc., quando são distribuídos folders e cartilhas educativas sobre o tema. De forma simples e direta, o material didático, produzido e supervisionado pela ASCOM, resgata o significado da lei, o que é violência de gênero, além de orientar como se deve proceder diante dessas situações.

Versão Atualizada do Regimento Interno



O texto do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, revisado, ampliado e atualizado, foi organizado pela Assessoria Especial Jurídica da Presidência do Tribunal e teve sua edição e impressão realizadas pela Assessoria de Comunicação Social e Parque Gráfico do TJAC.

O texto também está integralmente disponível no portal oficial do Tribunal de Justiça - endereço eletrônico <http://www.tjac.jus.br> -, para ser acessado pelos operadores do Direito do Acre e de outros estados que atuam no âmbito da Justiça Acreana.

A nova edição do Regimento Interno do TJAC traz o texto integral da publicação original, de 5 de dezembro de 1995, acrescido de todas as emendas e resoluções que vieram posteriormente e alteraram alguns de seus dispositivos. Ao todo, foram acrescentadas 18 emendas regimentais e 2 resoluções. A mais recente é a Resolução n.º 140, de 7 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 4.237, de 22/7/2010, que trata da alimentação periódica do Sistema de Informações do Conselho Nacional de Justiça.

O Regimento Interno traz em seu bojo as competências e o funcionamento dos órgãos que compõem o Tribunal de Justiça, bem como informações sobre o processamento e julgamento de feitos judiciais e administrativos em sede de 2ª Instância.

Regimento Interno das Turmas Recursais e da Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Cíveis e Criminais



O texto do Regimento Interno das Turmas Recursais e a Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado, aprovado pelo Tribunal Pleno do Acre no dia 23 de agosto de 2010, foi oficialmente publicado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 14 de outubro de 2010 (DJE nº 4.293, fls. 03 a 10). O Regimento Interno foi organizado e proposto por um Grupo de Trabalho instituído pela Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos do TJAC, por meio da Portaria nº 01, de 26 de Fevereiro de 2009.

A edição do material está de acordo com uma das prioridades da atual gestão do Tribunal de Justiça do Acre, que vem buscando organizar a legislação e os textos regimentais do Poder Judiciário Estadual. Nesse sentido, o novo material estabelece as normas de composição, competência, funcionamento e serviços das Turmas Recursais e da Turma de Uniformização dos Juizados Especiais. Na publicação também estão incluídas as orientações regimentais para o funcionamento do Juizado Especial da Fazenda Pública de Rio Branco, unidade recém-criada que adota o processo eletrônico.

A edição e impressão do material foram realizadas pela Assessoria de Comunicação Social e Parque Gráfico do TJAC. O texto também está integralmente disponível no portal oficial do Tribunal de Justiça na Internet - <http://www.tjac.jus.br> -, para ser consultado por magistrados e servidores, além de operadores do Direito do Acre e de outros estados que atuam no âmbito da Justiça Acreana.

4. PERSPECTIVA DE SOCIEDADE (atuação institucional e responsabilidade social e ambiental)

4.1. Atuação institucional

A atuação institucional durante o período de gestão esteve marcado pelas parcerias (termos de cooperação e convênios) firmadas entre o Poder Judiciário e diversos órgãos públicos, instituições privadas e organizações não governamentais. Nesse sentido, vale ressaltar que o volume de parcerias firmadas pela Instituição determina o seu grau de envolvimento com temas diversos, formando uma rede de comunicação e ação que solidifica sua presença na sociedade.

No ano de 2010 foram celebrados 10 (dez) novos convênios e firmados 32 (trinta e dois) termos de cooperação. Dentre as várias parcerias firmadas no ano de 2010, destacamos algumas parcerias estratégicas de maior relevância para o alcance das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico do Tribunal:

- Por ocasião do Mutirão Carcerário realizado no Estado em 2010, foram assinados 10 (dez) termos de cooperação técnica com o CNJ, TJAC e instituições governamentais (Governo do Estado, Prefeituras de Rio Branco, Sena Madureira, Cruzeiro do Sul, Senador Guiomard e Brasília) e não governamentais (Rotary Clube, FIEAC, FECOMÉRCIO e FAEAC), bem como 6 (seis) termos firmados por este Tribunal e com outras instituições locais (CORREIOS, SENAC, SESC, SESI, SENAI e UFAC), visando criar oportunidade de reinserção social dos reeducandos; e, ainda, assinados 4 (quatro) termos de cooperação visando a implantação da Advocacia Voluntária, firmados entre o TJAC, IAPEN e Instituições de Ensino Superior no Estado (UNINORTE, FAAO e UFAC) e ainda com a Defensoria Pública, para implantação da Advocacia Voluntária;
- Foram celebrados 02 (dois) Termos de Cooperação com o Ministério Público do Estado do Acre visando o compartilhamento de informações entre o Sistema de Automação Judiciária - SAJ do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, e a CoordCrim - Coordenadoria da Procuradoria de Justiça Criminal e Promotorias Criminais do Ministério Público do Estado do Acre; e, ainda, aprimorar o desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, em especial, otimizar a comunicação de dados entre o TJAC e o MPAC;
- No mesmo sentido foi celebrado Termo de Cooperação este Tribunal e a Secretária de Segurança Pública – SESP visando o acesso virtual ao Sistema Integrado de Gestão Operacional - S.I.G.O pelos membros do TJAC, bem com a integração entre os sistemas SIGO e SAJ;
- Visando parcerias para o desenvolvimento e aplicação de procedimentos administrativos comuns às áreas meio de diversas instituições públicas estaduais e federais, foi assinado termo de cooperação entre TJAC, Ministério Público Estadual, Procuradoria de República, Justiça Federal e Tribunal Regional Eleitoral;
- Também foram assinados 02 (dois) termos de cooperação com a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Acre – OAB/AC visando o peticionamento eletrônico por advogados junto às Varas Virtuais; e, ainda, a cooperação para possibilitar o funcionamento de um Escritório Corporativo da OAB/AC, no âmbito dos Juizados Especiais a ser viabilizado no prédio do Juizado Especial Civil da Comarca de Rio Branco/AC.

SITUAÇÃO DOS CONVÊNIOS RELACIONADOS A PROGRAMAS/PROJETOS SOCIAIS EXECUTADOS PELO TJAC EM 2010

Tabela XXVIII - Demonstrativo dos programas/projetos sociais executados em 2010

Programa Justiça Comunitária	- Até maio de 2010 estava em execução o Convênio nº 05/2009, celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Prefeitura Municipal de Rio Branco, no montante de R\$ 55.000,000 (sendo R\$ 50.000,00 do concedente e R\$ 5.000,00 de contrapartida deste); - Em outubro foi celebrado novo Convênio (nº 07/2010) com a Prefeitura Municipal de Rio Branco, para dar continuidade às atividades do Programa Justiça Comunitária na Capital, no montante de R\$ 55.000,00 (sendo R\$ 50.000,00 do concedente e R\$ 5.000,00 de contrapartida deste); - Também esteve em execução em 2010 o Convênio nº 700546/2008, celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, com recursos oriundos de emendas parlamentares ao OGU 2008. As atividades deste convênio foram executadas até outubro de 2010, quando se encerraram as contratações dos agentes comunitários. - O Convênio nº 34/2008, celebrado entre o Tribunal de Justiça e o Ministério da Justiça, com recursos oriundos do PRONASCI, executado nas cidades de Rio Branco, Capixaba e Epitaciolândia, teve a conclusão de suas atividades em agosto de 2010, com o encerramento das contratações dos agentes comunitários e equipe multidisciplinar. - No OGU 2010 foram consignados para a Justiça Comunitária recursos de emendas dos deputados federais no valor de R\$ 500.000,00. A proposta deste Tribunal foi cadastrada no SICONV em 07/04/2010, entretanto, não houve a liberação dos recursos pelo Governo Federal para celebração de Convênio.
Programa Projeto Cidadão	- Em 2010 não houve execução de atividades do Projeto Cidadão com recursos de Convênio; - Entretanto, em junho de 2010 foi celebrado Convênio SICONV nº 735998/2010 com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com recursos oriundos de emendas parlamentares alocadas no OGU 2010, no montante de R\$ 667.000,06 (sendo R\$ 600.000,00 do concedente e R\$ 67.000,06 de contrapartida deste Tribunal).
Vara da Violência Doméstica	- Em 2010 teve continuidade a execução do Convênio nº 84/2008 - Fortalecimento às Atividades da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, celebrado entre o Tribunal de Justiça e o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Reforma do Judiciário - SRJ, assinado em 28.12.2008, no montante de R\$ 306.800,00, (sendo 301.800,00 do concedente e R\$ 5.000,00 de contrapartida deste Tribunal); e, mediante aditivo celebrado em setembro de 2010, foi possível prorrogar sua vigência através de aporte financeiro com recursos próprios da Secretária de Reforma do Judiciário, no montante de R\$ 149.328,00 (sendo R\$ 146.400,00 do concedente e R\$ 2.928,00 de contrapartida deste Tribunal), que assegurará sua execução até 29.12.2011. - Através de emendas parlamentares foram alocados no OGU 2010 recursos o valor de R\$ 400.000,00 para realização de ações para efetivação da Lei Maria da Penha, cujo programa somente fora disponibilizado no SICONV pelo PRONASCI em 23/12/2010, tendo sido cadastrado a proposta nº 108247/2010 em 24/12/2010.
Começar de novo	O Convênio nº 016/2009 realizado entre TJAC e IAPEN, que tem como objeto a contratação de 10 (dez) reeducandos para prestar serviços nas unidades administrativas do Tribunal na Capital teve sua vigência prorrogada até 30/10/2011, proporcionando a oportunidade de reinserção social para 10 reeducandos através do trabalho.

Fonte: Diretoria de Planejamento e Orçamento - DPO

4.1.1. Clipagem

Uma ferramenta de grande importância na medição dos resultados atingidos é a análise de clipping, que auxilia no planejamento de mídia quanto ao volume e à quantidade das informações veiculadas.

Para tanto, durante o ano de 2009, com o propósito de avaliar a inserção do TJAC na mídia impressa local, regional e nacional, a ASCOM elaborou um pioneiro e detalhado levantamento acerca das notícias relacionadas ao Judiciário Estadual veiculadas nos principais jornais diários, portais, sites e blogs de notícias locais e nacionais.

O Relatório de Comunicação Mensal registra todas as características das notícias publicadas, conforme demonstra a tabela a seguir. A obtenção desses dados concretos sobre a divulgação do Tribunal de Justiça na mídia impressa e eletrônica oferece um diagnóstico sobre a eficácia das ações desenvolvidas no âmbito da comunicação institucional, além de permitir à ASCOM traçar um perfil do Judiciário Estadual, a partir do que é noticiado pela mídia, e respaldar possíveis planos e estratégias a serem doravante implementados pela Assessoria.

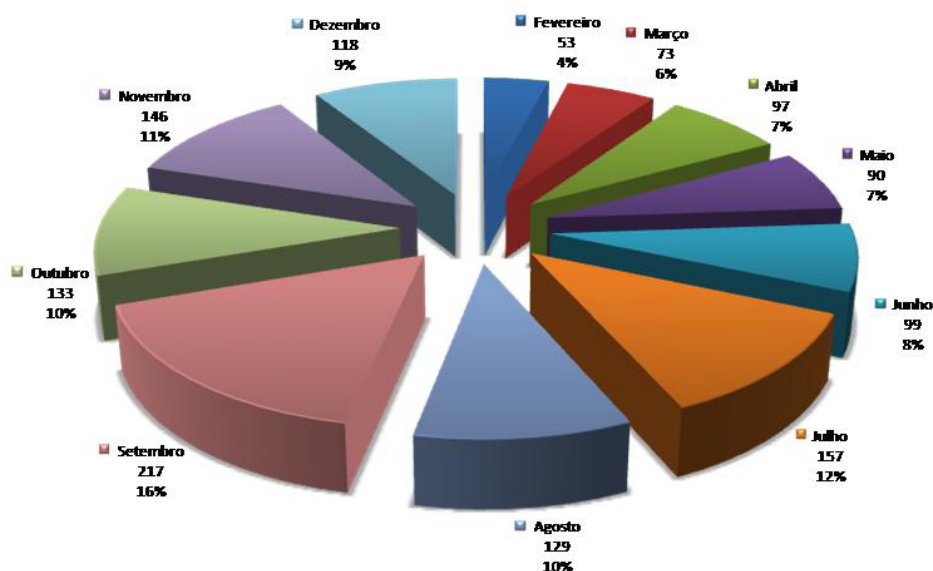
No período de fevereiro a dezembro de 2009, foram publicadas 1.312 matérias em diversos veículos impressos e eletrônicos. O assunto mais repercutido pela imprensa local e nacional foi o julgamento do chamado “Caso Baiano” ou “Crime da Motosserra”, realizado pelo Tribunal do Júri da Comarca de Rio Branco, em setembro de 2009. Esse processo integrou os quase 4 mil incluídos na campanha pela Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, executada pelo Judiciário Acreano ao longo do ano.

No período de fevereiro a dezembro de 2010, foram publicadas 1.995 matérias em diversos veículos impressos e eletrônicos. O assunto mais repercutido pela imprensa local e nacional foi a realização do concurso para servidores do TJAC, desde a publicação do edital de abertura do certame, passando por todas as fases de inscrição e provas, até o resultado final.

RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO

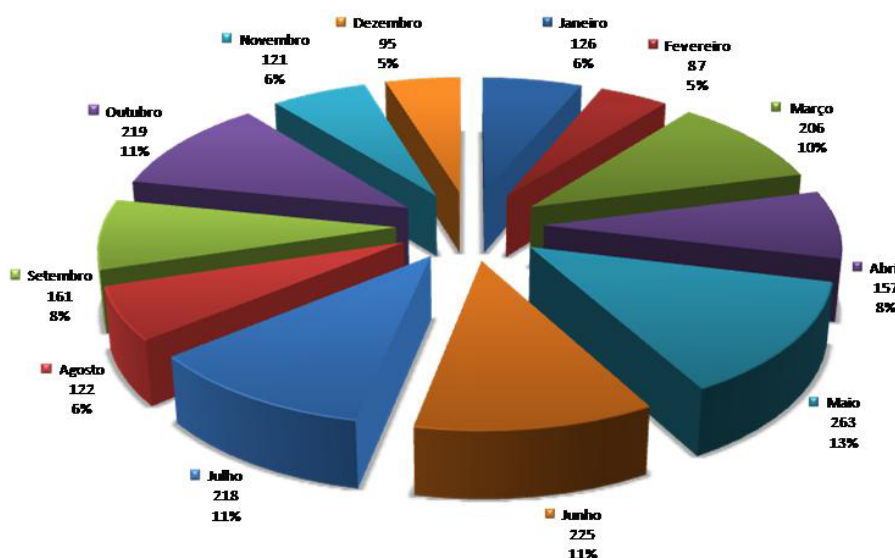
Total de notícias veiculadas sobre o Judiciário Acreano

Fevereiro a Dezembro de 2009

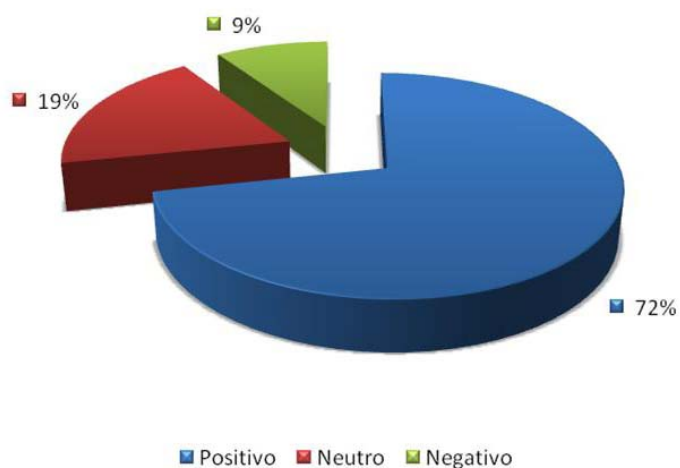


Total de notícias veiculadas sobre o Judiciário Acreano

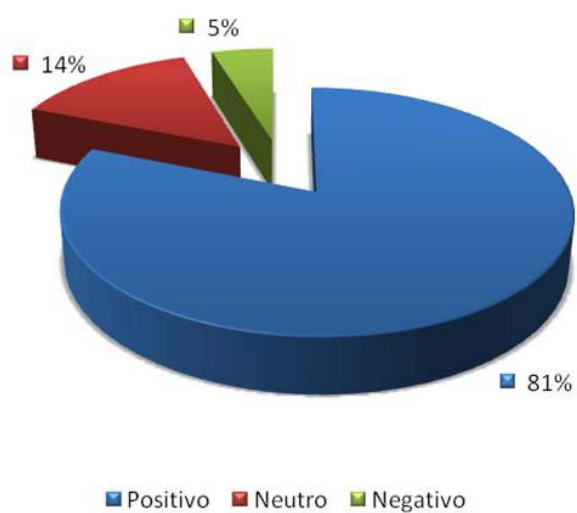
Janeiro a Dezembro de 2010



**Análise do conteúdo veiculado sobre o Judiciário Acreano
Fevereiro a Dezembro de 2009**



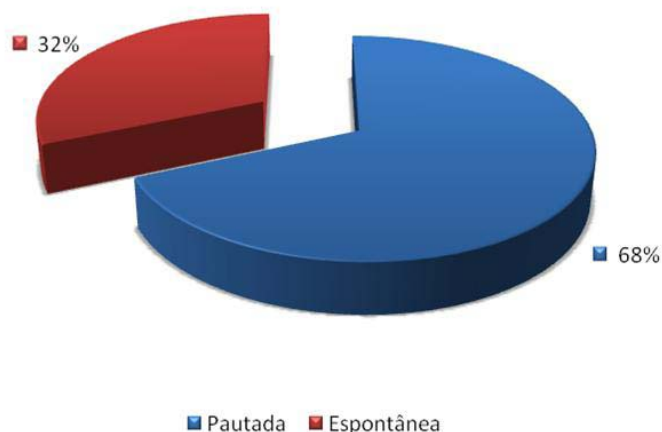
**Análise do conteúdo veiculado sobre o Judiciário Acreano
Janeiro a Dezembro de 2010**



**Origem das publicações
Fevereiro a Dezembro de 2009**



Origem das publicações
Janeiro a Dezembro de 2010



Case de Comunicação - Júri do “Crime da Motosserra”

O Tribunal do Júri da Comarca de Rio Branco realizou durante os dias 21, 22 e 23 de setembro de 2009 a sessão de julgamento do processo nº 001.99.010284-0, envolvendo os réus Hildebrando Pascoal Nogueira Neto (coronel da Polícia Militar e ex-deputado federal), Pedro Pascoal Duarte Pinheiro Neto (dentista e tenente da Polícia Militar, irmão de Hildebrando Pascoal), Alex Fernandes Barros (sargento da Polícia Militar) e Adão Libório de Albuquerque (servidor público municipal).

Eles foram acusados de participar da sessão de tortura que redundou na morte do mecânico Agilson Santos Firmino, o “baiano”, em 3 de julho de 1996. A denúncia do Ministério Público indicava que o crime havia sido praticado mediante a provocação de intenso sofrimento físico à vítima, vez que, ainda vivo, o mecânico teve os olhos perfurados, braços, pernas e pênis amputados com a utilização de uma motosserra, além de um prego cravado na testa, culminando os atos de tortura com vários disparos de arma de fogo contra a cabeça da vítima.

O caso repercutiu nacionalmente como o “crime da motosserra” e, em vista do contexto social e político no qual aconteceu, este foi dos julgamentos de Meta 2 mais aguardados no Estado do Acre. Diante disso, a Assessoria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça ficou responsável pelo fornecimento de todas as informações referentes ao caso, participou da organização do júri, que contou com sistema de segurança específico, credenciamento dos participantes e da imprensa.

Devido a algumas decisões judiciais no âmbito do processo em questão, a participação e o trabalho da imprensa foram extraordinariamente disciplinados. À imprensa foi garantida a permanência devidamente credenciada no interior do Tribunal do Júri, sendo que os profissionais puderam utilizar equipamentos de gravação de áudio e notebook, inclusive com sistema de conexão à Internet sem fio, disponibilizado pelo próprio Tribunal de Justiça.

No entanto, não foi permitido realizar qualquer gravação de imagens, sendo vetado, portanto, o uso de câmeras fotográficas, filmadoras, ipods, celulares e quaisquer equipamentos digitais que possibilitassem captação de imagens. A TV Justiça e a Rádio Justiça, órgãos oficiais de comunicação do Poder Judiciário, vinculados ao Supremo Tribunal Federal, enviaram equipes de profissionais a Rio Branco para trabalhar na cobertura do julgamento. Eles foram os responsáveis pela captação e distribuição de todas as imagens no interior do Tribunal do Júri. Já as fotografias foram realizadas pela Assessoria de Comunicação Social do TJAC, que as disponibilizou no portal do Tribunal na Internet (www.tjac.jus.br).

No período de 1º a 15 de setembro a ASCOM realizou o credenciamento da imprensa interessada na cobertura, assim como a inscrição da comunidade interessada em acompanhar a sessão dentro do plenário. Dos 180 lugares dis-

poníveis no local, 64 foram destinados à imprensa e à comunidade (advogados, estudantes e interessados em geral). Foram credenciados mais de 20 veículos de imprensa local e nacional, sendo que a cada um deles foram concedidas duas credenciais.

A audiência pública para sorteio das vagas ocorreu no dia 16 de setembro, no próprio plenário do Tribunal do Júri. Posteriormente, entre os dias 17 e 18 de setembro, imprensa e comunidade retiraram suas credenciais na sala da Assessoria de Comunicação Social.

Além disso, como forma de auxiliar o trabalho dos profissionais envolvidos na cobertura do julgamento, que durou três dias, com o apoio da Direção do Tribunal de Justiça, a ASCOM organizou nas dependências do Fórum Barão do Rio Branco uma sala de imprensa, equipada com computadores, impressoras e acesso à Internet sem fio.

O caso julgado e seus desdobramentos foram objeto de mais de 350 notícias locais e nacionais entre fevereiro e dezembro de 2009. A repercussão satisfatória (conteúdo positivo e neutro) foi quase absoluta, destacando-se dois pontos principais: o conteúdo veiculado reconhece o valor histórico do julgamento realizado pela Justiça do Acre e o cumprimento do desafio da Meta 2; e também parabeniza a organização e a estrutura montada pelo Tribunal de Justiça e sua Assessoria de Comunicação Social para assegurar a participação e o trabalho de todos os interessados no assunto.

4.2. Responsabilidade social e ambiental



Uma instituição socialmente responsável respeita o usuário, se preocupa com a cidadania e os direitos humanos, é ética e transparente, promove o bem-estar de seus colaboradores, preocupa-se com o meio ambiente, cumpre suas obrigações fiscais, gera empregos, executa projetos sociais e apoia ONGs.

4.2.1. Assistência à saúde do servidor

A intensificação dos serviços prestados pelo Centro Médico Dr. Arthur Chalub Leite durante o biênio 2009/2011, revela a adoção de práticas responsáveis, cujo propósito é proporcionar aos servidores e seus familiares a oportunidade de melhorar sua qualidade de vida. Nesse sentido, foram ampliados os atendimentos nas especialidades: clínica geral, odontologia, enfermagem e atendimento psicossocial.

O Centro Médico está inserido na política de valorização do servidor e responde ao desafio de proporcionar saúde e qualidade de vida. A adoção de políticas voltadas para o bem-estar é capaz de provocar aumento da produtividade dos servidores, uma vez que proporciona maior disposição, criatividade e satisfação na realização das tarefas diárias.

Na tabela abaixo pode-se observar o quantitativo de atendimentos realizados durante o ano de 2010 em suas respectivas competências:

Tabela XXIX - Demonstrativo das atividades realizadas no Centro Médico no ambulatório odontológico

ITENS	PROCEDIMENTOS	MÊS	PUBLICO/CLIENTELA	NÚMERO DE ATENDIMENTO
1	AMBULATÓRIO ODONTOLÓGICO	JANEIRO	Servidores e Estagiários	122
2		FEVEREIRO	Servidores e Estagiários	88
3		MARÇO	Servidores e Estagiários	39
4		ABRIL	Servidores e Estagiários	30
5		MAIO	Servidores e Estagiários	119
6		JUNHO	Servidores e Estagiários	70

7		JULHO	Servidores e Estagiários	128
8		AGOSTO	Servidores e Estagiários	92
9		SETEMBRO	Servidores e Estagiários	26
10		OUTUBRO	Servidores e Estagiários	92
11		NOVEMBRO	Servidores e Estagiários	92
12		DEZEMBRO	Servidores e Estagiários	95
TOTAL				993

Fonte: Centro Médico

Tabela XXX - Demonstrativo das atividades realizadas no Centro Médico na Enfermagem/Curativos

ITENS	PROCEDIMENTOS	MÊS	PUBLICO/CLIENTELA	NÚMERO DE ATENDIMENTO
1	ENFERMAGEM / CURATIVOS	JANEIRO	Servidores e Estagiários	41
2		FEVEREIRO	Servidores e Estagiários	24
3		MARÇO	Servidores e Estagiários	34
4		ABRIL	Servidores e Estagiários	18
5		MAIO	Servidores e Estagiários	18
6		JUNHO	Servidores e Estagiários	15
7		JULHO	Servidores e Estagiários	21
8		AGOSTO	Servidores e Estagiários	22
9		SETEMBRO	Servidores e Estagiários	40
10		OUTUBRO	Servidores e Estagiários	22
11		NOVEMBRO	Servidores e Estagiários	59
12		DEZEMBRO	Servidores e Estagiários	25
TOTAL				339

Fonte: Centro Médico

Tabela XXXI - Demonstrativo das atividades realizadas no Centro Médico no atendimento Médico

ITENS	PROCEDIMENTOS	MÊS	PUBLICO/CLIENTELA	NÚMERO DE ATENDIMENTO
1	ATENDIMENTO MÉDICO	JANEIRO	Servidores e Estagiários	53
2		FEVEREIRO	Servidores e Estagiários	75
3		MARÇO	Servidores e Estagiários	84
4		ABRIL	Servidores e Estagiários	65
5		MAIO	Servidores e Estagiários	169
6		JUNHO	Servidores e Estagiários	194
7		JULHO	Servidores e Estagiários	175
8		AGOSTO	Servidores e Estagiários	185
9		SETEMBRO	Servidores e Estagiários	185
10		OUTUBRO	Servidores e Estagiários	201
11		NOVEMBRO	Servidores e Estagiários	194
12		DEZEMBRO	Servidores e Estagiários	74
TOTAL				1.664

Fonte: Centro Médico

Tabela XXXII - Demonstrativo das atividades realizadas no Centro Médico no atendimento Fisioterápico

ITENS	PROCEDIMENTOS	MÊS	PUBLICO/CLIENTELA	NÚMERO DE ATENDIMENTO
1	ATENDIMENTO FISIOTERÁPICO	AGOSTO	Servidores e Estagiários	5
2		SETEMBRO	Servidores e Estagiários	31
3		OUTUBRO	Servidores e Estagiários	28
4		NOVEMBRO	Servidores e Estagiários	50
5		DEZEMBRO	Servidores e Estagiários	39
TOTAL				153

Fonte: Centro Médico

Tabela XXXIII - Demonstrativo das atividades realizadas no Centro Médico no atendimento Psicológico

ITENS	PROCEDIMENTOS	MÊS	PUBLICO/CLIENTELA	NÚMERO DE ATENDIMENTO
1	ATENDIMENTO PSICOLÓGICO	JANEIRO	Servidores e Estagiários	13
2		FEVEREIRO	Servidores e Estagiários	36
3		MARÇO	Servidores e Estagiários	52
4		ABRIL	Servidores e Estagiários	41
5		MAIO	Servidores e Estagiários	41
6		JUNHO	Servidores e Estagiários	60
7		JULHO	Servidores e Estagiários	50
8		AGOSTO	Servidores e Estagiários	47
9		SETEMBRO	Servidores e Estagiários	54
10		OUTUBRO	Servidores e Estagiários	47
11		NOVEMBRO	Servidores e Estagiários	41
12		DEZEMBRO	Servidores e Estagiários	17
TOTAL				499

Fonte: Centro Médico

- TOTAL GERAL DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NO CENTRO MÉDICO - 3.648**

Tabela XXXIV - Demonstrativo das campanhas de vacinação realizadas em 2010

CAMPANHA DE VACINAÇÃO – 2010					
DATA	LOCAL	VACINA – GRIPE H1N1	DOSES UTILIZADAS	VACINA GRIPE COMUM	DOSES UTILIZADAS
27/04/2010	FÓRUM BARÃO DO RIO BRANCO	300	297	60	26
28/04/2010	ANEXO DO TJ	230	137	60	50
03/05/2010	PRÉDIO DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS (DOM PEDRO)	300	63	-	-
03/05/2010	PRÉDIO DO FÓRUM CRIMINAL	237	71	-	-
04/05/2010	VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	300	60	20	6
04/05/2010	1º E 2º JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS	240	32	14	4
06/06/2010	VARA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	300	130	50	40

Fonte: Centro Médico

- TOTAL GERAL DE SERVIDORES VACINADOS - 916**

4.2.2. Projetos Sociais

4.2.2.1. Projeto Cidadão

Há 15 anos o Tribunal de Justiça do Acre realiza, por meio do Projeto Cidadão, serviços de cunho social. O Projeto é um programa itinerante que percorre todo o Estado do Acre levando à população mais carente uma série de serviços de natureza social. O Casamento Coletivo é uma das principais ações do Projeto Cidadão.

As ações contam com a parceria de diversas entidades públicas e privadas, permitindo a execução de um número expressivo de atividades, como: emissão de documentos, assistência jurídica, serviços profissionais (corte de cabelo), serviços de saúde, entre outros.

No decorrer do ano de 2010, o Projeto Cidadão executou 18 etapas, sendo 4 em Rio Branco e 14 no interior do Estado, distribuídos conforme tabela abaixo:

Tabela XXXV - Atendimentos realizados pelo Projeto Cidadão nos municípios

Municípios	Nº de atendimentos
	2010
Acrelândia	5.274
Assis Brasil	
Brasiléia	3.976
Bujari	13.761
Capixaba	
Cruzeiro do Sul	5.083
Epitaciolândia	
Feijó	3.991
Jordão	
Mâncio Lima	3.148
Manoel Urbano	4.135
Marechal Thaumaturgo	
Plácido de Castro	4.601
Porto Acre	
Porto Walter	
Rio Branco	5.406
Rodrigues Alves	2.499
Santa Rosa do Purus	
Sena Madureira	6.448

Senador Guiomard	6.040
Tarauacá	6.232
Distrito de Campinas	
Xapuri	13.174
TOTAL	70.007

Fonte: Coordenação do Projeto Cidadão

Tabela XXXVI - Documentos emitidos no Projeto Cidadão

Tipo de documento	2010
CPF	4.968
Casamento	1.940
Carteira de trabalho	3.613
Carteiras de Identidade	5.747
Certidão de nascimento	1.264
Registro administrativo	598
Título de eleitor	1.034
Total	19.164

Fonte: Coordenação do Projeto Cidadão

4.2.2.2. Justiça Comunitária Itinerante

Nos últimos dois anos, mais de 15 mil atendimentos foram realizados pelos Agentes de Justiça e Cidadania na cidade de Rio Branco, a partir dos recursos garantidos pelos convênios firmados com diversos órgãos. Isso significa que o Programa Justiça Comunitária trabalhou na prevenção de inúmeros processos judiciais, proporcionando que a própria comunidade resolvesse suas lides, sem a necessidade de formalizar suas questões na Justiça.

Nos quadros abaixo demonstramos os atendimentos realizados pelo Programa no ano de 2010.

Tabela XXXVII - Atendimentos dos agentes comunitários e equipe técnica

1.Total de Mediações realizadas com Acordo	1.543
2. Total de Encaminhamentos a outros Órgãos	751
3. Total de Informações prestadas	1.639
4. Total de participantes em palestras ministradas	1.288
5. Total de atendimento Psicossocial	124
TOTAL GERAL DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO	5.345

Fonte: Coordenação da Justiça Comunitária

Localidades atendidas pelo Programa no município de Rio Branco.

Durante o ano de 2010 foram realizadas 147 visitas nos bairros da capital, destacando-se os seguintes:

Bairro Aeroporto Velho: Centro Cultural Lídia Hammes , R. Rio Grande do Sul nº 3251
Bairro Aeroporto Velho: Delegacia da 3ª Regional, Rua Rio Grande do Sul s /n
Bairro Boa União
Bairro Cadeia Velha: SENAI - Setor de Orientação Educacional, Av. Epaminondas Jacome
Bairro Calafate: Escola Estadual Henrique Lima, Tv. Luis Pereira, Nº 106
Conjunto Esperança: Centro Administrativo do Ministério Filadélfia p/as Nações
Bairro Conquista: CRAS, Rua Padre Cícero
Bairro Conquista: Igreja Nossa Senhora de Nazaré, Rua Dourado Nº 173
Bairro da Paz: Igreja Avivamento Bíblico, Rua Valdomiro Lopes
Bairro Mocinha Magalhães: Centro Comunitário, Rua Melancia
Bairro Montanhês: Centro de Juventude, Rua Flaviano Melo, nº 100
Bairro Placas: Associação de Moradores, Rua 08 de maio Nº560
Bairro Preventório: Módulo de Saúde Salgado Filho, Rua Gabino Besouro
Bairro Raimundo Melo: Associação de Moradores, Rua 07 de setembro Nº390
Bairro São Francisco: Igreja Comunidade do São Francisco, Rua Santa Inês
Bairro Sobral: Centro Referencia da Regional VI , Rua Osvald de Andrade s/n
Bairro Tancredo Neves: Box da PM, Rua Flaviano Melo
Conjunto Adalberto Aragão
Conjunto Jorge Lavocat: Base da Polícia, Rua Dom Moacir Nº 220
Conjunto Manoel Julião: Centro Cultural João Thaumaturgo, Rua Luiz Z. da Silva
Conjunto Nova Esperança: Comunidade Católica São José, Av. 7 de setembro
Conjunto Tucumã
Conjunto Universitário: Escola Alcimar Nunes Leitão, Av. Mª José de Oliveira, Nº 1072
Conjunto Vitória: CRAS , Trav. Colina nº 184
Conjunto Adalberto Sena: Comunidade Católica, Rua Santa Luzia
Bairro Boa Vista: Igreja Católica Nossa Sra Aparecida, Rua Nabor Júnior, s/nº
Estrada da Sobral: Comunidade Evangélica, Nova Vida
Conjunto Boa União: Comunidade São Paulo Apostolo, Rua 26 de setembro s/n
Estrada da Sobral: Igreja Metodista Wesleyana, AC 90, Km 30, ao lado da Escola João Paulo

Tabela XXXVIII - Resumo da movimentação cartorária do Programa Justiça Comunitária

Descrição das atividades	Quantidade
Ações ajuizadas no Ônibus da Justiça Itinerante	1.117
Audiências realizadas no Ônibus da Justiça Itinerante	1.767
Sentenças com resolução do mérito (sentenças cíveis de mérito e cível homologatória)	553
Sentenças sem resolução do mérito	477
Processos Arquivados	1.767
Processos em Trâmite na Secretaria em dezembro/2010	476
Total geral	6.505

Fonte: Coordenação da Justiça Comunitária Itinerante

4.2.2.3. Projeto Rios do Saber: Justiça Comunitária promove ações de incentivo à educação e preservação do meio ambiente na comunidade Remanso

O Programa Justiça Comunitária, desenvolvido pelo Poder Judiciário do Acre, realizou no dia 27 de agosto, na comunidade Remanso, o Projeto Rios do Saber. A iniciativa teve como objetivo a promoção de ações voltadas à educação, justiça, saúde, meio ambiente, esporte e cultura. Com isso, a finalidade é a prevenção das vulnerabilidades sociais e ambientais das comunidades que vivem às margens dos rios, com foco especial nos estudantes.



Durante a realização do projeto, mais de 200 pessoas participaram das atividades socioeducativas. Além disso, foram entregues materiais arrecadados, tais como livros literários e didáticos, materiais escolares, bolas de futebol e vôlei.

4.2.2.4. Programa de Prevenção às Drogas e Reinserção Social

Lançado em março de 2009 pela Vara de Delitos de Tóxicos, o programa já alcançou 4.570 estudantes de todo o Estado.

O objetivo do projeto é promover a reinserção social das pessoas que cumprem pena em unidades prisionais, bem como conscientizar a juventude acreana acerca dos malefícios causados pelas drogas.

Dentre as ações do projeto, as palestras de prevenção às drogas nas escolas de ensino fundamental e médio do Estado, constituem sua principal bandeira.

O Projeto de Prevenção às Drogas, além de atuar na prevenção ao tráfico e ao uso de entorpecentes, também tem como objetivo divulgar a legislação pertinente ao assunto (Lei n. 11.343/2006), informando aos estudantes por meio de palestras e de distribuição de folders e cartilhas educativas as punições a que está sujeito quem pratica estes tipos de crime.

Um dos diferenciais do projeto é o caráter formador, ou seja, além de conscientizar quanto aos perigos das drogas, também visa sensibilizar os alunos para que estes sejam agentes multiplicadores e disseminadores das informações adquiridas, na escola, em casa e nos demais espaços de convivência social.

Atividades na capital



Atividades no interior do Estado

Brasília



Xapuri



Capixaba



Senador Guimard



Plácido de Castro



Acrelândia



Bujari



4.2.2.5. Projeto Começar de Novo

O Projeto visa a ressocialização e reinserção de presos e egressos do sistema carcerário no mercado de trabalho.

As ações empreendidas pelo Projeto Começar de Novo, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), disponibilizaram até o final do mês de novembro, 1.281 vagas de emprego, distribuídas por todo o país (além das 416 vagas já preenchidas) e 1.485 vagas em cursos que qualificam e promovem a cidadania de presos egressos do sistema carcerário.

No Acre, o TJAC desenvolve diversas ações do Projeto Começar de Novo. Um exemplo disso é um convênio mantido com o Instituto de Administração Penitenciária do Estado (Iapen-AC), por meio do qual 10 reeducandos do regime semiaberto do Complexo Penitenciário Francisco D'Oliveira Conde, trabalham desde outubro de 2009 na área administrativa do Poder Judiciário, em Rio Branco.

Visando ampliar as ações do Projeto, a Direção do Tribunal de Justiça Acreano tem dialogado com diversos órgãos públicos, instituições e representantes da sociedade civil para promover iniciativas que garantam a oportunidade de um recomeço a egressos do sistema carcerário.

Dentre as instituições contatadas estão as seguintes:

- Prefeitura do Município de Rio Branco.

No dia 02 de julho de 2010 a Presidência do TJAC apresentou o projeto ao chefe do executivo municipal, com o intuito de estabelecer parceria para fortalecer o projeto. A proposta de parceria ao Projeto foi bem recebida pelo prefeito Raimundo Angelim, que afirmou que a administração municipal é sensível ao problema e se sente honrada em participar do programa. Em resumo disse:

“Este é um problema sério, que precisa ser enfrentado por toda sociedade. Contem conosco”.



- Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC)

No dia 6 de julho de 2010, foi a vez da FIEAC. No encontro o Desembargador Pedro Ranzi ressaltou a importância da ressocialização. “Esta é uma questão de todos nós. Por isso, precisamos de parceiros, de colaboradores para desenvolvermos estratégias que possibilitem reintegrar os apenados à sociedade, como cursos de formação, capacitação e qualificação e a oferta de trabalho. Precisamos acreditar e ajudar essas pessoas que erraram”, destacou.

O Presidente da FIEAC, Francisco Salomão, considerou a ideia benéfica e declarou o seu apoio.



“A FIEAC apóia essa iniciativa. Se já é tão difícil para alguém que está aqui fora se qualificar ou conseguir um emprego, imagine para quem já esteve recluso no sistema prisional? Precisamos ter essa sensibilidade e, juntos, nos esforçarmos nessa perspectiva social”

- Rotary Clube e Fecomércio

A peregrinação da Administração do TJAC na busca por novas parcerias ao Projeto Começar de Novo se estendeu no mês de julho de 2010 e, no dia 16 se reuniram com representantes do Rotary Clube e da Federação de Comércio do Acre – FECOMERCIO.



Nesse encontro, Geraldo Rocha Filho, que é governador do Distrito 4720 do Rotary Clube, que compreende toda a Região Norte, aprovou a iniciativa, garantindo total apoio.

“Considero esse projeto maravilhoso, podemos ajudar de várias formas, e vocês podem contar conosco. Desde já me comprometo com a divulgação, já que somos uma organização nacional e internacional”

- FECOMÉRCIO

No segundo encontro com o Presidente da Federação de Comércio do Acre (Fecomércio), Leandro Domingos, e demais membros da instituição, os desembargadores discutiram o desenvolvimento de estratégias que possibilitem reintegrar os apenados à sociedade, como cursos de formação, capacitação e qualificação e a oferta de trabalho.



- Prefeitura de Cruzeiro do Sul

Já no dia 02 de agosto, o encontro foi com o prefeito do município de Cruzeiro do Sul, Sr. Wagner Sales.

As autoridades discutiram no encontro a possibilidade de o Poder Judiciário Acreano e o Município firmarem parceria para implementar o Projeto Começar de Novo no município.



O prefeito destacou a importância da iniciativa, acrescentando que irá estudar mecanismos que possibilitem a entrada dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho.

- Cursos de qualificação profissional em Rio Branco

Através do Projeto Começar de Novo, 63 reeducandos dos regimes aberto, semi-aberto, Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), e livramento receberam no final de agosto os certificados de conclusão referentes aos cursos de carpinteiro, pedreiro, pintor - oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) -, e de gestão empreendedora, oferecido pela Fundação Bradesco.



4.2.3. O caráter social da Central de Penas Alternativas – CEPAL

As Centrais de Penas Alternativas constituem política pública prioritária de prevenção, que busca criar condições institucionais necessárias para a aplicação e acompanhamento das alternativas penais envolvendo diversos atores sociais.

As penas alternativas, proporcionam reflexão sobre a infração cometida e estimulam a participação na sociedade sem privar a pessoa da liberdade e do convívio social.

Nesse sentido a CEPAL, além realizar o acompanhamento das penas alternativas, trabalha com a inclusão social. O objetivo é despertar a participação da pessoa em cumprimento de pena ou medida alternativa, resgatando auto-estima, identidade e valores pessoais e sociais.

4.2.3.1. Profissionalização dos reeducandos

Com o objetivo de promover a inclusão social e oferecer alternativas práticas para a geração de renda lícita aos reeducandos, a Central de Penas Alternativas da Comarca de Brasília promoveu na semana passada um curso profissionalizante de confecção de pufes.



A seleção dos participantes do treinamento foi efetuada pela equipe psicossocial do Fórum de Brasília, sob o acompanhamento e orientação do juiz Alesson Braz, que levou em consideração o perfil vocacional de cada reeducando.

A CEPAL em Rio Branco, desenvolve ações sociais de reinserção e prevenção às drogas em conjunto com a Vara de Delitos de Tóxicos e Acidentes de Trânsito, por meio do Projeto de Prevenção às Drogas.



Rio Branco – Apresentação do Coral Redenção

Na cerimônia de encerramento das atividades do ano de 2010, o Coral Redenção, formado por reeducandos e servidores da Central de Penas Alternativas, sob a regência de Otoniel Turí, deram uma mostra do potencial de seus integrantes, e assim consolidam a importância dessas ações.

5. GESTÃO JURISDICIONAL

A Gestão Judiciária compreende um conjunto de tarefas que procuram garantir a afetação eficaz de todos os recursos disponibilizados pelo Poder Judiciário com escopo de se alcançar uma entrega da prestação jurisdicional excelente.

Seguindo esse raciocínio, a atual gestão melhorou as estruturas e aperfeiçoou o funcionamento das unidades judiciárias de 1º e 2º graus, como forma de caminhar para o desenvolvimento e satisfação das necessidades dos jurisdicionados.

O cumprimento desse mister dar-se através do plano estratégico e operacional em aprovado em dezembro de 2009. Esse plano, voltado para atingir os objetivos propostos, adota políticas e procedimentais mais adequadas a implementação, coordenação e execução da estratégia.

Seguindo esse raciocínio, apresentamos a seguir os dados relacionados a área fim, que representa a prestação jurisdicional.

5.1. Vice-Presidência

Durante o ano de 2010, foram distribuídos à Vice-Presidência um total de 1.304 (mil, trezentos e quatro) processos, sendo 1.038 (mil e trinta e oito) de admissibilidade recursal; 195 (cento e noventa e cinco) precatórios e 53 (cinquenta e três) requisição de pequeno valor – RPV; 18 (dezoito) feitos administrativos sendo: 16 na Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos e 2 na Comissão de informática, Jurisprudência e Biblioteca.

5.1.1. Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos

No que tange as atividades da Vice-presidência, em especial da Comissão de Organização Judiciária, durante o ano de 2010 foram movimentados 30 (trinta) processos administrativos sobre os mais variados temas e, realizou 04 (quatro) seções ordinárias e 08 (oito) sessões extraordinárias.

No quadro a seguir, apresentamos a estatística dos feitos processuais que tramitaram junto a Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos durante o ano de 2010, a saber:

Tabela XXXIX - Demonstrativos dos feitos processuais relativos à Comissão de Organização Judiciária, Regimentos, Assuntos Administrativos e Legislativos

Mês	Vice-Presidência – Recursos						
	Recurso Especial			Recurso Extraordinário			Outras decisões / despachos
	Entrados	Admitidos	Inadmitidos	Entrados	Admitidos	Inadmitidos	
Janeiro	41	0	0	5	0	0	13
Fevereiro	57	5	14	25	1	0	18
Março	37	33	138	11	0	35	76
Abril	33	3	34	12	2	6	46
Maio	38	13	57	15	1	14	72
Junho	26	5	34	3	0	18	32
Julho	36	4	13	3	0	1	14

Agosto	0	4	1	0	1	0	10
Setembro	0	30	56	0	0	2	6
Outubro	176	4	17	11	1	4	30
Novembro	28	3	16	5	0	0	26
Dezembro	-	-	-	-	-	-	-
Total	472	104	380	90	6	80	343
Admitidos + Inadmitidos			484	Admitidos + Inadmitidos			86

Fonte: Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativo

5.1.2. Núcleo de Processamento e Gestão de Precatórios

Quanto ao Núcleo de Processamento de Precatórios, criado através da Portaria nº 1251/2010, que tem como atribuições a gestão e o processamento dos precatórios, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Assinatura do Termo de Convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e o Estado do Acre, objetivando o estabelecimento de rotinas para o pagamento dos precatórios e a criação de sistemas de informação para a organização e controle das listas únicas de credores;
- Organização, divulgação e publicação das Listas Cronológicas de Apresentação de Precatórios por ente devedor no âmbito do Estado do Acre;
- Edição da Portaria nº 031/2010, da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o procedimento de habilitação das preferências e pagamento de credores idosos e portadores de doenças graves;
- Organização, divulgação e publicação mensal da lista de pagamento preferencial dos créditos de credores idosos e portadores de doenças graves;
- Participação de 02 (dois) servidores no Encontro Nacional do Judiciário sobre Precatórios, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça;
- Realização da primeira reunião do Comitê Gestor de Precatórios, no dia 07 de dezembro de 2010.

5.1.2.1. Pagamentos realizados pelo Núcleo de Precatórios

O estado do Acre depositou até o mês de novembro o valor de R\$ 9.271.325,16 (nove milhões duzentos e setenta e um mil trezentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos). Do valor depositado pelo Estado do Acre, até agora foi liberado o montante de R\$ 115.703,90 (cento e quinze mil setecentos e três reais e noventa centavos) para o pagamento de precatórios pela ordem cronológica; e R\$ 2.882.441,83 (dois milhões oitocentos e oitenta e dois mil quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta e três centavos) para o pagamento de precatório em decorrência de acordo direto realizado pelo ente devedor com os credores.

Já o município de Rio Branco depositou até o mês de novembro o montante de R\$ 2.314.528,56 (dois milhões trezentos e quatorze mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos). Do valor depositado, foram liberados até o momento R\$ 857.565,93 (oitocentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa e três centavos).

Além desses depósitos, registra-se também o valor de R\$ 35.467,98, depositado pelo município de Brasília. Desse montante, ainda não foram liberados nenhum pagamento.

Na página da web mantida pelo Poder Judiciário, estão disponíveis todas as informações para consultas dos usuários. (<http://www.tjac.jus.br/vipre/npgrp.jsp>)

5.2. Corregedoria-Geral da Justiça

5.2.1. Correição Geral Ordinária - 2010

Diagnóstico

Em cumprimento ao artigo 54, inciso, IX, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, bem como ao artigo 30, da Lei Complementar nº 47/95 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Acre), foram realizados os trabalhos Correicionais, no período compreendido entre 9 a 12 de janeiro de 2010, nas Comarcas de Brasília e Assis Brasil, conforme Portaria nº 18, de 18 de janeiro de 2010, desta Corregedoria Geral da Justiça.

A teor do item 1.4.5 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça (Provimento nº 03/207), a Correição Geral Ordinária 2010 teve-se à análise de 10% (dez pontos percentuais) dos processos em trâmite nas Unidades Judiciárias, selecionados de forma aleatória entre as diversas classes, bem como dos feitos relacionados à Meta 2-2009, do Conselho Nacional de Justiça, importando no quantitativo total de 373 (trezentos e setenta e três) feitos correicionados.

A audiência pública integra as atividades correicionais, realizada em cada Comarca, direcionada às autoridades públicas locais, Promotores, Defensores, Advogados, Magistrados, Servidores e especialmente ao jurisdicionado, visando precipuamente colher sugestões, opiniões e críticas, aproximando, dessa forma, a administração do judiciário com a sociedade para a melhoria da prestação jurisdicional.

Assim, a Correição Geral Ordinária de 2010 possibilitou a análise de morosidade do curso processual e suas causas, bem como as deficiências de estrutura física e de pessoal que ensejam obstáculo à efetiva prestação jurisdicional e à conseqüente produtividade dos magistrados em exercício nas unidades judiciárias, resultando, inclusive, em recomendações direcionadas aos magistrados e servidores, no sentido de conferir regular tramitação aos feitos, visando obstar a reiteração de práticas de morosidade processual.

A seguir, estão reunidos os fatos mais relevantes no diagnóstico:

a) Comarca de Brasília

Tabela XL - Diagnóstico da correição em Brasília

Juiz de Direito Substituto	Processos em trâmite	Causas de morosidade processual
Danniel Gustavo Bomfim Araújo da Silva, em exercício na Vara Cível da Comarca de Brasília; Alesson José Santos Braz, em exercício na Vara Criminal da Comarca de Brasília	Vara Cível: 1.068	Vara Cível: No que tange ao Cartório Cível, embora em ordem, a maior parte dos processos verificou-se incidência de descumprimento de prazos pela Escrivania, notadamente quanto à juntada de petição até a conclusão dos autos (art. 190, do Código de Processo Civil). Aferiu-se, também, a falta de diligência à CEMAN acerca da devolução de mandado, a teor do item 2.3.16, XXI, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça. Por fim, detectou-se a necessidade de ponderar à Escrivania o melhor aproveitamento do papel utilizado para impressão de carimbo, em cumprimento à Meta Prioritária 6/2010, do Conselho Nacional de Justiça. Subsecretaria do Juizado Especial Cível: Dos feitos correicionados na Subsecretaria do Juizado Especial Cível verificou-se que a maior parte dos processos apresentou situação em ordem, revelando os demais feitos correicionados como causa de morosidade a falta de diligência da Secretaria acerca da devolução de mandados, bem como a delonga na prolação de despacho/decisão, a exemplo do feito nº 003.08.003018-4, que concluso desde 28.1.2010 Vara Criminal: Quanto ao Cartório Criminal, embora em ordem, parte dos processos identificou-se pendências atribuídas à falta de diligências pela Escrivania, acerca do cumprimento de deliberações e promoção de conclusão, em desacordo ao que preconiza o item 2.3.17, da Consolidação das Normas da
	Subsecretaria do Juizado Cível: 636	
	Vara Criminal: 430	
	Subsecretaria do Juizado Criminal: 181	
	Central de Execução de Penas Alternativas – Cepal: 341 Processos Correicionados da Meta 2-2009: Vara Cível: 24 Vara Criminal: 23	

		Corregedoria Geral da Justiça, atinente ao prazo máximo admitido para a paralisação do feito aguardando providências Subsecretaria do Juizado Especial Criminal: Verificou-se que a maioria dos processos apresentou movimentação atualizada, residindo a morosidade nos demais feitos à necessidade de diligências pela Secretaria para devolução de carta precatória expedida, a teor do item 2.3.16, XIII, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça. Central de Execução de Penas Alternativas – CEPAL: Por fim, quanto à Central de Execução de Penas Alternativas – CEPAL, que embora parte dos feitos correicionados apresentasse movimentação atualizada, constatou-se morosidade no cumprimento às determinações, devendo a Secretaria guardar estrita observância ao item 2.3.17, da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Aferiu-se também, irregularidade na prestação de contas de valores recebidos por entidades, a exemplo dos processos nºs 003.09.003243-0 e 003.09.001989-2, bem como destinação de prestação pecuniária a entidade diversa do consignado em Juízo.
--	--	---

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

b) Comarca de Assis Brasil

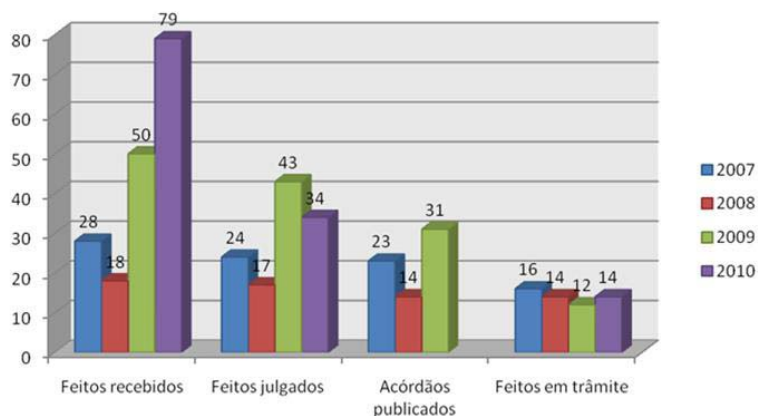
Tabela XLI - Diagnóstico da correição em Assis Brasil

Juiz de Direito substituto em exercício	Processos em trâmite	Causas de morosidade processual
Daniel Gustavo Bomfim Araújo da Silva, em exercício na Vara Cível da Comarca Brasiléia, com competência prorrogada à Comarca de Assis Brasil	Vara Única: 308 Processos Correicionados da Meta 2-2009: Vara Cível: 3	Dos feitos correicionados, a maioria dos processos apresentou movimentação atualizada, revelando os demais feitos correicionados como causa de morosidade o descumprimento de prazos pela Escrivania da Vara Única e da Subsecretaria dos Juizados Especiais, notadamente quanto à pendência atribuída à falta de diligências pela Escrivania, acerca do cumprimento de deliberações e promoção de conclusão, em desacordo ao que preconiza o item 2.3.17, da Consolidação das Normas da Corregedoria Geral da Justiça, atinente ao prazo máximo admitido para a paralisação do feito aguardando providências, bem como acerca da devolução de mandado em poder do Oficial de Justiça, a teor do item 2.3.16, XXI, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça. Por fim, detectou-se a necessidade de ponderar ao Magistrado em exercício na Comarca a observância ao princípio da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal), bem como ao prazo médio fixado para a tramitação processual – 02 anos – preconizado no Provimento nº. 12/2007, desta Corregedoria Geral da Justiça.

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

5.3. Pleno Administrativo

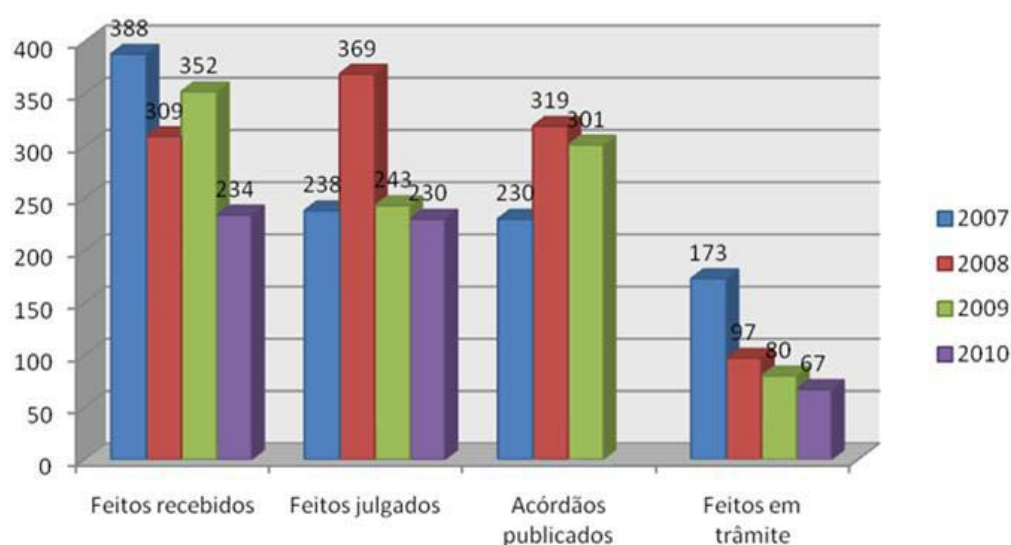
Gráfico XIII - Comparativo das atividades realizadas no Pleno Administrativo



Fonte: Diretoria Judiciária

5.4. Pleno Judicial

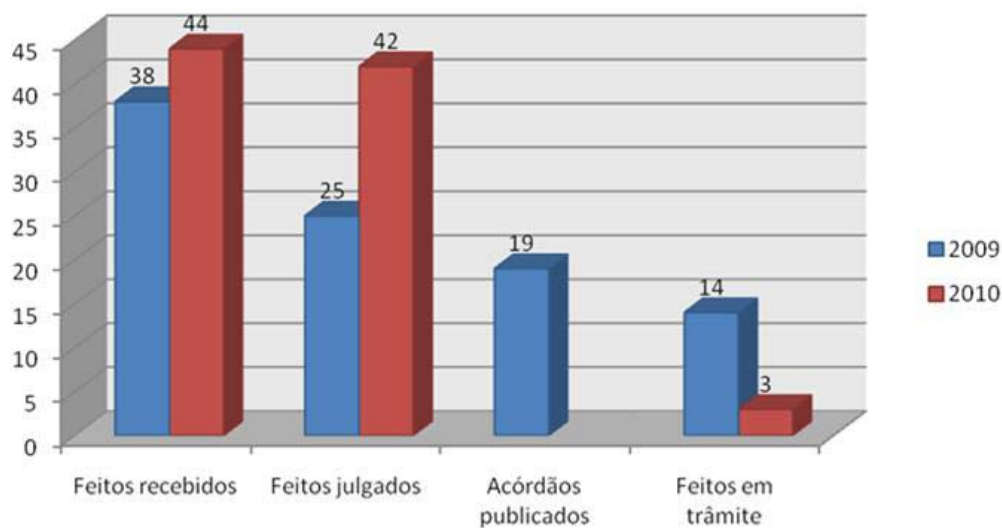
Gráfico XIV - Comparativo das atividades realizadas pelo Pleno Judicial



Fonte: Diretoria Judiciária

5.5. Conselho de Administração

Gráfico XV - Comparativo das atividades realizadas pelo Conselho de Administração



Fonte: Diretoria Judiciária

5.6. Câmara Cível

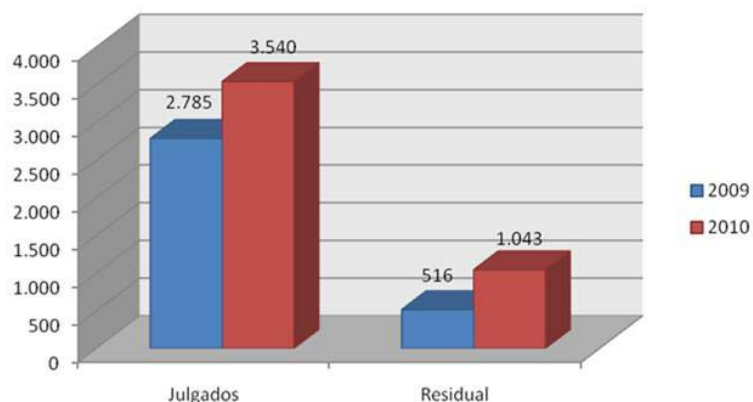
Durante o ano de 2010 foram realizadas 11 (onze) Sessões Extraordinárias e 89 Sessões Ordinárias para as quais estiveram presentes os Procuradores de Justiça Vanda Denir Milani Nogueira, Patrícia de Amorim Rego, Williams João Silva, Cosmo Lima de Souza, Oswaldo d'Albuquerque Lima Neto, Flávio Augusto Siqueira de Oliveira, Carlos Roberto da Silva Maia, Álvaro Luiz Araújo Pereira.

5.6.1. Metas Prioritárias 2010 - CNJ

Com relação as metas prioritárias 2010, a Presidência, membros e servidores implementaram métodos de gestão de processos que viabilizaram bem antes do prazo assinado, sucesso total.

O cumprimento da Meta 2 foi motivo de regozijo em reunião que se homenageou todos os seus partícipes, a qual contou com a ilustre presença do Desembargador Pedro Ranzi, Presidente.

Gráfico XVI - Comparativo 2009/2010 (julgados e residual) da Câmara Cível



Fonte: Câmara Cível

Tabela XLII - Demonstrativo das atividades dos relatores

DESEMBARGADORES	RESÍDUO DEZEMBRO 2009	DISTRIBUÍDOS 2010	REDIST.	INCLUSÃO REVISOR	EXCLUSÃO REVISOR	REDIST. POR IMPEDIMENTO	DECISÕES		RESÍDUO PARA JANEIRO 2011
							COLEGIADAS	MONOCRÁTICAS	
MIRACELE LOPES	78	508	8	17	15	13	252	193	138
EVA EVANGELISTA	118	461	7	11	7	9	109	128	344
IZAURA MAIA	24	459	17	13	5	1	125	300	82
SAMOEL EVANGELISTA	3	-	-	-	1	-	1	1	-
ADAIR LONGUINI	1	-	-	-	-	-	1	-	-
TOTAL	224	1.428	32	41	28	23	488	622	564

Fonte: Câmara Cível

Tabela XLIII - Demonstrativo das atividades dos revisores

DESEMBARGADORES	RESÍDUO DEZEMBRO 2009	DISTRIBUÍDOS 2010	REDIST.	RECONS. DECISÃO MONOCRÁTICA	REDIST. POR IMPEDIMENTO	DECISÕES		ACÓRDÃOS		VOTOS PROFERIDOS	RESÍDUO PARA JANEIRO 2011
						COLEGIADAS	MONOCRÁTICAS	REGISTRADOS E PUBLICADOS	POR DESIGNAÇÃO		
MIRACELE LOPES	44	1.073	30	3	5	210	804	225	15	1.598	131
EVA EVANGELISTA	155	1.113	12	12	30	415	637	474	34	1.521	210
IZAURA MAIA	246	1.112	19	1	20	219	494	217	1	1.462	645
SAMOEL EVANGELISTA	1	-	-	-	-	1	-	8	-	12	-
ADAIR LONGUINI	1	-	-	-	-	1	-	-	-	52	-
FRANCISCO PRAÇA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84	-
FELICIANO VASCONCELOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89	-
TOTAL	447	3.298	61	16	55	846	1.935	924	50	4.818	986

Fonte: Câmara Cível

Tabela XLIV - Demonstrativo das atividades dos incidentes

DESEMBARGADORES	RESÍDUO DEZEMBRO 2009	DISTRIBUÍDOS 2010	DECISÕES		ACÓRDÃOS		RESÍDUO PARA JANEIRO 2011
			COLEGIADAS	MONOCRÁTICAS	REGISTRADOS E PUBLICADOS	POR DESIGNAÇÃO	
MIRACELE LOPES	37	304	290	33	281	10	18
EVA EVANGELISTA	37	244	175	88	167	-	18
IZAURA MAIA	30	148	125	32	159	-	21
SAMOEL EVANGELISTA	1	11	11	1	15	-	-
ADAIR LONGUINI	-	4	4	-	2	-	-
TOTAL	105	711	605	154	624	10	57

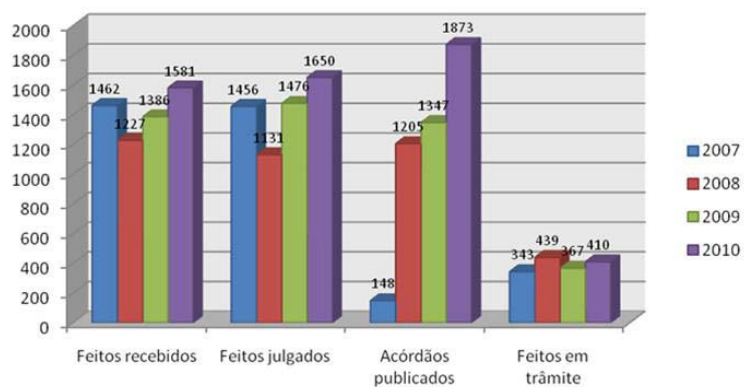
Fonte: Câmara Cível

5.7. Câmara Criminal

No ano foram realizadas 46 Sessões Ordinárias, nas quais foram julgados 1.641 processos, havendo um resíduo para o próximo ano de 325 processos.

Durante as 46 Sessões realizadas para julgamento dos recursos em trâmite na Câmara Criminal, foram nossos colaboradores os Procuradores de Justiça Flávio Siqueira, Giselle Mubárac, Patrícia Rêgo, Oswaldo D'Albuquerque, Willians Silva, Sammy Barbosa, Gilcely Evangelista, Ubirajara Albuquerque e Álvaro Luiz.

Gráfico XVII – Demonstrativo das atividades da Câmara Criminal



Fonte: Câmara Criminal

6. ESTATÍSTICA DA JUSTIÇA ACREANA

Tabela XLV - Estatística da Justiça Acreana

LITIGIOSIDADE	
CARGA DE TRABALHO E TAXA DE CONGESTIONAMENTO	
2º GRAU	Ano 2010
CnCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Criminais	1.499
CnNCrim2º - Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	3.471
CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	0
CpCrim2º - Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	805
CpNCrim2º - Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	1.765
RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	992
RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	221
TBaixCrim2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	1.282
TBaixNCrim2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	2.735
DecCrim2º - Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	1.076
DecNCrim2º - Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	4.087
1º GRAU - CONHECIMENTO	Ano 2010
CnCCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	7.862
CnCNCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	20.375
CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	4.420
CpCCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	24.313
CpCNCrim1º - Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	32.544
RIntC1º - Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	0
RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	0
TBaixCCrim1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	9.533
TBaixCNCrim1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	22.185
SentCCrim1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	10.525
SentCNCrim1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	30.835

1º GRAU - EXECUÇÃO	Ano 2010
CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	1.421
CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	837
CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	9.642
CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	4.323
ExeJudCrimNPL1º - Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	1.269
ExeJudCrimPL1º - Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	1.650
ExeJudNCrim1º - Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	4.166
ExeJudPCrimNPL1º - Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	1.835
ExeJudPCrimPL1º - Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	4.883
ExeJudPNcrim1º - Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	4.078
ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	4.179
ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais	4.369
IncExFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau	34
IncExNFisc1º - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	186
IncExPFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	42
IncExPNfisc1º - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	177
TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	813
TBaixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	940
TBaixJudCrimNPL1º - Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	462
TBaixJudCrimPL1º - Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	402
TBaixJudNCrim1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	3.647
SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	697
SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	804
SentJudCrimNPL1º - Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	287
SentJudCrimPL1º - Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	264
SentJudNCrim1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	3.987
TURMA RECURSAL	Ano 2010
CnCrimTR - Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais	30
CnNCrimTr - Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais	809

CnEletTR - Casos Novos Eletrônicos nas Turmas Recursais	0
CpCrimTr - Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	0
CpNCrimTR - Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	3
RIntTR - Recursos Internos nas Turmas Recursais	19
RIntPTR - Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	1
TBaixCrimTR - Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	19
TBaixNCrimTR - Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	929
DecCrimTR - Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais	10
DecNCrimTR - Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais	311

JUIZADO ESPECIAL - CONHECIMENTO	Ano 2010
CnCCrimJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	904
CnCNCrimJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	26.768
CnEletJE - Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais	16
CpCCrimJE - Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	1.299
CpCNCrimJE - Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	17.846
RIntCJE - Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	0
RIntCPJE - Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento	0
TBaixCCrimJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	733
TBaixCNCrimJE - Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	32.737
SentCCrimJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	9.660
SentCNCrimJE - Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	34.943

JUIZADO ESPECIAL - EXECUÇÃO	Ano 2010
CnExtJE - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	2.921
CpExtJE - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	3.462
ExeJudCrimNPLJE - Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	72
ExeJudNCrimJE - Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	2.721
ExeJudPCrimNPLJE - Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	17
ExeJudPNCrimJE - Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	4.425
ExeSuSJE - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	166
IncExJE - Incidentes de Execução nos Juizados Especiais	4

IncExpJE - Incidentes de Execução Pendentes nos Juizados Especiais	7
TBaixExtJE - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	5.994
TBaixJudCrimNPLJE - Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais	66
TBaixJudNCrimJE - Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	6.179
SentExtJE - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	4.087
SentJudCrimNPLJE - Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	191
SentJudNCrimJE - Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais	4.391

RECORRIBILIDADE	
2º GRAU	Ano 2010
RSup2º - Recursos à Instância Superior no 2º Grau	1.007
Apublic2º - Acórdãos Publicados no 2º Grau	3.807
DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau	1.292

1º GRAU	Ano 2010
RSup1º - Recursos à Instância Superior no 1º Grau	2.945
DeRExt1º - Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	40.399
SeRInt1º - Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno	21.220

TURMA RECURSAL	Ano 2010
DeRIntTR - Decisões nas Turmas Recursais Passíveis de Recurso Interno	316

JUIZADO ESPECIAL	Ano 2010
RSupJE - Recursos à Instância Superior nos Juizados Especiais	924
DeRExtJE - Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Externo	29.957
SeRIntJE - Sentenças nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Interno	22.861
ISupJE - Impugnações a Decisões dos Juizados Especiais	4
DeImpJE - Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Impugnação	8.384

REFORMA DE DECISÃO	
2º GRAU	Ano 2010
RpAI2º - Recursos das decisões de 2º Grau providos pelo STJ em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente)	17
RpEsp2º - Recursos das decisões de 2º Grau providos pelo STJ em Recurso Especial (ainda que parcialmente)	43
RpExt2º - Recursos das decisões de 2º Grau providos pelo STF em Recurso Extraordinário (ainda que parcialmente)	3

RjAI2º - Recursos de Agravos de Instrumento julgados pelo STJ	113
RjEsp2º - Recursos Especiais julgados pelo STJ	128
RjExt2º - Recursos Extraordinários julgados pelo STF	22

1º GRAU	Ano 2010
RpAI1º - Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente)	683
RpAP1º - Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Recurso de Apelação (ainda que parcialmente)	1.260
RjAI1º - Recursos de Agravos de Instrumento Julgados pelos Tribunais Estaduais	237
RjAP1º - Recursos de Apelações Julgados pelos Tribunais Estaduais	1.413

TURMA RECURSAL	Ano 2010
RpExtTR - Recursos das decisões de Turmas Recursais providos pelo STF em Recurso Extraordinário (ainda que parcialmente)	2
RjExtTR - Recursos Extraordinários julgados pelo STF	20

JUIZADO ESPECIAL	Ano 2010
RpInJE - Recursos Inominados das decisões dos Juizados Especiais providos pelas Turmas Recursais (ainda que parcialmente)	188
RjInJE - Recursos Inominados julgados pelas Turmas Recursais	1.197

ACESSO À JUSTIÇA E PERFIL DAS DEMANDAS	
ACESSO À JUSTIÇA	Ano 2010
Dem - Demandantes	97.347
JG - Assistência Judiciária Gratuita	FALTA

PERFIL DAS DEMANDAS	
DEMANDANTE	Ano 2010
CnPF2º - Casos Novos no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	
CnPE2º - Casos Novos no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	
CnPM2º - Casos Novos no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	
CpPF2º - Casos Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	
CpPE2º - Casos Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	
CpPM2º - Casos Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	
CnPF1º - Casos Novos no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	239
CnPE1º - Casos Novos no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	10.105

CnPM1º - Casos Novos no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	297
CpPF1º - Casos Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	2.494
CpPE1º - Casos Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	117.731
CpPM1º - Casos Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	1.695

DEMANDADO	Ano 2010
CnCF2º - Casos Novos no 2º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	
CnCE2º - Casos Novos no 2º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	
CnCM2º - Casos Novos no 2º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	
CpCF2º - Casos Pendentes no 2º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	
CpCE2º - Casos Pendentes no 2º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	
CpCM2º - Casos Pendentes no 2º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	
CnCF1º - Casos Novos no 1º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	1.770
CnCE1º - Casos Novos no 1º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	1.016
CnCM1º - Casos Novos no 1º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	184
CpCF1º - Casos Pendentes no 1º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	18.108
CpCE1º - Casos Pendentes no 1º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	4.252
CpCM1º - Casos Pendentes no 1º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	1.446

REFORMA DA DECISÃO

REFORMA DE DECISÃO	
2º GRAU	Ano 2010
RpAI2º - Recursos das decisões de 2º Grau providos pelo STJ em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente)	17
RpEsp2º - Recursos das decisões de 2º Grau providos pelo STJ em Recurso Especial (ainda que parcialmente)	43
RpExt2º - Recursos das decisões de 2º Grau providos pelo STF em Recurso Extraordinário (ainda que parcialmente)	3
RjAI2º - Recursos de Agravos de Instrumento julgados pelo STJ	113
RjEsp2º - Recursos Especiais julgados pelo STJ	128
RjExt2º - Recursos Extraordinários julgados pelo STF	22
1º GRAU	Ano 2010
RpAI1º - Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente)	683
RpAP1º - Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Recurso de Apelação (ainda que parcialmente)	1.260

RjAI1º - Recursos de Agravos de Instrumento Julgados pelos Tribunais Estaduais	237
RjAP1º - Recursos de Apelações Julgados pelos Tribunais Estaduais	1.413

TURMA RECURSAL	Ano 2010
RpExtTR - Recursos das decisões de Turmas Recursais providos pelo STF em Recurso Extraordinário (ainda que parcialmente)	2
RjExtTR - Recursos Extraordinários julgados pelo STF	20

JUIZADO ESPECIAL	Ano 2010
RpInJE - Recursos Inominados das decisões dos Juizados Especiais providos pelas Turmas Recursais (ainda que parcialmente)	188
RjInJE - Recursos Inominados julgados pelas Turmas Recursais	1.197

ACESSO À JUSTIÇA E PERFIL DAS DEMANDAS	
ACESSO À JUSTIÇA	
	Ano 2010
Dem - Demandantes	97.347
JG - Assistência Judiciária Gratuita	FALTA

PERFIL DAS DEMANDAS	
DEMANDANTE	Ano 2010
CnPF2º - Casos Novos no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	
CnPE2º - Casos Novos no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	
CnPM2º - Casos Novos no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	
CpPF2º - Casos Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	
CpPE2º - Casos Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	
CpPM2º - Casos Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	
CnPF1º - Casos Novos no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	239
CnPE1º - Casos Novos no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	10.105
CnPM1º - Casos Novos no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	297
CpPF1º - Casos Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	2.494
CpPE1º - Casos Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	117.731
CpPM1º - Casos Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	1.695

DEMANDADO	Ano 2010
CnCF2º - Casos Novos no 2º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	

CnCE2º - Casos Novos no 2º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	
CnCM2º - Casos Novos no 2º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	
CpCF2º - Casos Pendentes no 2º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	
CpCE2º - Casos Pendentes no 2º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	
CpCM2º - Casos Pendentes no 2º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	
CnCF1º - Casos Novos no 1º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	1.770
CnCE1º - Casos Novos no 1º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	1.016
CnCM1º - Casos Novos no 1º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	184
CpCF1º - Casos Pendentes no 1º Grau Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	18.108
CpCE1º - Casos Pendentes no 1º Grau Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	4.252
CpCM1º - Casos Pendentes no 1º Grau Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	1.446

7. INDICADORES DE DESEMPENHO

RESULTADO DAS METAS INSTITUCIONAIS E PROGRAMÁTICAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.

As metas estabelecidas no planejamento estratégico, orientaram o processo de gestão durante o exercício de 2010. Os resultados apurados mostram o estágio de cumprimento das suas metas, conforme demonstrado nos gráficos abaixo:

Tabela XLVI - Recurso - Gestão de Pessoas

OBJETIVO 50 %	INDICADOR	META	MARCO	RESULTADO	ÍNDICE DE ATINGIMENTO	UNIDADE RESPONSÁVEL	OBSERVAÇÃO
Estimular e comprometer os Magistrados e Servidores do PJAC no cumprimento das ações estratégicas.	29	Aumentar para 70% o índice de avaliações positivas de clima organizacional	70%	Não mensurado	- %	DRH	
	30	Reduzir para 3% o índice de absenteísmo.	3%	0,05%	5.869 %	DRH	A informação não é confiável
	31	Obter 10% no índice de prevenção a saúde	10%	0%	0 %	DRH	
OBJETIVO 50 %	INDICADOR	META	MARCO	RESULTADO	ÍNDICE DE ATINGIMENTO	UNIDADE RESPONSÁVEL	OBSERVAÇÃO
Revitalizar os recursos internos para prestação de serviços do PJAC	32	Aumentar para 60% o índice de capacitação	60%	61,16%	102 %	DRH	
	33	Atender 70% dos itens do plano nacional	70%	-	- %	DRH	CNJ não publicou. Criar urgente o nosso
	34	Aplicar 0,40% do valor do orçamento de custeio em capacitação	508.313,72	236.845,16	47 %	DFI	A forma de identificação das despesas deve ser mudado

Tabela XLVII - Recurso - Infra-estrutura e Tecnologia

OBJETIVO 0 %	INDICADOR	META	MARCO	RESULTADO	ÍNDICE DE ATINGIMENTO	UNIDADE RESPONSÁVEL	OBSERVAÇÃO
Fomentar o desenvolvimento e a difusão do conhecimento, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores	35	3 reuniões anuais de GC para magistrados, 3 para servidores área fim e 3 para servidores da área meio	0	0%	0%	NEGEST	Sugestão para retirar
OBJETIVO 62,50 %	INDICADOR	META	MARCO	RESULTADO	ÍNDICE DE ATINGIMENTO	UNIDADE RESPONSÁVEL	OBS
Garantir às unidades do judiciário, infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada.	36	Aumentar para 50% o índice de virtualização de processos novos	10 %	12,55 %	25 %	DTI	
	37	Atender 50% dos padrões mínimos de TI	50%	80%	160%	DTI	
	38	Aumentar para 50% as unidades consideradas seguras (segurança armada e/ou eletrônica)	24 unidades	26	108 %	DG	
	39	Obter 65% de avaliações positivas sobre instalações físicas	65%	68,46%	105%	DAD	Sugestão repactuar
	40	Atender 30% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais	30 %	Não implantado	0 %	DRH e DAD	
	41	Alcançar 62,5% das metas do PETI	62,5%	60%	96%	DTI	
	42	Manter 99% do índice de disponibilidade de infraestrutura de TI	99%	99%	100%	DTI	
	43	Aumentar para 71% o índice de disponibilização dos sistemas online	71%	95%	134%	DTI	Sugestão repactuar

Tabela XLVIII - Recurso - Orçamento

OBJETIVO 100 %	INDICADOR	META	MARCO	RESULTADO	ÍNDICE DE ATINGIMENTO	UNIDADE RESPONSÁVEL	OBS
Gerir e assegurar eficientemente os recursos do PJAC garantindo a execução orçamentária da instituição.	44	Aumentar para 10% a relação receitas / despesas	0	Não mensurado	- %	DPO	Sugerir a exclusão
	45	Disponibilizar 5% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas.	5%	7,79%	156 %	DPO	
	46	Aumentar para 80% o valor executado nas iniciativas estratégicas	6.241.800,00	9.727.425,02	156%	DPO	
	47	Aumentar para 98% a execução do orçamento	136.098.951,6	135.637.806,3	102 %	DPO	

Tabela XLIX - Processos Internos - Eficiência Operacional

OBJETIVO 75 %	INDICA- DOR	META	MARCO	RESULTAD O	ÍNDICE DE ATINGI- MENTO	RESPON- SÁVEL	OBS
Reestruturar a instituição com vistas na otimização de recursos e processos do PIAC.	16	Reduzir p/ 55% a Taxa de Congestionamento na fase de Conhecimento – 1º Grau	55%	62,73%	87%	NEGEST	
	16	Reduzir p/ 55% a Taxa de Congestionamento na fase de Conhecimento – 2º Grau	55%	46,72 %	151%	NEGEST	
	16	Reduzir p/ 55% a Taxa de Congestionamento na fase de Conhecimento – Turmas Recursais	55%	4,31 %	1.276 %	NEGEST	
	16	Reduzir p/ 55% a Taxa de Congestionamento na fase de Conhecimento – Juizados Especiais	55%	28,51%	929%	NEGEST	
OBJETIVO 37,5 %	INDICA- DOR	META	MARCO	RESULTAD O	ÍNDICE DE ATINGI- MENTO	RESPON- SÁVEL	OBS
Reestruturar a instituição com vistas na otimização de recursos e processos do PIAC.	19	Obter 60% dos processos de compra dentro do prazo padrão	60%	44,91%	75 %	DG	
	20	Diminuir para R\$ 1.300,00 o valor da despesa por processo.	1380,00	1.144,00	114 %	NEGEST	Aprofundar os estudos para estabelecer a meta até 2014
	23	Executar 3 Reuniões de Análise Estratégicas – RAEs	3	2	67 %	NEGEST	
	24	Obter 70% de sucesso na execução e projetos estratégicos	0	Não mensurado	0%	NEGEST	Não havia projetos estratégicos
	25	Alcançar 70% das metas estratégicas <u>Nº de metas estratégicas alcançadas</u> Total de metas estratégicas	70 %	62 %	89 %	NEGEST	Foi considerado apenas as metas mensuradas (39)
	26	Implantar uma prática de outro tribunal publicado no banco de boas práticas do CNJ	1 prática	0	0,0%	DG	
	27	Aumentar para 3 o número de parcerias internas ao Poder Judiciário	3	11	366,67%	DPO	
	28	Aumentar para 3 o número de ações relacionadas a disseminação de valores éticos e morais.	3	7	233,33%	DRH e ESMAC	

Tabela L - Sociedade - Atuação institucional

OBJETIVO 100 %	INDICADOR	META	MARCO	RESULTADO	ÍNDICE DE ATINGIMENTO	UNIDADE RESPONSÁ VEL	OBS
Aprimorar a imagem interna e externa da instituição e a comunicação social, visando reconhecimento, credibilidade e transparência	1	Aprovação de 1 p.p. acima da média nacional no nível de confiança.	54 %	Não mensurada	- %	ASCOM	Fonte IBGE
	2	Aprovação de 1 p.p. acima da média nacional em satisfação do cliente	77%	Não mensurado	- %	ASCOM	Ficamos aguardando a pesquisa do CNJ. Referência atual TJGO.
	3	Disponibilizar 50% do conteúdo integral dos processos na WEB	50%	Não mensurado	- %	DTI	Sugestão: excluir o indicador uma vez que o processo virtualizado terá seu conteúdo integral na WEB
	4	Aumentar em 20% o número de inserções institucionais na mídia	1.440	1.572	139%	ASCOM	
	5	Atingir 70% de matérias institucionais positivas	70%	81%	116 %	ASCOM	

OBJETIVO 100 %	INDICADOR	META	MARCO	RESULTADO	ÍNDICE DE ATINGIMENTO	UNIDADE RESPONSÁVEL	OBS
Fortalecer as relações com os demais poderes, instituições e setores	6	Manter em 100% o índice de parcerias estratégicas	100%	100%	100 %	DPO	
	7	Aumentar para 23 a quantidade total de parcerias estratégicas	23	64	278 %	DPO	
OBJETIVO 33,33 %	INDICADOR	META	MARCO	RESULTADO	ÍNDICE DE ATINGIMENTO	UNIDADE RESPONSÁVEL	OBS
Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores	8	Aumentar 14,87% o número de pessoas diretamente beneficiadas	47.056 beneficiados	43.172 beneficiados	91,74%	DPO	
	9	Reduzir p/ 45% a taxa de congestionamento na fase de execução – 1º grau	45%	66,71%	54 %	NEGEST	
	9	Reduzir p/ 45% a taxa de congestionamento na fase de execução – Juizados	45%	6,09%	739 %	NEGEST	
	10	Aumentar 2,5% a produtividade do magistrado na fase de execução – 1º grau	0	384	-	NEGEST	
	10	Aumentar 2,5% a produtividade do magistrado na fase de execução – Juizados	0	3.112	-	NEGEST	
OBJETIVO 100 %	INDICADOR	META	MARCO	RESULTADO	ÍNDICE DE ATINGIMENTO	UNIDADE RESPONSÁVEL	OBS
Assegurar ao cidadão o acesso à justiça	11	Aumentar para 73% os municípios atendidos com estrutura física e comarca efetivamente instalada	73%	73%	100%	DAD	
	12	Aumentar para 85% o índice de atendimento a Demanda <u>Processos baixados</u> Casos novos	85%	95,8%	113 %	NEGEST	

Tabela LI - Sociedade - Responsabilidade Social e Ambiental

OBJETIVO 33,33 %	INDICADOR	META	MARCO	RESULTADO	ÍNDICE DE ATINGIMENTO	UNIDADE RESPONSÁVEL	OBS
Assegurar ao cidadão o acesso à justiça	13	Reduzir em 15% o consumo de papel.	18.280 resmas	19.913 resmas	Aumento de 8,93%	DAD	
	14	Reduzir em 2% o consumo de água	26.192 m³	22.901 m³	628%	DAD	2% = 523,84 m³ Reduziu: 3.291m³
	15	Reduzir em 2% o consumo de energia	3.403.098 kw	3.647.556 kw	Aumento 9,18%	DAD	



COLABORADORES

PRESIDÊNCIA

Chefe de Gabinete da Presidência
Ana Lúcia Costa Felisberto

Assessor-Chefe Administrativo
Eduardo de Araújo Marques

Assessora-Chefe de Comunicação Social
Letícia Helena Mamed

Assessor-Chefe Jurídico
Charles Silva Vasconcelos

Assessor-Chefe Militar
Claudiomar Reis de Anastácio

Assessor Técnico de Recursos Humanos
Josué Alexandre de Oliveira Junior

Auditoria de Controle Interno
Dirce Oliveira Teodoro

Núcleo de Estatística e Gestão
Estratégica
José Carlos Martins Junior

DIRETORIAS

Diretoria-Geral
Carlos Afonso Santos de Andrade

Diretoria Administrativa
Izilda Carlota Senhorini Grasso

Diretoria de Recursos Humanos
Antônio Rodrigues Vidal

Diretoria de Finanças
Amanda de Jesus Moraes Bezerra

Diretoria de Planejamento e Orçamento
Ana Shirley dos Santos Soares

Diretoria de Tecnologia da Informação
Roberto Romanholo

Diretoria Judiciária
Patrícia Tavares de Araújo

COORDENADORIAS

Coordenadoria Administrativa
Adauto da Silva Góis

Coordenadoria de Logística
Sérgio Lima Del'Aguila

Coordenadoria do Parque Gráfico
Áidono Belmonte de Lima

Coordenadoria de Engenharia,
Arquitetura e Manutenção
Francisco Lima Oliveira

OUTRAS UNIDADES

Conselho da Magistratura
Giuliana Evangelista de Araújo

Câmara Cível
Francisca das Chagas Cordeiro de
Vasconcelos Silva

Câmara Criminal
Oliete Cruz de Almeida

Gabinete da Vice-Presidência
Ana Lúcia Lemos Lovisaro do Nascimento

Gabinete da Corregedoria
Josafá da Costa Mendonça

Escola Superior da Magistratura
Juraci Regina Pacheco Nunes

Comissão Permanente de Licitação
Luzia Miranda de Souza



EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Presidência

ELABORAÇÃO

José Carlos Martins Junior
Célio José Moraes Rodrigues
Danielson Vieira de Lima
Hélio Oliveira de Carvalho
Sílvia Cristine Bezerra da Silva Pereira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fernando de Castro Sobrinho

REVISÃO

Glória Maria Gomes da Silva

FOTOS

Assessoria de Comunicação Social

IMPRESSÃO

Parque Gráfico do Tribunal de Justiça



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO ACRE
BIÊNIO 2009-2011



www.tjac.jus.br